



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

IX Legislatura

Número: 136

IV Sessão Legislativa

Horta, quinta-feira, 10 de maio de 2012

Presidente: *Deputado Francisco Coelho*

Secretários: *Deputados José Ávila e Cláudio Lopes (substituído no decorrer da sessão pelo Deputado Mark Marques)*

Sumário

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 09 minutos.

O Período de Tratamento de Assuntos Políticos teve início com a apresentação dos votos abaixo elencados:

- Voto de Congratulação “pelo facto da equipa de seniores femininos do Clube Desportivo Ribeirense ter vencido o Campeonato Nacional da Divisão A1 de Voleibol Feminino”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS, através do Sr. Deputado Lizuarte Machado.

O voto em apreço foi aprovado por unanimidade.

- Voto de Congratulação “pela conquista do Campeonato Nacional de Iniciados Femininos em Ténis de Mesa, pelo Grupo Desportivo do Centro Social do Juncal”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

A leitura do voto foi da responsabilidade do Sr. Deputado Clélio Meneses, tomando posteriormente a palavra o Sr. Deputado Berto Messias (*PS*).

- Voto de Saudação “pelos 50 anos da instalação da COFACO nos Açores”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

A leitura do voto coube ao Sr. Deputado Hernâni Jorge.

Colocado à votação, o voto referenciado foi aprovado por unanimidade.

- Voto de Saudação “pelo Centenário da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários do Faial”, apresentado pelos Grupos Parlamentares do PS e do PSD.

Coube à Sra. Deputada Alzira Silva a apresentação do voto mencionado.

O voto de saudação foi aprovado por unanimidade.

- Voto de Congratulação “pelo início da atividade do Centro de Formação Aeronáutica dos Açores”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

A apresentação do voto esteve a cargo do Sr. Deputado Duarte Moreira. Sobre o mesmo, usou da palavra a Sra. Deputada Aida Amaral (*PSD*).

Submetido à votação, o voto foi aprovado por unanimidade.

- **Voto de Congratulação “pelos 100 Anos da Santa Casa da Misericórdia de Nordeste”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS, através do Sr. Deputado Carlos Mendonça.

De seguida, usou da palavra o Sr. Deputado António Costa (*PSD*).

O voto em apreço foi aprovado por unanimidade.

- **Voto de Congratulação “pelos 25 Anos da Associação Agrícola da Santa Maria”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS, através da Sra. Deputada Bárbara Chaves.

Posteriormente, tomou da palavra a Sra. Deputada Aida Amaral (*PSD*).

O voto mencionado foi aprovado por unanimidade.

- **Voto de Congratulação “pela passagem dos 25 anos da criação da Região Demarcada do Queijo de São Jorge”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

A leitura do voto coube à Sra. Deputada Paula Bettencourt, tendo usado posteriormente da palavra os Srs. Deputados Luís Silveira (*CDS/PP*) e Mark Marques (*PSD*).

Colocado à votação, o voto em apreço foi aprovado por unanimidade.

- **Voto de Congratulação “pelo 25.º Aniversário do Boavista Club da Ribeirinha”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Coube ao Sr. Deputado António Toste a apresentação do mesmo, tendo, de seguida, usado da palavra o Sr. Deputado António Ventura (*PSD*).

O voto supracitado foi aprovado por unanimidade.

- **Voto de Pesar “pelo falecimento de Miguel Portas”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda.

O voto de pesar em apreço foi apresentado pela Sra. Deputada Zuraída Soares, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade.

- Voto de Pesar pelo “falecimento de António Nogueira Rodrigues”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

A apresentação do voto referenciado foi da responsabilidade do Sr. Deputado José San-Bento, tendo o mesmo, após a votação, sido aprovado por unanimidade.

Seguidamente, passou-se à apresentação de uma declaração política, proferida pelo Sr. Deputado Luís Silveira (*CDS/PP*). Participaram no debate os Srs. Deputados Rogério Veiros (*PS*), Aníbal Pires (*PCP*), Mark Marques (*PSD*), Paulo Estêvão (*PPM*), bem como o Sr. Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*).

Agenda da Reunião:

1 - Projeto de Resolução n.º 56/2011 – “interdição do cultivo de Organismos Geneticamente Modificados na Região Autónoma dos Açores”, apresentado pela Representação Parlamentar do PCP.

Após a apresentação do projeto pelo Sr. Deputado Aníbal Pires, o mesmo foi retirado.

2 - Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 6/2012 – “regula a utilização de Organismos Geneticamente Modificados e dos produtos deles derivados”.

Apresentada a proposta de DLR pelo Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas (*Noé Rodrigues*), participaram do debate os Srs. Deputados Artur Lima (*CDS/PP*), António Ventura (*PSD*), Duarte Moreira (*PS*), José Cascalho (*BE*), Paulo Estêvão (*PPM*) e Aníbal Pires (*PCP*).

Submetida à votação, a proposta foi aprovada por maioria.

Ainda no âmbito do ponto 1 da Agenda da Reunião, foram proferidas várias declarações de voto pelos Srs. Deputados António Ventura (*PSD*), Duarte Moreira (*PS*), Artur Lima (*CDS/PP*), Aníbal Pires (*PCP*), Paulo Estêvão (*PPM*) e pela Sra. Deputada Zuraida Soares (*BE*). Ademais, os Srs. Deputados Aníbal Pires (*PCP*) e Paulo Estêvão (*PPM*) tomaram da palavra para defesa da honra.

3 - Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 1/2012 – “Revê o sistema de isenção de incentivos à produção de energia a partir de fontes renováveis - PROENERGIA”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Anunciado o projeto pelo Sr. Deputado Francisco César, participaram no debate os Srs. Deputados Pedro Medina (*CDS/PP*) e Jorge Macedo (*PSD*), bem como o Sr. Secretário Regional do Ambiente e do Mar (*Álamo Meneses*).

O diploma apresentado foi aprovado por unanimidade.

4- Pedido de urgência sobre o Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 8/2012 – “altera os programas de estágios profissionais estagiar”, apresentado pela Representação Parlamentar do PCP.

Justificada a urgência pelo Sr. Deputado Aníbal Pires, e após as intervenções dos Srs. Deputados Berto Messias (*PS*) e Cláudio Almeida (*PSD*), o pedido foi colocado à votação e rejeitado por maioria.

5 - Pedido de urgência e dispensa de exame em comissão sobre o Projeto de Resolução n.º 28/2012 – “recomenda que o Governo da República cumpra integralmente as suas responsabilidades legais no âmbito do serviço público de rádio e televisão na Região

Autónoma dos Açores", apresentado pela Representação Parlamentar do PPM, o qual foi aprovado por unanimidade.

6 - Pedido de urgência e dispensa de exame em comissão sobre o Projeto de Resolução n.º 30/2012 “Acompanhamento do serviço público de rádio e televisão na Região Autónoma dos Açores”, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD, o qual foi aprovado por unanimidade.

Os trabalhos terminaram às 19 horas e 17 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo, vamos iniciar a nossa reunião plenária de hoje. Vamos começar com a chamada.

Eram 10 horas e 09 minutos.

Procedeu-se à chamada, à qual responderam os/as seguintes Deputados/as:

Partido Socialista (PS)

Alzira Maria de Serpa e Silva

António Gonçalves Toste Parreira

Bárbara Pereira Torres de Medeiros Chaves

Benilde Maria Soares Cordeiro de Oliveira

Berto José Branco Messias

Carlos Alberto Medeiros Mendonça

Catarina Paula Moniz **Furtado**
Cecília do Rosário Farias **Pavão**
Duarte Manuel Braga **Moreira**
Francisco Alberto Valadão **Vaz**
Francisco Manuel **Coelho** Lopes Cabral
Francisco Miguel Vital Gomes do Vale **César**
Hernâni Hélio **Jorge**
Isabel Maria Duarte de Almeida **Rodrigues**
Joe Valadão **Rego**
José Gabriel **Eduardo**
José Gaspar Rosa de **Lima**
José Manuel Gregório de **Ávila**
José de Sousa **Rego**
José Carlos Gomes **San-Bento** de Sousa
Lizuarte Manuel **Machado**
Lúcio Manuel da Silva **Rodrigues**
Maria da **Piedade** Lima **Lalanda** Gonçalves Mano
Nélia Maria Pacheco **Amaral**
Nélia Maria Brito **Nunes**
Paula Cristina Dias **Bettencourt**
Ricardo Bettencourt **Ramalho**
Ricardo Manuel Viveiros **Cabral**
Rogério Paulo Lopes Soares **Veios**

Partido Social Democrata (PSD)
Aida Maria Melo Amaral Reis
António Lima Cardoso **Ventura**

António Pedro Rebelo Costa

Cláudio José Gomes Lopes

Clélio Ribeiro Parreira Toste Meneses

Duarte Nuno d'Ávila Martins de Freitas

Francisco da Silva Álvares

João Luís Bruto da Costa Machado da Costa

Jorge Alberto da Costa Pereira

Jorge Manuel de Almada Macedo

José Francisco Salvador Fernandes

Luís Carlos Correia Garcia

Mark Silveira Marques

Paulo Jorge Silva Ribeiro

Pedro António de Bettencourt Gomes

Partido Popular (CDS/PP)

Abel Jorge Igrejas Moreira

Artur Manuel Leal de Lima

Luís Virgílio de Sousa da Silveira

Paulo Jorge Santiago Gomes da Rosa

Bloco de Esquerda (BE)

José Manuel Veiga Ribeiro Cascalho

Zuraida Maria de Almeida Soares

Coligação Democrática Unitária (PCP-PEV)

Aníbal da Conceição Pires

Partido Popular Monárquico (PPM)

Paulo Jorge Abraços Estêvão

Presidente: Estão presentes 52 Sras. e Srs. Deputados/as, o que significa que temos quórum.

Declaro aberta a sessão.

Pode entrar o público.

Vamos, então, iniciar os nossos trabalhos.

Chegaram à Mesa, pelas minhas contas, onze votos.

Vamos começar com o voto de congratulação do PS, relativo ao Clube Desportivo Ribeirense. Não sei quem é que apresenta o voto.

Sr. Deputado Lizuarte Machado, tem a palavra.

Deputado Lizuarte Machado (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

“pelo facto da equipa de seniores femininos do Clube Desportivo Ribeirense ter vencido o Campeonato Nacional da Divisão A1 de Voleibol Feminino”

No passado dia 19 de abril, congratulámo-nos pela conquista, por parte da equipa feminina de voleibol do Clube Desportivo Ribeirense, da sua terceira Taça de Portugal, nos últimos quatro anos.

Hoje e volvidos pouco dias, temos novo motivo de congratulação – a mesma equipa venceu a congénere do Grupo Desportivo e Cultural de Gueifães na final do Campeonato Nacional da Divisão A1, alcançando o seu segundo e consecutivo título nacional neste nível competitivo.

Este é mais um feito notável do Clube Desportivo Ribeirense que, desde a sua fundação, em novembro de 1986, tem sabido trilhar uma carreira ascendente e recheada de êxitos desportivos.

Na época desportiva de 1991/1992 foi campeão açoriano em seniores e entrou nas competições nacionais na época seguinte, tendo alcançado a subida ao nível máximo do voleibol nacional na temporada de 2003/2004 e participado na Divisão A1 na época de 2004/2005.

Nessa mesma época de 2004/2005, a equipa de seniores femininos, disputando o Campeonato da Divisão A2, subiu ao topo da competição nacional e, desde 2005/2006, que tem participado ininterruptamente no Campeonato Nacional da Divisão A1.

Estes sete anos, desde que a equipa de voleibol feminino do Clube Desportivo Ribeirense subiu à Divisão A1, estão marcados pelas excelentes classificações nas competições nacionais, para além se várias participações nas provas europeias.

Mas o destaque vai para últimas duas últimas épocas (2010/2011 e 2011/2012) em que o Clube dominou completamente o voleibol feminino em Portugal, tendo vencido, simultaneamente, o Campeão Nacional da Divisão A1 e a Taça de Portugal, o que juntado à primeira Taça de Portugal conquistada em 2008/2009, constitui feito único no desporto açoriano.

Assim, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, nos termos do disposto nos artigos 71.º e 73.º do Regimento da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, propõe que esta, reunida em Plenário, emita o seguinte voto:

“A Assembleia Legislativa Regional dos Açores congratula-se pelo facto da equipa de seniores femininos do Clube Desportivo Ribeirense ter vencido o Campeonato Nacional da Divisão A1 de Voleibol Feminino, o que sucede pela segunda época consecutiva e que cumula com a recente conquista da Taça de Portugal.

A presente congratulação é extensiva a todas as atletas, técnicos e dirigentes que viram, assim, coroado de êxito todo o seu esforço no campo desportivo.”

Do presente voto deverá ser dado conhecimento ao referido Clube, à Associação de Voleibol do Pico e à Federação Portuguesa de Voleibol.

Horta, Sala das Sessões, 10 de maio de 2012

Os Deputados: Berto Messias, Lizuarte Machado e Hernâni Jorge

Presidente: Creio não haver intervenções. Assim sendo, vamos votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Segue-se um voto de congratulação do Partido Social Democrata, relativo ao Clube de Ténis de Mesa do Juncal.

Sr. Deputado Clélio Meneses, tem a palavra.

Deputado Clélio Meneses (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

“pela conquista do Campeonato Nacional de Iniciados Femininos em Ténis de Mesa, pelo Grupo Desportivo do Centro Social do Juncal”

O sucesso desportivo dos açorianos no contexto nacional tem merecido o justo reconhecimento das entidades públicas regionais e suscita o orgulho de todos.

Na realidade, se é gratificante e motivo de enaltecimento o êxito de clubes e atletas seniores profissionais, maior aclamação deve suscitar o sucesso de jovens açorianos amadores que se afirmam ao mais alto nível do desporto nacional.

O título de Campeão Nacional de Ténis de Mesa, na categoria de Iniciados Femininos, alcançado pelo Grupo Desportivo do Centro Social do Juncal, no passado dia 22 de abril, em Penafiel, assume-se como um elevado exemplo das qualidades e capacidades dos nossos jovens e do trabalho e dedicação dos dirigentes que apostam na formação e numa ação séria e eficaz na gestão dos respetivos clubes.

De resto, os resultados da qualidade do trabalho desenvolvido pelo jovem clube do Juncal têm sido bem evidentes com vários títulos nacionais e regionais e, bem assim, com algumas das suas atletas a serem seleccionadas para representar Portugal.

A aposta clara e firme na formação de jovens desportistas tem tido, assim, a justa e gratificante resposta nos resultados alcançados.

Ainda agora, ao ver a sua equipa sénior feminina subir à primeira divisão nacional com a quase totalidade das respetivas atletas originárias dos escalões de formação da coletividade, o Grupo

Desportivo do Centro Social do Juncal assume-se como um dos melhores exemplos do associativismo desportivo do arquipélago.

De facto, ao ter 196 atletas nos escalões de formação, este clube cumpre um inestimável serviço público que deve merecer o justo reconhecimento e atenção das entidades públicas.

Porque tudo isto tem na sua base o trabalho abnegado de vários anos de algumas pessoas, é justo reconhecer os dirigentes Roberto Andrade e Luís Maciel pela sua atividade e empenho.

Assim, o Grupo Parlamentar do PSD propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, nos termos regimentais aplicáveis, a aprovação de um Voto de Congratulação pela conquista do Campeonato Nacional de Iniciados Femininos em Ténis de Mesa, pelo Grupo Desportivo do Centro Social do Juncal, saudando tal feito no desporto açoriano e todos os seus atletas, técnicos, dirigentes e associados.

Horta, Sala das Sessões, 9 de maio de 2012.

Os Deputados: Duarte Freitas, Clélio Meneses, António Marinho e António Ventura.

Presidente: Creio não haver intervenções. Há intervenções.

Sr. Deputado Berto Messias, tem a palavra.

(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Obrigado, Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista associa-se, naturalmente, a este voto trazido aqui pelo Sr. Deputado Clélio Meneses, um voto pertinente e de grande justiça. De facto, o trabalho que tem sido desenvolvido pelo Roberto Andrade e pelo Luís Maciel, não só a nível sénior, mas, sobretudo, ao nível dos escalões de formação, é

muito meritório, tem tido grandes sucessos. Estes dois dirigentes têm fortes ligações familiares a atletas de alto nível. As respetivas filhas são também, hoje, atletas de alto nível dos escalões de formação, no ténis de mesa do nosso país. É, pois, de realçar e registar, com agrado, o trabalho que tem sido desenvolvido pelo centro Social do Juncal, também na área do ténis de mesa. E é igualmente importante, independentemente dos sucessos e dos apoios concedidos aos escalões sénior, que são, com certeza, importantes no âmbito da prática desportiva e da promoção da nossa região no exterior – e tem havido um grande esforço, por parte das entidades públicas, de apoio a essas atividades – fundamental, eu diria mesmo, prioritário e muito mais importante do que o desporto sénior, continuar a promover e a apoiar os escalões de formação nos clubes desportivos da região, como é o caso do Centro Social do Juncal.

Presidente: Creio que agora, sim, podemos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Segue-se um voto de saudação do Partido Socialista, referente aos 50 anos da instalação da COFACO nos Açores.

Sr. Deputado Hernâni Jorge, tem a palavra.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Saudação

50 anos da instalação da COFACO nos Açores

A escassez de atum no mar do Algarve levou à instalação da Comercial e Fabril de Conservas nos Açores, apenas um ano depois de ter sido fundada em Vila Real de Santo António. Foi há 50 anos, precisamente em maio de 1962, com instalação da unidade fabril da Areia Larga, na vila a Madalena do Pico.

Em tempos difíceis, de luta tenaz pela sobrevivência – para muitos só alcançada além fronteiras – a Cofaco teve o mérito de suster o surto emigratório de então e constitui um sinal assinalável de esperança para as gentes do Pico, abrindo-lhes as portas do trabalho e do bem-estar social.

E foi sempre uma empresa com enorme responsabilidade social, solidária com o povo do Pico e com as suas instituições, muito à imagem do grande homem que foi Francisco Alves do Carmo Pessanha, que há de permanecer vivo na nossa memória coletiva.

Ao longo deste meio século de presença nos Açores, a Cofaco soube produzir produtos de qualidade e construir uma imagem de marca que lhe permite ser líder do mercado nacional das conservas de peixe, ao mesmo tempo que desenvolveu uma presença relevante no exterior, como sucede com o exigente mercado italiano.

Como em quase tudo na vida, onde os negócios não são exceção, o percurso da Cofaco também regista momentos de alguma dificuldade. Mas também na adversidade a empresa soube encontrar as melhores soluções, como foi o caso do complexo processo de reestruturação desenvolvido a partir de meados da década de 1990 e que, graças ao empenho dos seus acionistas e com o apoio do Governo dos Açores, acabou bem sucedido.

Hoje, a Cofaco é uma empresa que labora exclusivamente nos Açores, dispondo de duas unidades industriais – a já referida na Areia Larga, no Pico, e outra em Rabo de Peixe, na ilha de São Miguel.

É, pois, justo recordar e saudar esta data de ouro de uma empresa que ao liderar o mercado nacional, pela qualidade do que produz, e ao exportar para mais de 30 países, projeta o nome e a imagem dos Açores, no País e no Mundo, e enaltece o labor, a dedicação e a competência das Açorianas e dos Açorianos que, quotidianamente, labutam na terra e no mar.

Assim e ao abrigo das disposições regimentais, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores emita um Voto de Saudação à Cofaco Açores, pela passagem dos 50 anos da sua chegada aos Açores, com a instalação da fábrica da Areia Larga, na Madalena do Pico, destacando o significado da atividade daquela unidade industrial para o concelho da Madalena, para a ilha do Pico e para a Região.

Horta, Sala das Sessões, 10 de maio de 2012

Os Deputados: Berto Messias, Lizuarte Machado e Hernâni Jorge.

Presidente: Creio não haver intervenções. Assim sendo, passamos à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos, de seguida, para um voto de saudação que, pelo que percebo, é conjunto, relativo ao centenário da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários do Faial.

Não sei quem é que vai apresentar este voto.

Sra. Deputada Alzira Silva, tem a palavra.

Deputada Alzira Silva (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Saudação conjunto

assinado pelos Deputados do PS e do PSD

“Pelo Centenário da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários do Faial”

A Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários do Faial celebra este mês o seu Centenário.

Mais precisamente no dia 16 de maio do ano de 1812 foram aprovados os estatutos da Associação coroando os esforços e o espírito agregador do então Governador Civil comandante Augusto Goulart de Medeiros e de várias entidades, designadamente da comissão promotora, bem como de cidadãos de mérito relevante, todos unidos no apoio de diversa índole com o objetivo de *“remediar essa deplorável lacuna, promovendo a formação e devida organização de um corpo de bombeiros voluntários”*.

A referida comissão promotora, cuja iniciativa angariou fundos e vontades, era constituída pelo próprio Governador assumindo as funções de presidência, secretariado por Manuel Emílio Tomás da Silveira e Florêncio Terra Júnior e assessorado pelo tesoureiro

Manuel Joaquim da Silva Menezes, tendo este sido eleito presidente da primeira direção.

Ao seu lado estiveram o secretário Carlos Alberto da Silva Pinheiro e o tesoureiro Henrique Garcia Monteiro. O primeiro comandante desta nobre instituição foi o funcionário superior das Alfândegas Jaime Ferreira da Gama.

Há muito que se fazia sentir nesta ilha a necessidade da benemerência e filantropia de Soldados da Paz que, sob o lema Vida por Vida, vieram oferecer um contributo social de grande magnitude – e tem sido esse até agora o registo da sua ação.

Doentes, pessoas, animais e bens em perigo, acidentados, traumatizados, quem não recorreu ou viu a sua família recorrer a uma Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários? Homens e mulheres corajosos e abnegados dedicam-se a uma causa, com espírito de bem servir, prontos a apoiar a população nas mais diversas situações, indefetíveis na sua missão, generosos e admiráveis no percurso que lhes granjeou a gratidão da sociedade, no combate a incêndios rurais, florestais, urbanos e industriais, no acudir a emergências médicas, no transporte de doentes.

O seu comandante atual é Álvaro António Pimentel Soares de Melo e o presidente da direção Hélio dos Santos Teles Pamplona. A Associação tem 20 funcionários, 12 elementos no quadro de honra e dez no quadro de reserva.

Com o justo reconhecimento que nos merece quantos contribuíram para consolidar os serviços desta instituição, os deputados abaixo assinados propõem que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, ao abrigo das disposições regimentais

aplicáveis, aprove um Voto de Saudação assinalando o Centenário da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários do Faial.

Propõe-se ainda que deste voto seja dado conhecimento à direção da Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários do Faial, à Câmara Municipal da Horta, à Assembleia Municipal, ao Governo dos Açores nomeadamente ao Serviço Regional de Proteção Civil e Bombeiros e aos Órgãos de Comunicação Social representados ou sedeados no Faial.

Horta, 10 de maio de 2012

Os Deputados Regionais: Berto Messias, Duarte Freitas, Alzira Silva, Jorge Costa Pereira, Lúcio rodrigues e Luís Garcia.

Presidente: Passemos à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos, agora, a um voto de congratulação do Partido Socialista, relativo ao início da atividade do Centro de Formação Aeronáutica dos Açores.

Sr. Deputado Duarte Moreira, tem a palavra.

Deputado Duarte Moreira (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

“Início da atividade do Centro de Formação Aeronáutica dos Açores”

A 8 de maio passado, iniciou a sua atividade, na ilha de Santa Maria, o Centro de Formação Aeronáutica dos Açores, abrindo-se assim um novo ciclo de desenvolvimento da ilha de Santa Maria.

O centro de formação aeronáutico dos Açores inicia assim a sua atividade, através da realização de voos base em contexto de formação de pilotos de linha aérea, que não carecem das instalações físicas do centro de formação para o seu desenvolvimento, mas que se insere no âmbito dos serviços prestados por este.

Foram assim atribuídos 4 certificados a formandos que concluíram os type rating necessários para a certificação de pilotos de linha aérea, estando já previstos para o final do mês a realização de mais 7 voos base, com o mesmo fim.

Relativamente às instalações do Centro de Formação Aeronáutica dos Açores, encontra-se em fase de reabilitação do imóvel onde o mesmo será instalado, mais concretamente na antiga central elétrica e posterior secção de transportes, entretanto desmantelada.

Refira-se que esta unidade, com uma área coberta de cerca de 750 m², irá receber material adequado para a formação de pessoal de terra e de cabine e que irá ser constituída por simuladores operacionais, como segmentos de aviões iguais aos utilizados pelo Grupo SATA, balcões de check-in e mangas de segurança. Será ainda possível proceder ao treino em caso de situações de emergência e de incapacidade do piloto, o combate a incêndio, primeiros socorros e suporte básico de vida.

O Centro de Formação Aeronáutica dos Açores, em fase de instalação na ilha de Santa Maria, vai permitir a formação de pilotos de linha

aérea, desde a fase de voo base até à obtenção da Licença de Piloto de Linha Aérea para os aparelhos Airbus 320 e 310.

Importa referir que este Centro, que começou por ser uma estrutura cujo âmbito se circunscrevia à formação de tripulantes de cabine e pessoal de terra do Grupo SATA, evoluindo para um projeto mais ambicioso em termos de objetivos, mais amplo nas áreas que versa e mais fértil nos seus resultados para a ilha de Santa Maria e para os Açores, constituindo agora um Centro de Formação Aeronáutica, o qual, para além das valências anteriormente previstas, passou também a prever a formação de pilotos.

Esta alteração de objeto só foi possível pela visão estratégica e conhecimento que o Governo Regional, através da Secretaria Regional da Economia detém sobre essas matéria, bem como pelo empenho dos colaboradores e administradores do Grupo SATA que se envolveram, de um modo dedicado, na concretização deste projeto.

Este centro, para além de formar todos os quadros da empresa, deste pessoal de terra a pessoal de cabine, irá também efetuar prestação de serviços a todas a companhias de transportes aéreos, quer nacionais, quer estrangeiras, muito em concreto das companhias dos Países de Língua Oficial Portuguesa, dando a este centro a capacidade de exportação de serviços, com as mais-valias que daí podem resultar para a SATA, para a ilha de Santa Maria e para os Açores.

O centro de formação aeronáutico, que atrairá a Santa Maria muito mais de um milhar de pessoas por ano, constitui uma grande potencialidade para a atividade económica local, dinamizando outras unidades e infraestruturas existentes em Santa Maria.

A realização deste primeiro voo de formação, a que se seguirão outros já programados e contratualizados, é pois uma excelente notícia para a ilha de Santa Maria.

Pelos fatos apresentados e pela importância que esta iniciativa tem para a ilha de Santa Maria, os Deputados do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, nos termos Regimentais e Estatutários aplicáveis, propõem à Assembleia Legislativa Regional dos Açores, a aprovação de um Voto de Congratulação, pelo início do funcionamento do Centro de Formação Aeronáutico dos Açores, através da realização do primeiro voo base de formação de pilotos de linha aérea, ocorrido no passado dia 8 de maio e que desse voto seja dado conhecimento ao Conselho de Administração do Grupo SATA, ao Conselho de Ilha de Santa Maria, à Delegação de Santa Maria da Câmara do Comércio e Indústria de Ponta Delgada, à Câmara Municipal de Vila do Porto e Assembleia Municipal de Vila do Porto.

Sala das Sessões, Horta, 10 de maio de 2012

Os Deputados Regionais do Partido Socialista: Berto Messias, Duarte Moreira e Bárbara Chaves.

Presidente: Sra. Deputada Aida Amaral, tem a palavra.

(*) **Deputada Aida Amaral (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD associa-se a este voto e congratula-se com o início desta atividade. É sempre bom e muito positivo ver o Aeroporto de Santa Maria com vida e com as suas valências em atividade, e todas aproveitadas.

O aeroporto tem todas as condições e potencialidades para este tipo de atividade. Entendemos que há que potenciar e valorizar este tipo de iniciativas.

O PSD não é contra a funcionalidade do centro nem contra a mais-valia que o mesmo poderá trazer para Santa Maria. Ficamos, no entanto, e na mesma, com uma grande expectativa de sucesso para a criação de emprego, para o dinamismo e desenvolvimento da economia local e para a fixação de jovens na ilha.

Presidente: Vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos a um voto de congratulação, também do Partido Socialista, relativo aos 100 anos da Santa Casa da Misericórdia do Nordeste.

Sr. Deputado Carlos Mendonça, tem a palavra.

Deputado Carlos Mendonça (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Deputado Pedro Gomes (PSD): Veja se não se engana nos dados relativos à Assembleia Municipal do Nordeste!

Voto de Congratulação

100 Anos da Santa Casa da Misericórdia de Nordeste

“Santa Casa é escola da vida

Onde ensina que o verbo dar

É a mão que se tem estendida

Repartindo o presente de amar.

É remédio para a solidão;

É o riso que afasta a tristeza...

Gerações que, num só coração,

Sonham dias de paz e beleza!”

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

O Orador: Assim termina estrofe do Hino da Misericórdia de autoria de Álamo de Oliveira. A Misericórdia de Nordeste, instituição particular de solidariedade social, é inspirada na doutrina da Igreja Católica que lhe confere personalidade jurídica.

Foi fundada a 12 de maio de 1912, pela ação do benemérito, António Alves de Oliveira, também primeiro Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Nordeste.

A mesa eleita pelos irmãos fundadores da denominada Irmandade da Misericórdia do Nordeste era constituída por António Alves de Oliveira, Ernesto Machado Macedo Neves, Padre Francisco Jacinto de Amaral, Francisco Macedo Albergaria, Padre José Lucindo da Graça Sousa, Manuel José Leite jr. e Virgílio Homero de Medeiros.

É a mais jovem das misericórdias da ilha de S. Miguel, de acordo com os estatutos, e tem como o objetivo primordial praticar a solidariedade social para com os mais carenciados, concretizada nas obras da Misericórdia e realizar atos de culto de harmonia.

A instituição no início possuía apenas um edifício preparado para hospital, onde, hoje, funciona o Centro de Acolhimento.

Atualmente a Santa da Casa da Misericórdia de Nordeste é proprietária do Centro de Acolhimento já referido; de um Lar de

Idosos, inaugurado em 2000, cuja infraestrutura é considerada uma das mais modernas dos Açores, com 34 utentes; presta Serviço de Apoio ao Domicílio para apoio no tratamento de roupa, higiene da habitação e dos idosos, confeção e distribuição de refeições durante toda a semana. A Misericórdia de Nordeste presta, também, serviço de reabilitação aos idosos no domicílio com uma parceria estreita com o Centro de Saúde de Nordeste de forma a que estes serviços contemplem trabalho técnico de Fisioterapia, Terapia Ocupacional, Serviços de Ação Social, Medicina Familiar e Enfermagem.

Além destes serviços, a Misericórdia possui um Centro de Dia nas instalações do Lar, utilizado por 6 idosos, para convívio, alimentação, higiene pessoal e serviço de Fisioterapia diário de utentes não internados no Lar.

Apresenta Centros de Convívio, espalhados pelas 9 freguesias do concelho, servindo atualmente 177 idosos, estando em análise a criação de outro na Vila de Nordeste, proporcionando um ambiente motivador e de bem-estar com atividades coletivas, trabalhos manuais e atividade física.

Ao longo do concelho estão em funcionamento, 4 Centros de Atividades de Tempos Livres servindo 45 crianças entre os 5 e os 12 anos.

Ao seu dispor possui um Centro Comunitário de Apoio ao Desenvolvimento Social da Salga, inaugurado recentemente e prestes a iniciar a sua atividade em benefício dos idosos da freguesia da Salga e arredores.

Neste momento a Misericórdia de Nordeste presta serviço a 343 utentes, assegurando os serviços mínimos a utentes sem qualquer retaguarda familiar.

O Serviço de Reabilitação, com 38 utentes apresenta-se como uma resposta social de complementaridade de cuidados específicos de reabilitação, contribuindo para ambientes de atividades ocupacionais, lazer e da manutenção de autonomia dos idosos nas atividades de vida diária, evitando a institucionalização precoce no Lar de Idosos, e até mesmo nos períodos de internamento no Centro de Saúde de Nordeste.

O Centro de Acolhimento ou o centro dos sem-abrigo representa a face mais visível do apoio da Santa Casa aos mais desfavorecidos e carenciados do concelho. Neste momento alberga 5 utentes do sexo masculino.

A Santa Casa da Misericórdia a 9 de fevereiro de 1988 criou uma nova valência, a Escola Profissional de Nordeste, instituição que passou a fazer parte da rede de escolas profissionais, contribuindo de forma acentuada para a formação de técnicos qualificados.

A Santa Casa da Misericórdia de Nordeste é uma prestigiada instituição, herdada dos antepassados nordestenses, filhos da terra, irmãos da Misericórdia e beneméritos de coração aberto.

Assim, nos termos regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária em 10 de maio de 2012, aprove um voto de congratulação pelos 100 anos da Santa Casa da Misericórdia de Nordeste, prestigiando o papel social, educativo e

de colaboração com o Governo, tido ao longo destes anos no concelho de Nordeste.

Com a aprovação deste voto, propomos que este seja dado a conhecer à mesa da assembleia-geral e mesa administrativa da misericórdia de Nordeste, como também à Assembleia Municipal e Câmara de Nordeste.

Tenho dito.

Horta, sala das sessões, 10 de maio de 2012

Os Deputados Regionais: Berto Messias, Carlos Mendonça e Nélia Amaral.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

Presidente: Sr. Deputado António Pedro Costa, tem a palavra.

(*) **Deputado António Pedro Costa (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD associa-se, com gosto, a este voto apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista. Tivemos oportunidade de aprovar um voto com idêntico teor, na sessão plenária do mês passado. Apesar dos remoques de que o mesmo foi alvo, ...

Deputado Berto Messias (PS): Apresentaram o voto antes da data!

O Orador: ... o Grupo Parlamentar do PSD revê-se no teor do voto agora apresentado.

Deputado Berto Messias (PS): Apresentaram o voto 1 mês antes da data!

O Orador: Todavia, apenas pretendemos fazer uma pequena ressalva quando se diz que a Santa Casa da Misericórdia do Nordeste é a mais jovem santa casa da misericórdia de S. Miguel, pois, como sabemos,

a Santa Casa da Misericórdia de Santo António da Lagoa foi fundada no dia 12 de janeiro de 2001. Ou seja, 89 anos...

Deputado João Costa (PSD): Foi um lapso!

(Risos e apartes inaudíveis dos Deputados da bancada do PSD)

O Orador: ... mais nova do que a própria Santa Casa da Misericórdia do Nordeste.

No entanto, queria transmitir-vos que vamos votar a favor deste voto.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Foi um lapso. Ultimamente, é só lapsos dessa bancada!

Deputado Duarte Freitas (PSD): Também, por 89 anos, não precisavas ter feito isso!

Presidente: Creio não haver mais intervenções. Vamos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos para um voto de congratulação relativo aos 25 anos da Associação Agrícola de Santa Maria.

Sra. Deputada Bárbara Chaves, tem a palavra.

Deputada Bárbara Chaves (PS): Obrigado, Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

25 Anos da Associação Agrícola da Santa Maria

A 27 de abril de 1987, nascia, em Vila do Porto, a Associação Agrícola de Santa Maria, completando agora 25 anos de existência.

A Associação Agrícola de Santa Maria é uma associação sem fins lucrativos, que, segundo consta dos respetivos estatutos, tem por objetivos “a defesa dos interesses dos agricultores da ilha de Santa Maria em toda a sua extensão, nomeadamente junto das entidades oficiais competentes e com relacionamento direto com as atividades agrossilvo-pecuárias; a comercialização dos produtos que os associados extraíam direta ou indiretamente da terra, bem como de todos aqueles que se mostrem necessários à respetiva produtividade e fertilização, incluindo os equipamentos indispensáveis às suas próprias atividade”.

Possui atualmente 146 sócios, todos eles detentores de explorações agrícolas, pecuária ou florestal e que exercem atividade na ilha de Santa Maria.

Ao longo dos anos, os serviços que a associação agrícola de Santa Maria tem vindo a prestar aos seus associados, tem vindo a crescer, destacando-se os seguintes:

- Apoio ao melhoramento genético dos efetivos bovinos de carne, que se destacam hoje nos Açores pela sua grande qualidade;
- Apoio ao desenvolvimento de projetos agrícolas;
- Contabilidade fiscal e de gestão aos empresários agrícolas;
- Apoio à gestão das explorações;
- Apoio ao processo de abate de gado bovino IGP.

A associação tem participado na organização de diversos eventos, realizados diretamente ou em parceria com outras entidades,

destacando-se a participação na organização da Feira Agropecuária de Santa Maria, onde são desenvolvidas atividades e concursos diversos, como forma de promoção de produtos agrícolas locais, com especial ênfase para a carne produzida na ilha; e participação na organização da Festa da Meloa de Santa Maria, onde este produto é enaltecido de uma forma muito evidente.

A entidade tem desenvolvido uma série de workshops e ações de formação, como forma de divulgação de técnicas, incutindo novos conhecimentos aos associados e fazendo deslocar à ilha muitos reputados especialistas em questões agrícolas.

No âmbito da promoção e valorização dos produtos para o mercado, a associação agrícola desenvolveu um trabalho que levou à conceção de um Plano para implementação de uma estratégia virada para o mercado, tendo surgido, em consequência, no ano de 2006, a AgromarienseCoop – Cooperativa de Produtores Agropecuários da Ilha de Santa Maria, CRL.

Esse novo serviço, veio conferir à agricultura mariense e aos seus associados um carácter empresarial, tendo inaugurado recentemente o centro logístico agroalimentar de Santa Maria, que conta com diversas valências, nomeadamente uma moderna central hortofrutícola, uma cozinha para a elaboração de compotas e uma melaria, bem como uma loja para fornecer fatores de produção aos agricultores da ilha.

Esta infraestrutura releva-se importante para organização do mercado agrícola, de forma a que os produtos produzidos em Santa Maria ganhem escala e possam ser escoados de um modo mais eficiente, valorizando-os no mercado exterior.

Das muitas ações que a Associação já desenvolveu ao longo deste 25 anos de existência, destacam-se, pela sua dimensão regional, a Participação na organização do Congresso Regional de Agricultura em 1991 e a Participação na organização do Congresso Regional da Carne em 2007.

Nos anos de 2008 e 2009, a utilidade dessa Associação ficou bem patente na ilha, ao ter colocado em prática um plano de aquisição e distribuição de alimento para os bovinos, atendendo à forte seca que se fez sentir naquela altura.

Atualmente, encontra-se a profissionalizar os seus serviços, com a contratualização de técnicos, o que tem permitido um maior acompanhamento dos seus associados e de outros agricultores da ilha. Muitas foram as pessoas que já despenderem muito do seu tempo em prol da associação e da agricultura mariense. Destaco aqui os presidentes das direções desses 25 anos:

Carlos Alberto Moura Resendes – sócio fundador e primeiro presidente da direção - António Evaristo de Moura Figueiredo, José Monteiro Moura, Arnaldo Manuel Braga Bettencourt e Duarte Manuel Braga Moreira, atual presidente da Direção da Associação Agrícola.

Assim sendo, atendendo ao trabalho desenvolvido pela Associação Agrícola de Santa Maria em prol da sustentabilidade da agricultura na ilha de Santa Maria, os Deputados do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, propõe à Assembleia Legislativa Regional dos Açores, nos termos Regimentais e Estatutários aplicáveis, a aprovação de um Voto de Congratulação pela passagem do seu vigésimo quinto

aniversário dessa associação e que desse voto seja dado conhecimento à Direção da mesma.

Sala das Sessões, Horta, 10 de maio de 2012

Os Deputados Regionais: Berto Messias, José San-Bento e Bárbara Chaves.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados creio que podemos passar à... Quer intervir?

Sra. Deputada Aida Amaral, tem a palavra.

(*) **Deputada Aida Amaral (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O PSD congratula-se e associa-se a este voto da comemoração dos 25 anos da Associação Agrícola de Santa Maria. Entendemos que esta associação agrícola, fazendo parte da sociedade organizada, é parte importante do desenvolvimento da ilha.

Uma palavra a todos os corpos sociais e a todos os associados que, ao longo destes 25 anos de atividade, têm procurado defender todo o desenvolvimento da agricultura mariense.

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

Presidente: Creio que agora, sim, podemos passar à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos a um voto de congratulação relativo à passagem dos 25 anos da criação da Região Demarcada do Queijo de S. Jorge.

Não sei quem é que vai apresentar o voto.

Sra. Deputada Paula Bettencourt, tem a palavra.

Deputada Paula Bettencourt (PS): Excelentíssimo Sr. Presidente, Excelentíssima(o)s Sras. e Srs. Deputados, Excelentíssima(os) Sra. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

“Passagem dos 25 anos da criação da Região Demarcada do Queijo de São Jorge”

O Queijo de São Jorge é, por definição “um queijo produzido exclusivamente na Ilha de São Jorge, curado, de consistência firme, pasta amarelada, dura ou semidura, com olhos pequenos e irregulares disseminados na massa, que apresenta uma estrutura quebradiça, obtido por dessoramento e prensagem após coagulação, exclusivamente com coalho animal, de leite de vaca inteiro e cru”.

No entanto, para os jorgenses, o Queijo de São Jorge é a base da sua economia, é parte da sua cultura, da sua história, da sua essência, é parte daquilo que os define, quer apreciem, ou não, o sabor forte e ligeiramente picante.

A produção de queijo na Ilha de São Jorge remonta à altura do seu povoamento, tendo em conta as excelentes pastagens, propícias à criação de gado, pelo que o Queijo de São Jorge é o produto de cerca de quinhentos anos de evolução na produção de queijo de leite de vaca. São as características específicas do clima, da vegetação e das pastagens da Ilha de São Jorge que conferem ao Queijo de São Jorge o paladar distinto e inconfundível, incapaz de ser reproduzido em qualquer parte do Mundo.

A produção de leite é a principal atividade económica da Ilha de São Jorge...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Era, era!

A Oradora: ... e quer os agricultores, quer o próprio setor cooperativo têm vindo a renovar-se e a adaptar-se a um mercado cada vez mais exigente, através da melhoria das condições higio-sanitárias e da própria reestruturação do setor cooperativo, pelo que podemos afirmar que na Ilha de São Jorge se produz um dos leites crus com mais qualidade no mundo...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Isso é verdade!

A Oradora: ... e que com esse leite se produz um queijo de vaca produzido a partir de leite cru que é único, o Queijo de São Jorge.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): É verdade! Não vale é um “chavo”.

A Oradora: Foi a necessidade de proteger e defender este produto de excelência, bem como o interesse dos seus produtores e consumidores, de outros produtos semelhantes que pudessem pôr em causa a fama do produto genuíno, que levou a que se criasse a Região Demarcada do Queijo de São Jorge, região, esta, que compreende a ilha em toda a sua extensão.

Pela aplicação do Regulamento (CEE) nº 2081/92 do Conselho de 14 de julho de 1992, relativo à proteção das indicações geográficas e denominações de origem dos produtos agrícolas e dos géneros alimentícios, a Confraria do Queijo de São Jorge foi reconhecida como a Entidade Certificadora, enquanto a Uniqueijo – União de Cooperativas Agrícolas de São Jorge foi declarada como o

Agrupamento Gestor da Denominação de Origem Protegida Queijo de São Jorge.

Assim, atendendo a que a criação da Região Demarcada do Queijo de São Jorge foi fundamental para a defesa da tipicidade do Queijo de São Jorge, enquanto um produto de excelência, produzido na Ilha de São Jorge, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida no período legislativo de maio, aprove este voto de Congratulação pela passagem dos 25 anos da criação da Região Demarcada do Queijo de São Jorge. Da aprovação deste voto deve ser dado conhecimento ao Setor Cooperativo, ao Setor Associativo e à Confraria do Queijo de São Jorge.

Horta, Sala das Sessões, 10 de maio de 2012

Os Deputados Regionais do Partido Socialista: Berto Messias, José San-Bento e Paula Bettencourt.

Deputada Benilde Oliveira (PS): Muito bem!

Presidente: Sr. Deputado Luís Silveira, tem a palavra.

(*) **Deputado Luís Silveira (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do CDS/PP quer associar-se a este voto pelos 25 anos da criação da Região Demarcada do Queijo de S. Jorge. No entanto, gostaríamos de deixar aqui, em relação a esta matéria, dois ou três considerandos.

Primeiro, dizer que, de facto, e nessa opinião, lamentamos a forma como as políticas em relação ao queijo de S. Jorge têm sido conduzidas pelos governos desta região e, nomeadamente, pelo Governo do Partido Socialista. E lamentamos por vários motivos. De

facto, concordamos na íntegra com aquele que é o teor do voto, quando nos diz que temos um produto de excelência, quando nos diz que tem um dos melhores leites do mundo, o que, de facto, é uma verdade. Mas lamentamos que, passados estes 25 anos após a criação desta Região Demarcada do Queijo de S. Jorge, hoje tenhamos produtores de leite, com este produto de excelência, com o melhor leite do mundo, a receber sensivelmente o mesmo que recebiam há os tais 25 anos,...

Deputados Paulo Rosa e Abel Moreira (CDS/PP): Muito bem!

O Orador: ... quando foi criada esta região demarcada.

É isso que é lamentável e é lamentável (por parte deste Governo) que estes produtores de leite, que para produzirem esse leite que é o melhor do mundo, que têm fatores de produção acrescidos em relação a qualquer outro produtor desta região, que têm grelhas de classificação muito mais apertadas, recebam o mesmo que, por exemplo, um produtor de leite das Flores, que não tem classificação de leite.

É isso que é vergonhoso, é isso que não traz estímulo aos produtores de leite de S. Jorge e é isso que tem levado muitos produtores a abandonarem o setor.

Secretário Regional da Agricultura e Florestas (Noé Rodrigues):

Isso é falso!

O Orador: E isso é lamentável. E essa reestruturação do setor cooperativo, gizada pelo Partido Socialista e por este Governo, levou à criação de indústrias que hoje têm custos acrescidos, ao contrário daquilo que disseram, e que estão a levar a que, cada vez menos, estes

produtores sintam estímulo e se sintam recompensados por aquele que é o seu trabalho diário. E, portanto, é isso que nós lamentamos.

Congratulamos a criação desta região demarcada, concordamos que temos um bom produto, um produto de excelência, um produto que é produzido com um dos melhores leites do mundo, mas que é pago por um dos piores.

Secretário Regional da Agricultura e Florestas (*Noé Rodrigues*):

Já não existia!

O Orador: E, portanto, é isso que nós lamentamos.

Muito obrigado.

Presidente: Sr. Deputado Mark Marques, tem a palavra.

(*) **Deputado Mark Marques** (*PSD*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD vai associar-se a este voto de congratulação. Queria mencionar que o Eng.º Francisco Bettencourt, um homem que teve muito a ver com a criação desta entidade certificadora, foi, no passado dia 23, homenageado com uma medalha de mérito, e queria que ficasse registado aqui, na apresentação deste voto.

Sobre aquilo que disse o deputado que me antecedeu, Luís Silveira, de facto, está ainda por provar se o setor cooperativo, da forma como foi reestruturado, tem essa mais valia.

Os jorgenses sentem que a confraria faz o seu papel, mas que a mais valia não tem sido a esperada. De facto, durante os últimos 25 anos, não houve o aumento do pagamento do preço do produto que os produtores têm.

O agrupamento de produtores também foi agraciado com a medalha de mérito, e acho que devia ter tido duas medalhas de mérito: a primeira medalha de mérito pela qualidade que produz, pelo melhor leite dos Açores, e a segunda medalha de mérito por estar a sofrer na pele as consequências de ter o melhor produto e não receber melhor por isso.

Portanto, neste caso concreto, este voto apresenta saudações e congratulação à confraria, à criação do DOP. Mas era impossível, qualquer deputado com sensibilidade e bom senso, e jorgense (e eu que sou suspeito, porque eu adoro queijo e o queijo de S. Jorge é o melhor do mundo), não falar, como o Deputado Luís Silveira o fez, e eu também o faço, não em coro, mas em sintonia (e, se calhar, os outros dois deputados também sentem o mesmo, mas, por razões óbvias, não podem dizer), infelizmente nós, em S. Jorge, não sentimos que essa mais valia da Confraria do Queijo de S. Jorge, da criação do DOP chegue ao bolso dos jorgenses. E sentimos isso com muita pena, porque, como eu disse, eu gosto muito da minha terra, mas eu adoro queijo de S. Jorge.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Sra. Deputada Paula Bettencourt, tem a palavra. Três minutos.

(*) **Deputada Paula Bettencourt (PS):** Muito obrigada, Sr. Presidente. Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo: Eu não posso deixar de intervir para referir que acho lamentável que, numa altura em que a Confraria do Queijo de S. Jorge comemora uma data tão importante como esta,...

Deputado João Costa (PSD): É precisamente por isso.

A Oradora: ... venham os Srs. Deputados do CDS/PP e do Partido Social Democrata fazer aproveitamento político desta questão.

Deputado Abel Moreira (CDS/PP): Não é aproveitamento político, é a verdade!

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

A Oradora: Acho que, numa altura em que comemoramos esta data tão importante, deveríamos todos estar unidos e associados no interesse do queijo de S. Jorge.

Muito obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos ao voto seguinte, um voto de saudação pelo 25.º aniversário do Boavista Club da Ribeirinha.

Sr. Deputado António Toste Parreira.

Deputado António Toste (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Congratulação

25.º Aniversário do Boavista Club da Ribeirinha

Fundado a 25 de abril de 1987, o Boavista Club da Ribeirinha Comemorou o seu 25.º Aniversário, no passado dia 25 de abril. Ao longo desse dia foram realizados diversos eventos, finalizando com uma sessão solene onde foi orador o sócio n.º 1 da coletividade, David Martins. Foram ainda homenageados os ex-Presidentes do Club e agraciadas as instituições e coletividades da freguesia.

Aquando da visita do Boavista Futebol Clube à Ilha Terceira, numa reunião entre pessoas ligadas à equipa da Casa do Povo da Ribeirinha e o Presidente do Boavista, Valentim Loureiro, e o Vice-Presidente, Manuel maio, depois de muita conversa e de algumas histórias contadas, com umas favas escoadas, azeitonas, linguiça e um bom vinho de cheiro, à mistura, foi dado o primeiro pontapé de saída para a criação de um outro Boavista. Desta feita, na freguesia da Ribeirinha, Ilha Terceira, Região Autónoma dos Açores.

Para que assim fosse, ficou definido que primeiramente a equipa teria de se constituir como um Clube Desportivo, ter o nome do Boavista e ser Filiado no Boavista Futebol Clube.

O que veio a suceder depois de muitos contatos, da disponibilidade de pessoas para abraçar o projeto e do local para se reunir. Foi na primeira reunião realizada no edifício Sede da Sociedade Filarmónica Recreio dos Lavradores da Ribeirinha que se escolheu por unanimidade o nome do clube: Boavista Club da Ribeirinha. Tendo-se constituído entre os presentes os Órgãos Sociais, entre outros, ficou assim constituída a Direção:

- Presidente – Pedro Lemos Tavares
- Vice-Presidente – Manuel Teodoro Vieira

- Tesoureiro – João Inácio Gonçalves Gomes
- Secretário – David Manuel Vaz Martins
- Secretário-geral – Henrique Manuel Alves Cardoso

No entanto, só mais tarde, no ano de 1998 o Boavista Club da Ribeirinha filiou-se no Boavista Futebol Clube, sendo então Filial N.º 1. De referir que a equipa da Ribeirinha já se equipava de xadrez, ou seja, à Boavista.

Assim, no dia 28 de agosto de 1987 compareceram no Cartório Notarial de Angra do Heroísmo: David Manuel Vaz Martins, João Amaro Vaz Martins Areias, José Toste de Castro, José Gonçalves Borges, Manuel Teodoro Vieira, Francisco Augusto da Silva Rocha, José Pires Homem, Pedro Lemos Tavares, Francisco José Castro Coelho Machado, António Sousa Teodoro, António Manuel Lima Lopes e Henrique Manuel Alves Cardoso para através de escritura pública registar o Boavista Club da Ribeirinha como Associação Desportiva.

A Fundação data de 25 de abril de 1987, por ser próximo da data do registo e sobretudo por ser um dia feriado. Para constar o nome Club, foi necessário pagar naquela época 10.000,00 (dez mil escudos).

Já com uma grande angariação de sócios, o Boavista teve necessidade de obter um espaço onde funcionasse a sua Sede de modo a satisfazer os seus associados e assim criar também fontes de receita.

Dois anos depois, mais precisamente, em abril de 1989, por 10.000,00 (dez mil escudos) de renda por mês foi possível encontrar uma casa na Rua da Igreja que serviu de Sede do Club durante alguns anos.

Posteriormente adquiriu casa própria que mais tarde permutou com a casa onde inicialmente se tinha instalado e onde hoje funciona a atual

Sede Social. As novas instalações foram Inauguradas a 26 de setembro de 1998, pelo Presidente do Governo Regional dos Açores, Carlos César.

Com apenas 25 anos de existência o Boavista Club da Ribeirinha já alcançou momentos de glória no seu historial futebolístico:

- Na época 1987/1988, primeira inscrição na II Divisão da Associação de Futebol de Angra do Heroísmo, tendo-se classificado em 2.º lugar;
- Na época seguinte, em 1988/1989, foi Campeão da II Divisão da Associação de Futebol de Angra do Heroísmo, tendo então subido ao escalão de honra.

Época após época o Boavista Club da Ribeirinha foi conquistando títulos, tornou-se numa equipa de referência da Ilha Terceira. No entanto, a grande projeção do Club deu-se na época de 1994/1995. Ganhou todas as provas onde estava inserido e subiu à III Divisão Nacional da Série Açores, na sua primeira edição.

O Boavista arrastava consigo aos campos de futebol multidões, quer no seu reduto, quer em casa alheia. A provar isso, destacam-se as célebres deslocções à Graciosa, na época de 1989/1990 para o apuramento da Taça da Associação de Futebol de Angra do Heroísmo e a São Jorge, na época de 1994/1995 para o apuramento de Campeão da Associação de Futebol de Angra do Heroísmo. Tendo então ganho as duas provas.

Na viagem à Graciosa havia muito nevoeiro, a equipa aguardava no aeroporto o sinal de partida e no Porto das Pipas estava uma multidão imensa também a aguardar pela viagem e disposta a tudo. Era ver aqueles que sem saber onde ficariam hospedados, confiantes, alegres e com emoção nada os fazia temer.

São momentos fantásticos que certamente ficará marcado na memória de todos aqueles que acompanharam a sua equipa, bem como os que na Ribeirinha com o ouvido à escuta viviam uma emoção nunca antes conseguida.

Na Formação, o Boavista pode orgulhar-se da obra feita. Nos últimos 25 anos foram centenas de crianças e jovens que por aquela casa passaram, formaram-se enquanto atletas e sobretudo enquanto homens para a vida. É uma Escola fundamental e preponderante na comunidade local, proporciona condições para a ocupação dos seus tempos livres e contribuiu para a prevenção da marginalidade e delinquência.

Presentemente, para além da Equipa de Seniores, o Boavista conta nas suas fileiras com dois Escalões de Formação com cerca de trinta crianças e jovens, sendo praticamente todos oriundos da freguesia da Ribeirinha.

O fruto deste trabalho é bem visível, quer pelos títulos conquistados, quer ainda pelo contributo muito positivo, na formação: desportiva, cultural e social.

Com o assinalar de um quarto de século de história (Bodas de Prata), as crianças e jovens enquanto atletas ao serviço do Boavista Club da Ribeirinha conquistaram 18 títulos. A destacar a época 1994/1995 onde se sagraram Campeões Açorianos em Juniores – B, Juvenis.

Ao nível dos Seniores, para além de outros troféus conquistados, o Boavista conta no seu palmarés:

- 1 Título de Campeão de Ilha da II Divisão da AFAH;
- 2 Títulos de Campeão de Ilha – Divisão de Honra da AFAH;
- 2 Títulos de Campeão da AFAH;

- 4 Taças da Ilha Terceira;
- 2 Taças AFAH;
- 1 Super Taça Francisco Borges Pinheiro;
- 2 Torneios de Preparação;
- 1 Torneio de Apuramento Representante da AFAH – Taça de Portugal;
- 1 Torneio Representante Taça Açores;
- Nas épocas 1995/1996 e 2001/2003, militou na III Divisão Nacional da Série Açores.

Atualmente o Club é presidido pelo Senhor Rui João Leonardo Soares que, presentemente prepara uma nova candidatura à Presidência do Boavista. Entre outros projetos, tem como principal objetivo criar uma equipa de apoio alargada de modo a trabalhar e dinamizar o Club, nomeadamente, incentivar, melhorar e aumentar o número de atletas dos Escalões de Formação e de certa forma também melhorar a equipa Sénior.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária no período legislativo de 10 de maio de 2012, a aprovação de um voto de Saudação pelas bodas de prata do Boavista Club da Ribeirinha.

Do presente voto de Saudação seja dado conhecimento à Comissão de Gestão do Boavista Club da Ribeirinha e demais Órgãos Sociais do Club e colaboradores.

Horta, Sala das Sessões, 10 de maio de 2012

Os Deputados Regionais: Berto Messias, António Toste, José Lima e Nélia Nunes.

Presidente: Sr. Deputado António Ventura, tem a palavra.

(*) **Deputado António Ventura (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O PSD vai associar-se a este voto, reconhecendo e valorizando o papel de dinamização e a sua função ativa para a freguesia, mas, principalmente para os jovens, que este clube proporciona.

Está, assim, de parabéns o Boavista Club, pelas suas bodas de prata.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

Presidente: Creio não haver mais intervenções. Assim sendo, vamos votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos, agora, a um voto de pesar apresentado pelo Bloco de Esquerda, relativo ao falecimento de Miguel Portas.

Deputada Zuraída Soares (BE): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Pesar

Falecimento de Miguel Portas

Miguel Portas nasceu a 1 de maio de 1958 e faleceu, no pretérito dia 24 de abril, na cidade de Antuérpia.

Desde jovem se empenhou na luta pela democracia. Aos quinze anos já conhecia os cárceres da polícia política, em consequência da sua luta pela liberdade, contra a ditadura e a contra a guerra colonial.

Em 1974, adere ao Partido Comunista Português, onde milita até 1991.

Trabalhou no Poder Local, nomeadamente, em Lisboa, cujo desenho das festas da cidade, ainda hoje mantêm os traços do seu punho. Desenvolveu também a sua atividade, na área cultural, em Municípios da Serra Algarvia.

Estas experiências ajudaram-no a valorizar o Poder Local, as culturas, o interior e, sobretudo, as pessoas.

Licenciado em Economia, foi o jornalismo a sua vocação.

Desenvolveu a sua ação, como editor de cultura, no jornal

“Expresso” e, como redator, na revista “Contraste“. Fundou o jornal “Já“ e a revista “Vida Mundial“, publicações de que foi diretor.

Apaixonado pela cultura dos povos, deu particular atenção ao conhecimento das culturas da Bacia do Mediterrâneo e à sua divulgação. Foi coautor e apresentador de duas séries documentais televisivas sobre o “Mar das Índias“, em 2000 e sobre o Mediterrâneo, em “Périplo“, exibido em 2004.

Sobre o Mediterrâneo, escreveu dois livros, “Labirinto“, em 2006 e “Périplo“, em 2009, em coautoria com Cláudio Torres.

Numa recolha de crónicas, ensaios e reportagens, publicou, em 2002, “E o resto é paisagem”.

Miguel Portas foi fundador do Bloco de Esquerda e seu dirigente, desde a fundação deste partido. Foi, também, o seu primeiro eurodeputado em 2004, tendo sido reeleito em 2009.

Confrontado com a sua doença - que encarou com inegável coragem e serenidade -, manteve as suas funções de forma empenhada, até aos

últimos dias da sua vida. Ultimamente, preparava o relatório do Parlamento Europeu sobre as contas do Banco Central Europeu.

Era um militante empenhado da Esquerda, um defensor acérrimo da democracia, cultivava o gosto pelo debate das ideias, com grande humanismo e profundo respeito pelos outros, como, aliás, evidenciaram todas as tomadas de posição de personalidades nacionais e internacionais, de um amplo leque de quadrantes políticos e culturais.

Miguel Portas foi um combatente pela democracia, era o combate da sua vida.

Vida intensa, na qual, quem com ele conviveu, admirava a sua inteligência, o seu fino humor e o constante apelo e valorização pelas coisas simples da vida, que tanto apreciava.

Uma vida cheia, que ele sintetizou na frase “Não desisti de nada”.

Nos termos regimentais, o Grupo Parlamentar do Bloco Esquerda/Açores propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores apresentar à sua família, as mais sentidas condolências, juntando-se a todas as vozes que lamentam a sua perda e a forma como esta empobrece a Democracia.

Do presente voto deve ser dado conhecimento à família de Miguel Portas.

Horta, 10 de maio de 2012

A Deputada do Bloco de Esquerda/Açores: Zuraida Soares

Presidente: Vamos, então, votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos a outro voto de pesar, da autoria do Partido Socialista, relativo ao falecimento de António Oliveira Rodrigues.

Sr. Deputado José San-Bento, tem a palavra.

Deputado José San-Bento (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Voto de Pesar

Falecimento de António Oliveira Rodrigues

Um Deputado tem na palavra um precioso e imprescindível instrumento de trabalho.

Todavia, há momentos na vida parlamentar em que o uso da palavra se faz com enorme tristeza e comoção.

Hoje é uma dessas ocasiões. Um momento que desejava-mos poder adiar para sempre.

Porém, a circunstância obriga-nos à incontornável evocação de um ex-deputado desta Assembleia, de um amigo e de um camarada que nos deixou muito recentemente.

António Roberto de Aguiar Oliveira Rodrigues, conhecido no mundo da política como António Oliveira Rodrigues, faleceu no passado dia 5 de maio, aos 69 anos de idade, vítima de doença prolongada.

O “Tonecas”, como era carinhosamente tratado pelos seus amigos, nasceu a 26 de abril de 1943, em Ponta Delgada, na Ilha se São Miguel.

Foi nesta cidade que cresceu e estudou.

Mais tarde rumou a Lisboa onde prosseguiu os seus estudos e se formou em Direito pela Universidade Clássica de Lisboa.

António Oliveira Rodrigues aderiu ao Partido Socialista logo após o 25 de Abril, quando ainda residia em Lisboa e trabalhava no Ministério da Educação. Alguns meses mais tarde faria parte do grupo de fundadores do PS-Açores.

No período em que viveu no continente português, desempenhou as funções de Adjunto do Primeiro-Ministro no I e II Governos Constitucionais; de Chefe de Gabinete do Ministro dos Negócios Estrangeiros Jaime Gama; e de Assessor do Presidente da República Mário Soares.

Nos Açores, o seu percurso político foi exemplar e intenso, numa altura em que não era fácil ser militante de um partido da oposição, particularmente do PS, o seu partido de sempre.

António Oliveira Rodrigues foi Deputado do Partido Socialista na Assembleia Legislativa Regional, pelo círculo eleitoral de São Miguel, durante toda a IV legislatura, de 1988 a 1992.

A sua vida política, durante o mandato em que foi Deputado, foi marcada por uma intensa atividade parlamentar, tendo feito parte da Comissão de Organização e Legislação, da Comissão Permanente, da Comissão Eventual de Inquérito à Gestão do Projeto Geotérmico, da Comissão Eventual para a Revisão do Estatuto Político-Administrativo da Região Autónoma dos Açores, da Comissão Eventual para Apreciação dos Projetos de Revisão Constitucional e da Comissão Eventual de Inquérito à ERPI e da sua Participada ZOFRAM .

António Oliveira Rodrigues foi também Secretário-Geral da Presidência do Governo Regional até à sua aposentação.

Reconhecido dentro e fora do Partido Socialista, foi condecorado com a Ordem do Infante D. Henrique, a Ordem Inglesa de S. Jorge e St. Michael e distinguido, em 2011, com a Insígnia Autonómica de Mérito Cívico.

Foi uma vida de luta política e democrática marcada pela firmeza das convicções, pela inteligência e pela coragem de estar sempre presente nos momentos mais difíceis. Uma vida cheia de sucessos e realizações precocemente terminada. Nós não esqueceremos o seu exemplo e procuraremos ser sempre dignos da herança que o “Tonecas” ajudou a construir com grande talento e dedicação.

O Partido Socialista curva-se respeitosamente num momento doloroso em que homenageia um camarada que deixará muitas saudades.

Assim, e ao abrigo das disposições regimentais aplicáveis, o Partido Socialista propõe o seguinte voto de pesar:

A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores manifesta o seu profundo pesar pelo falecimento do Dr. António Oliveira Rodrigues reconhecendo o relevante contributo que deu à Região, a esta Assembleia e ao Partido Socialista, como político e também como cidadão, e endereça sentidas condolências a toda a sua família.

Propõe-se ainda que deste voto de pesar seja dado conhecimento à sua família.

Horta, Sala das Sessões, 10 de maio de 2012

Os Deputados do Grupo Parlamentar do Partido Socialista-Açores: Berto Messias, José San-Bento, Francisco César e Catarina Furtado.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Presidente: Creio que estamos em condições de votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: O voto apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, terminamos os votos.

Creio que é altura de fazermos um intervalo de meia hora.

Retomamos os nosso trabalhos às 11 horas e 45 minutos.

Até já.

Eram 11 horas e 17 minutos.

Presidente: Agradecia que ocupassem os vossos lugares.

Eram 11 horas e 55 minutos.

Vamos começar com uma declaração política do PP. Para tal, dou a palavra ao Sr. Deputado Luís Silveira.

Deputado Luís Silveira (CDS/PP): Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhora e Senhores Membros do Governo,

O mandato do atual Governo Regional aproxima-se do fim. É também o fim de um ciclo governativo, pelo que é apropriado que esta Assembleia realize uma avaliação das políticas implementadas nos últimos 16 anos. Proponho, assim, que nos debrucemos sobre as promessas eleitorais não cumpridas e as políticas que falharam para as chamadas “Ilhas da Coesão”.

No entendimento do CDS-PP, a coesão territorial, social e económica dos Açores só se atinge com políticas específicas e focadas nas necessidades particulares de cada ilha.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

O Orador: Pelo desenvolvimento de cada ilha se consegue alcançar o desenvolvimento do todo regional!

Porém, hoje, o desenvolvimento harmonioso dos Açores é uma quimera.

Prova de que o modelo de desenvolvimento adotado falhou, nos 20 anos de governação do PSD e nos 16 anos de governação socialista, é um recente estudo do INE sobre índices de coesão, que compara 30 regiões do País, e que coloca os Açores no último lugar.

O modelo falhou porque as políticas foram erradas, continuamente erradas.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

Deputado Berto Messias (PS): Não apoiado!

O Orador: Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Os Açorianos, individualmente ou através das suas empresas, têm realizado um esforço de progresso e modernização, para o qual concorreram as várias linhas de apoios financeiros cofinanciados por fundos comunitários. Mas este esforço não tem sido suficiente.

Na Agricultura, os produtores esforçam-se, mas perante um aumento dos custos de produção, não são recompensados nos seus rendimentos.

Deputado António Ventura (PSD): Muito bem!

O Orador: A rede regional de abate apresenta lacunas que não foram colmatadas, especialmente nas “Ilhas da Coesão”.

Em São Jorge, o Governo nunca cumpriu um dos seus compromissos eleitorais – realizar obras no matadouro –, e bem que elas eram necessárias. Só no ano de 2011 o abate de gado aumentou 31%, comprovando o esforço realizado pelos produtores, mas as condições são exíguas.

Outro erro clamoroso da governação socialista foi a unificação das cooperativas de lacticínios de São Jorge. A medida implementada para pagar dívidas, reduzir custos, aumentar exportações e melhorar os rendimentos dos produtores, transformou-se numa estrutura mais despesista que não compensa os lavradores na devida proporção. Os produtores de leite de São Jorge recebem hoje pelo leite entregue na fábrica o mesmo que recebiam há sensivelmente 20 anos, apesar das apertadas regras de classificação... E recebem com meses de atraso!

No setor das pescas e da transformação do pescado, os profissionais esforçam-se, mas os problemas surgem depois das capturas.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

O Orador: Devido à política de transportes aéreos que o Governo socialista não soube colocar ao serviço da economia, os pescadores das Flores, do Corvo, da Graciosa e S. Jorge não conseguem obter o mesmo rendimento que os pescadores das ilhas que possuem...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

Deputado José Lima (PS): Olhe que não!

O Orador: ... ligações aéreas diretas ao exterior da Região.

Sobre este assunto, desde 2008 que o CDS vem apresentando propostas para a aquisição de um avião minicargueiro que, finalmente, em novembro passado, esta Assembleia aprovou, para a realização de um estudo de viabilidade da aquisição desse meio aéreo.

Importava que o Governo nos esclarecesse sobre o andamento desse processo.

A Fábrica de Santa Catarina, apesar de ter recuperado a carteira de clientes e aumentado a produção, continua com uma gestão corrente deficitária, pela clara falta de injeção de capital. Era importante que o Governo nos dissesse quanto já investiu nesta indústria.

Os transportes, quer marítimos quer aéreos, são fundamentais para a mobilidade de pessoas e mercadorias, constituindo-se como fator de coesão. Mas a coesão que o Governo socialista propagandeia não a pratica.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

O Orador: As tarifas promocionais de € 88,50 ou € 99,50 disponibilizadas pelas companhias aéreas não existem para quatro das cinco “Ilhas da Coesão”.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

O Orador: Neste sentido, o setor turístico nestas ilhas tem sofrido um acentuado revés, registando-se baixíssimas taxas de ocupação, unidades fechadas durante meses e gente a ir para o desemprego.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados,

As políticas aplicadas às “Ilhas da Coesão” não foram capazes de fixar a população ou captar novos habitantes. Provam-no os resultados dos últimos Censos.

Com encerramentos de escolas, de cooperativas de produtores e com dificuldades e custos acrescidos para as famílias e empresas é fatal que as “Ilhas da Coesão” sofram um êxodo populacional.

As sucessivas políticas implementadas para a coesão dos Açores foram, de falhanço em falhanço, acabando no PECA – Plano

Estratégico para a Coesão dos Açores –, que não traz nada de inovador, a não ser o reconhecimento público do Governo de que as suas próprias políticas falharam.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

Deputado José San-Bento (PS): Não é verdade!

O Orador: O sucesso da Autonomia depende, em larga medida, da capacidade dos Açorianos, enquanto Povo com capacidade para se autogovernar, manterem as nove ilhas habitadas e com atividade económica sustentada.

Para isso, importa alterar o paradigma da governação. Os Açorianos já perceberem as vantagens e sobretudo as desvantagens de governos de maioria absoluta.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

O Orador: Já perceberam, com 20 anos de uns e 16 anos de outros, que a alternância entre PSD e PS não é solução...

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Qual é a alternativa?

O Orador: ... que conduza os Açores ao desenvolvimento que merecemos.

Deputado Abel Moreira (CDS/PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do CDS/PP)

Presidente: Estão, naturalmente, abertas as inscrições. Já todos sabem as regras. Aguardo inscrições.

Vamos ver quem é o pioneiro.

Bom, será que não há mesmo inscrições?

Sr. Deputado Rogério Veiros, tem a palavra.

(*) **Deputado Rogério Veiros (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O PP trouxe-nos aqui uma intervenção sobre um tema que é importante, sobretudo num arquipélago de 9 ilhas, com descontinuidade territorial, como é o nosso. E é óbvio que a coesão e a política de coesão serão sempre temas a debater, pelos Açores e pelos açorianos.

Começou o CDS/PP por falar em promessas por cumprir. Eu gostaria de registar que, dos amplos manifestos eleitorais que existem pelas diferentes ilhas, nós temos um grau de cumprimento extremamente elevado, apesar de vivermos tempos de dificuldade, de recessão e de austeridade, impostos pelo Governo de coligação CDS/PP – PSD.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Muito bem!

Deputado João Costa (PSD): Nós é que não cumprimos as vossas promessas políticas nos Açores?

O Orador: Gostaria também de falar aqui sobre algumas matérias que têm a ver com coesão.

(Aparte inaudível do Deputado João Costa)

O Orador: É que a coesão territorial e as políticas de coesão são uma responsabilidade de todos: da sociedade civil, do Governo Regional, do poder local, mas também do poder central, que se está a esquecer de algumas ilhas e de alguns pontos do nosso território, retirando serviços importantíssimos para a coesão nos Açores.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Fale dos Açores!

O Orador: E sobre isso eu não ouvi falar na intervenção do Sr. Deputado Luís Silveira.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Fale dos Açores!

O Orador: Eu estou a falar dos Açores! Serviços de proximidade, polícia, tribunais, serviços de repartições fiscais,...

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: ... isso é falar dos Açores, dos interesses dos açorianos, Sr. Deputado.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

A coesão também se faz apoiando as empresas.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Isso!

O Orador: Falou o Sr. Deputado Luís Silveira no investimento dos empresários. É verdade! E, nas ilhas da coesão, esse investimento é majorado com incentivos maiores, para que esses investimentos sejam feitos nas respetivas ilhas da coesão. Essa é uma conquista dos governos do Partido Socialista. Até então, as ilhas da coesão nunca tinham tido discriminação positiva.

Deputado João Costa (PSD): E as pessoas? Onde é que elas estão?

O Orador: E nós temos discriminação positiva não só nos investimentos às empresas, mas também nos investimentos no âmbito da agricultura, até nos investimentos e nos apoios sociais no âmbito da habitação. Nós temos políticas dirigidas, específicas para as ilhas de coesão,...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Muito bem!

O Orador: ... que é uma conquista dos açorianos dada pelo Governo do Partido Socialista que, na sua coragem, discrimina positiva e favoravelmente algumas ilhas dos Açores.

Mas gostaria ainda de falar sobre transportes. É óbvio que nós ainda temos muito para melhorar nas acessibilidades e nos transportes.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Ah! Pois!

O Orador: Mas também é óbvio que na ilha onde vivo nós temos dado saltos importantíssimos ao nível das acessibilidades. E sobre isso queria falar-lhe. Neste mandato, Srs. Deputados (talvez o Sr. Deputado Cláudio Almeida, por não viver em S. Jorge, não sabe do que é que estou a falar), nós temos o investimento no aeroporto de S. Jorge, ...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Muito bem lembrado!

O Orador: ... que em breve será certificado para poder ser inaugurado, e que é um investimento estruturante e importantíssimo para a ilha de S. Jorge. Porquê? Porque nós temos menos cancelamentos na chegada a S. Jorge.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): O CDS reivindicou, em 2003, o aumento do aeroporto.

O Orador: Uma obra, Sr. Deputado Artur Lima, de mais de 25 milhões de euros na melhoria das acessibilidades a S. Jorge. E os investimentos nos novos aviões são também fundamentais...

(Apartes inaudíveis da Câmara)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos deixar o Sr. Deputado Rogério Veiros terminar a sua intervenção. Sras. e Srs. Deputados...

O Orador: Posso continuar, Sr. Presidente?

Presidente: Pode continuar, Sr. Deputado.

O Orador: Sim, senhor. Os novos aviões são instrumentos também importantíssimos,...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): São, são!

O Orador: ... que os jorgenses e os habitantes das ilhas de coesão reconhecem como importantes meios e instrumentos para melhorar as acessibilidades às nossas ilhas, mas, em particular, na ilha de S. Jorge. O facto de nós hoje termos ligações marítimas diárias com a ilha de S. Jorge é uma conquista há muito reclamada por muitos jorgenses,...

Deputado João Costa (PSD): O problema é esse!

O Orador: ... e isso é um fator de coesão determinante.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Muito bem!

O Orador: E sobre outros investimentos importantes que se fazem em S. Jorge, ...

Deputado Rui Ramos (PSD): E os que não se fazem?

O Orador: ... nomeadamente na área social, onde nós hoje temos melhor qualidade de vida, porque temos uma política social e de investimento nas áreas sociais que é fundamental para melhorar a qualidade de quem lá vive, isso também é fazer coesão. Ainda este fim de semana inaugurámos um lar de idosos no concelho da Calheta, que há muito precisava de um lar de idosos. Isso também é dar qualidade de vida, isso também é fazer coesão.

Mas a intervenção política do CDS/PP, que nos trouxe aqui para falar de coesão, terminou a falar de outra matéria: na aspiração do CDS/PP

em fazer coligação com alguém e não falar sobre coesão. O CDS/PP, parece-me, está mais preocupado em participar de um governo, mas para participar de um governo, Sr. Deputado Luís Silveira, o senhor deve trazer aqui outras matérias. Não é pura e simplesmente criticar por criticar, mas, sim, apresentar projetos fundamentais para os Açores...

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

O Orador: ... e trazer novas ideias e novas políticas,...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Mais ainda? Mais ainda?

O Orador: ... coisa que não vi na sua intervenção e que só ao Partido Socialista cabe trazer aos Açores e aos açorianos novas políticas e novos projetos para os Açores.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires, tem a palavra.

(*) Deputado Aníbal Pires (PCP): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Não vai defender a coligação?!

O Orador: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O PCP tem uma coligação há muito tempo, Sr. Deputado.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): PS!

O Orador: Relativamente à matéria que nos trouxe o Deputado Luís Silveira na sua declaração política, feita em nome do Grupo Parlamentar do CDS/PP, dizer da sua pertinência e até subscrever parte das preocupações que aqui foram trazidas pelo CDS/PP. E

relativamente às políticas de coesão, é o próprio Governo Regional que durante a campanha eleitoral, em 2008, assumiu claramente que havia necessidade de fazer uma avaliação e de dar um novo rumo às políticas de coesão na Região Autónoma dos Açores, com a promessa eleitoral de apresentar o chamado PECA que, entretanto, foi pecando por não aparecer, e apareceu em anteproposta o ano passado, na Graciosa, apresentado pelo Sr. Vice-Presidente do Governo Regional. Portanto, é o próprio Partido Socialista que, efetivamente, reconhece que, relativamente a este desígnio autonómico, que tem a ver com o desenvolvimento harmónico das parcelas da nossa região, alguma coisa, ou melhor, muito tem de ser feito, porque não basta, não é suficiente derramar dinheiro sobre o problema, construir infraestruturas, mas, depois, aquilo que é importante (e aquilo que é importante são as pessoas) fica de lado. E, aliás, o investimento no betão, o investimento nas infraestruturas, algumas delas sobredimensionadas, verifica-se, depois, que esse investimento não corresponde àquilo que é o objetivo principal que é, por um lado, fixar a população, por outro, permitir dinâmicas no comércio interno, que não existem. E, portanto, muito há para fazer, de modo a que esta região e que o desígnio autonómico do desenvolvimento harmonioso se cumpra. E, efetivamente, ele não se tem cumprido. E é evidente que, relativamente a esta questão, às questões da coesão, está indissociável o sistema de transportes aéreos e marítimos de passageiros e mercadorias, que está por resolver.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!...

O Orador: Aliás, qualquer observador externo que olhe para uma região como a nossa, uma região que está pulverizada territorialmente

numa área imensa do Atlântico norte, não compreende por que é que não há, por exemplo, um sistema de transportes marítimos de passageiros e mercadorias que possa dinamizar o comércio interno, que permita o direito à mobilidade e que garanta o direito ao não isolamento.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Não há?

O Orador: Efetivamente isso não existe. E não existe e é necessário resolver este problema. Enquanto este problema não for resolvido, é evidente que nunca atingiremos aquilo que todos, certamente, queremos, que é desenvolver a nossa região de uma forma harmónica, de uma forma equilibrada. E se os transportes marítimos são importantes, os transportes aéreos são, igualmente, importantes. E também ao nível dos transportes aéreos, se, efetivamente, a frequência dos voos e a melhoria da frota são aspetos positivos, há uma questão que está associada ao transporte aéreo e que veda o acesso ao direito à mobilidade...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Não é verdade!

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Não é verdade?

O Orador: ... e que não garante o direito ao não isolamento, quer internamente, quer com as ligações externas, que são os custos finais das passagens aéreas. Ora bem, e os custos finais das passagens aéreas são, de facto, um grande constrangimento à mobilidade de cidadãos, um grande constrangimento ao direito ao não isolamento, e são um grande constrangimento ao desenvolvimento da economia regional. E, portanto, há necessidade de encarar isto como uma

prioridade regional, quer relativamente ao custo das passagens aéreas no interior da região, quer relativamente ao custo das passagens aéreas com as ligações com o continente e com a Região Autónoma da Madeira, portanto, com o território nacional.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): E regional, Sr. Deputado!

O Orador: Ora bem, e é relativamente a esta questão que é preciso clarificarmos o seguinte. Os custos, estes custos...

Presidente: Agradecia que terminasse, Sr. Deputado.

O Orador: Vou já terminar, Sr. Presidente.

E vou terminar dizendo o seguinte. A questão dos custos das passagens aéreas com o continente português e com a Região Autónoma da Madeira tem de ser encarada desta maneira: essa é uma responsabilidade da República...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Vá lá!

O Orador: ... e, sobretudo, é uma questão que tem de ter cobertura também pela União Europeia, porque o projeto europeu que V. Excias. defendem fala em coesão, e também em coesão territorial, e, para isso, é necessário, sendo que o transporte aéreo é a nossa ferrovia, é a nossa rede viária, é o nosso transporte. Logo, tem de ser no quadro da União Europeia, tem de ser no quadro de um serviço público garantido pela companhia aérea regional, tem de ser nesse quadro...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): A Dra. Berta Cabral apoia isso.

O Orador: ... que tem de ser resolvido o problema e não com supostas companhias *low cost* que deixarão, certamente, as ilhas mais pequenas... Aliás, está por aí anunciado a vinda ou as negociações com uma companhia *low cost* para a Terceira e para S. Miguel,...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

O Orador: ... mas nós somos 9 ilhas, 7 dessas ilhas ficam de fora. E é bom que se atente a isto, mas também é bom que se atente que não é do orçamento regional ...

Deputado Berto Messias (PS) e Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Muito bem!

O Orador: ... que tem de sair um escudo para assumir o custo deste transporte.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Começou mal, mas acabou bem!

(Apartes inaudíveis das bancadas)

Presidente: Sr. Deputado Mark Marques, tem a palavra.

(*) Deputado Mark Marques (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Deputado Berto Messias (PS): Vai apoiar a desresponsabilização do Governo da República!

O Orador: Falar em ilhas de coesão é falar em S. Jorge e, por conseguinte, não podia deixar de passar sem intervir neste debate.

(Apartes inaudíveis das bancadas)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos deixar o Sr. Deputado Mark Marques iniciar a sua intervenção. Faça favor.

O Orador: Obrigado, Sr. Presidente.

Dizia eu, Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, que falar em ilhas de coesão é falar também em S. Jorge e, por conseguinte, não podia deixar de participar neste debate.

Há dias escrevi um artigo e tivemos um debate noutra órgão de comunicação social onde eu intitulei a minha intervenção de “Onde estão os resultados?”. Essa é a questão que se coloca: perguntar aos jorgenses, aos graciosenses onde estão os resultados. Mais importante do que estar aqui a esgrimir argumentos é, de facto, perguntar a essas ilhas da coesão sobre os resultados.

Convido o Sr. Deputado San-Bento (nos seus apartes) a acompanhar-me a uma dessas ilhas.

Deputado José San-Bento (PS): Estou a ouvi-lo atentamente!

O Orador: Mas ouça e, depois, irá ver o que é sentir a ilha de coesão.

Deputado José San-Bento (PS): Conheço melhor do que o senhor!

O Orador: Nós, em S. Jorge, há 10 anos, éramos 10 mil, 10 anos depois somos 9. Algo aconteceu. O próprio Partido Socialista, em 2004, criou o conceito de “ilha de coesão”, que era para travar a desertificação e promover a coesão económica e social entre as ilhas. A verdade é que isso não aconteceu, isso não aconteceu, e temos dados, no final destes anos, em que temos na região quase 20 mil desempregados, temos 3500 açorianos que não conseguem pagar a renda da sua casa,...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Vocês criaram uma sociedade de desenvolvimento....

O Orador: ... temos quase 20 mil no Rendimento Social de Inserção. E, depois, vamos a S. Jorge.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Vamos à Madeira!

O Orador: O Deputado Rogério Veiros, há pouco, dizia que dava saltos...

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Pulos!

O Orador: Acusava o Deputado Cláudio Almeida de não ir a S. Jorge, porque dava saltos. Ele, com certeza, passou os últimos 2 anos em cima do cais da Calheta a dar saltos a ver se via o navio passar, que não viu, que não viu.

(Risos e aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Não viu o navio passar e, depois, vem-se regozijar que agora conseguiu-se, no tempo do reinado do Sr. Deputado Vasco Cordeiro, a ligação diária de transportes marítimos nas ilhas do triângulo. Isso é uma verdade, mas com um grande senão, e com muita pena minha, ainda com os velhos cruzeiros do Dr. Mota Amaral. Com muita pena, ao fim de 16 anos.

Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): Não diga isso!

O Orador: Eu digo isto com pena, porque, sinceramente, gostava de, neste meu último ano de carreira parlamentar,...

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Não diga isso! É má notícia!

O Orador: ... congratular-me que ao fim de 20+16, como o PP terminou a sua intervenção, houve, de facto, aquela revolução dos transportes marítimos...

Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): O PSD vai ficar sem deputados por São Jorge?

O Orador: ... e nós temos barcos novos, transportes em condições. Não tivemos!

Deputado João Costa (*PSD*): Muito bem!

Vice-Presidente do Governo Regional (*Sérgio Ávila*): Está tão mau que vão perder o deputado por São Jorge!

O Orador: Iremos ter em outubro, a partir de outubro, iremos ter esses transportes marítimos.

Portanto, eu queria terminar a minha curta intervenção neste debate convidando todos os deputados, mais importante - e o tema aqui trazido pelo Deputado Luís Silveira é pertinente, subscrevo tudo o que ele disse, não por uma questão de coligação, mas por uma questão de sensibilidade e de bom senso, que é verdade o que ele aqui trouxe, porque ele, ao contrário do Sr. Deputado San-Bento, embora diga que conhece as ilhas todas,...

Deputado José San-Bento (*PS*): E conheço!

O Orador: De facto, muita gente o conhece (eu sei que o conhece) e muita gente o ouve na RDP, aos sábados, eu também o ouço, mas outra coisa é ir ao terreno, conhecer. E sintá lá,...

Deputado José San-Bento (*PS*): E sinto!

O Orador: ... vá a essas ilhas e pergunte, de facto, se nas ilhas de coesão, se as pessoas se sentem mais unidas ou não.

O Sr. Deputado Rogério Veiros falou num investimento que é (é verdade) um bom investimento, que é a construção, não é a construção, porque o PS não construiu, o PS ampliou o aeroporto. A

verdade é que o senhor não tem dados oficiais para dizer que agora há menos taxa de cancelamento, porque isso não é verdade,...

Deputado Rogério Veiros (PS): Desculpe?!

O Orador: ... porque esses dados não existem. Empiricamente é natural que isso aconteça porque o aeroporto está maior, mas eu lembro-me que uma vez, numa comissão parlamentar, um piloto da SATA disse que o aeroporto de S. Jorge era tão seguro como o de Lisboa, havia era mais cancelamentos. Está a perceber o raciocínio?

Deputado José San-Bento (PS): É a diferença entre qualidade e segurança!

O Orador: Portanto, não sei se...

Mas que é um bom investimento é, e eu tiro o chapéu.

Voltando à questão dos transportes e infraestruturas portuárias, de facto, no concelho da Calheta - já frisei -, nós tivemos um novo porto de mais 100 barcos, e o Deputado Rogério Veiros continua a dar saltos em cima do porto. Nas Velas, o PS, penso que já conseguiu,...

(Risos do Deputado Artur Lima)

... ou vai conseguir, até ao final deste ano, o seu objetivo que é encher a baía das Velas de pedra.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

O Orador: E eu convido o Sr. Deputado San-Bento a ir a S. Jorge e às Velas e perguntar a qualquer jorgense de sensibilidade e bom senso se, nas Velas,...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): É só calhau!

O Orador: ... de facto, o que lá está feito é ou não é uma palavra que eu não me atrevo dizer!

De facto, começaram...

(Apartes inaudíveis da Câmara)

O Orador: (Não, a palavra é muito feia, não posso dizer).

Deputado José San-Bento (PS): Então não diga!

O Orador: ... pelo fim. Deviam ter feito aquilo que prometeram, que era ampliar o porto. Agora, uma das mais belas (eu sou suspeito) baías de qualidade, que era a baía das Velas, está completamente estragada.

O Sr. Deputado José Gaspar diz que não! Claro que é S. Mateus!

(Risos do Deputado José Lima)

Mas, para mim, é as Velas.

Portanto, em termos de coesão - termino já, Sr. Presidente, antes que me chame a atenção -, a ilha de S. Jorge e as outras ilhas não sentiram isso. E mais importante do que os deputados trazerem este assunto aqui - que é importante trazê-lo - é os Srs. Deputados, que tenham dúvidas e que se vão recandidatar ou candidatar às próximas eleições, irem junto das populações e perguntarem e, aí, vão ver a verdade.

Tenho dito.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

(*) Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

(Aparte inaudível do Secretário Regional da Presidência)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos deixar o Sr. Deputado Paulo Estêvão fazer a sua intervenção. Tem a palavra.

O Orador: Neste caso, o Sr. Secretário da Presidência é o mais barulhento.

Eu gostava de referenciar o seguinte. Em boa hora o CDS/PP trouxe aqui o assunto das políticas de coesão.

Eu tive oportunidade de trazer este assunto diversas vezes a este Parlamento e, ainda na última sessão, realizei e provoqueei uma sessão de perguntas ao Governo Regional sobre esta matéria.

Esta é uma matéria da maior importância. E é uma matéria em que o Partido Socialista se afastou daquela que foi a herança histórica, o compromisso histórico que se obteve em 1976,...

Deputado Artur Lima (CDS/PP) e Deputado Duarte Freitas (PSD): Muito bem!

Deputado José San-Bento (PS): O senhor foi contrariado!

O Orador: ... quando os Açores se unificaram, criaram uma administração conjunta, que não tivemos durante séculos, e o compromisso histórico era de um desenvolvimento harmonioso, com

iguais oportunidades para todos, com iguais oportunidades para todas as ilhas.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Muito bem!

O Orador: E o Governo Regional, nesta matéria, os resultados demonstram que se está a afastar deste caminho, demonstram que não tem esta preocupação, demonstram que está a defender cada vez mais políticas...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): O centralismo.

O Orador: ... centralistas,...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

O Orador: ... políticas que afastam o desenvolvimento harmonioso dos Açores e que, de facto, está a provocar oportunidades diferentes, dificuldades diferentes entre os açorianos das diversas ilhas.

Deputado José Lima (PS): Não apoiado.

Deputado Duarte Freitas (PSD): Muito bem!

O Orador: Se existe uma área na política açoriana em que estes 16 anos de governo do Partido Socialista são uma catástrofe, é esta matéria, a matéria da coesão territorial.

Deputado José Lima (PS): Olhe que não!

Deputado Artur Lima (CDS/PP) e Deputado Duarte Freitas (PSD): Muito bem!

O Orador: Penso que esta é uma questão evidente. Basta observarem os censos. Vejam como as nossas ilhas se estão a despovoar; vejam em relação...

Deputado José Lima (PS): Olhe que não! Não apoiado!

O Orador: ... à dimensão da atividade económica que se está a realizar nas diversas ilhas; e vejam como estes indicadores

demonstram claramente, do ponto de vista factual, que é irrecusável e que não pode ser contrariado, que estas ilhas não estão a ter as mesmas oportunidades de desenvolvimento, que estas ilhas se estão a despovoar, que estas ilhas estão a morrer em termos de desenvolvimento económico, em termos de fixação das populações. Esta é a verdade! O erro de V. Excias. nesta matéria é um erro clamoroso, é algo que contraria o compromisso fundador da Região Autónoma dos Açores, que é um compromisso de um desenvolvimento harmonioso. Foi com esse compromisso que todas as ilhas entraram nesta realização, entraram neste projeto político, neste projeto de cidadania. Este era um projeto em que todos tinham de ir em primeiro lugar, em que ninguém podia ser deixado para trás. Mas estão a ser. Muitas das nossas ilhas estão a ser deixadas para trás.

Deputado José Lima (PS): Olhe que não!

O Orador: E vou dar-vos exemplos concretos. Só eu sei os sacrifícios que tive,...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

O Orador: ... eu que vivo numa ilha de coesão, para trazer coisas tão significativas para aquelas populações, como um pré-escolar gratuito, como todas as outras ilhas têm. Só agora, nesta legislatura, é que isso foi conquistado, e foi necessário...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Ao fim de 36 anos!

O Orador: ... apresentar aqui uma proposta para que aquelas famílias tivessem o pré-escolar gratuito, como em todas as outras ilhas. E isto demonstra bem o que é que é a dificuldade de coesão.

Deputado Luís Silveira (CDS/PP): Muito bem!

O Orador: Também em relação ao ensino obrigatório. Trouxe-vos aqui uma proposta para que o ensino obrigatório se aplicasse igualmente no Corvo, que se aplicasse a toda a Região Autónoma dos Açores. E os senhores chumbaram essa proposta e, um ano depois, alteraram a vossa posição, porque verificaram que era inconstitucional. E, portanto, em relação a esta matéria, os sacrifícios que aqui foram feitos e os insultos que eu aqui tive de ouvir por ter apresentado esta matéria.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Não é verdade!

O Orador: Em relação ao Programa 60+, era um programa de coesão que deixava a ilha do Corvo de fora,...

Deputado Artur Lima (*CDS/PP*): Muito bem!

O Orador: ... que deixou a ilha do Corvo de fora durante anos, não lhe dando as mesmas oportunidades de beneficiar e de combater a sazonalidade, do ponto de vista turístico. E os senhores provocaram e, durante muito tempo, mantiveram esta posição e deixaram esta ilha de fora deste programa.

E também, porque não, a delegação deste próprio Parlamento, os sacrifícios que tive de passar...

Deputada Catarina Furtado (*PS*): Fome negra, fome negra que o senhor passou!

Deputado Artur Lima (*CDS/PP*): Isso foi baixo!

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): A sede do PPM!

O Orador: ... para que fosse reconhecido aquilo que está escrito no Estatuto Político-Administrativo, que são as tais políticas de coesão,

que reconhecia que as delegações funcionavam em todas as ilhas e naquela ilha não funcionavam, porquê? Porquê? E é isso, e esta luta, e o que foi necessário fazer para que se tivessem as mesmas oportunidades. Estou a dar-vos exemplos concretos.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: Outro assunto que tive oportunidade de trazer ao longo da legislatura: aqueles miúdos, aquelas crianças eram as únicas na região que não tinham a oportunidade de jogar num jogo de futebol. Por exemplo, ao longo do verão, a partir de junho e até setembro, não tinham instalações para praticar desporto, quando em muitas freguesias já tinham.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: Isto é que são políticas de coesão? São exemplos concretos que vos estou a dar.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem de terminar.

O Orador: E vou terminar.

Ou, então, que a cultura daquele povo, se fosse valorizada também, que se reconhecesse que aquela ilha também teve um papel fundamental para a cultura, para a história dos Açores, e é a única ilha que não tem um museu, que não tem tido a proteção da sua herança cultural. Os sacrifícios que são necessários fazer para que, em termos de políticas de coesão, um exemplo concreto, tenha os mesmos direitos e que lhes seja reconhecida a dignidade da história daquela ilha e daquela população. Isto é que são exemplos de coesão e os senhores sabem perfeitamente que durante anos e anos e anos deixaram aquela ilha para trás nesta matéria.

Ou, agora - e termino, Sr. Presidente -, ou a questão do porto,...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem! Compram votos!

O Orador: ... que está completamente saturado, que não permite o desenvolvimento económico daquela ilha e que os senhores, ao longo de anos e anos, estão a empatar. Tantas vezes que aqui trouxe o assunto, tantas vezes que aqui tentei conseguir o vosso compromisso, e os senhores também não conseguiram.

Isto são exemplos concretos das áreas em que os senhores falharam profundamente nas políticas de coesão e, nessa matéria, os senhores, de facto, têm... E eu estou emocionado em relação a esta questão, porque considero que podem fazer-se muitos discursos em relação a esta matéria, pode-se falar de muita coisa, mas há uma coisa que se pode dar: exemplos concretos de injustiças gritantes que são realizadas por V. Excias. ao não darem as mesmas oportunidades àquelas crianças, ao não darem as mesmas oportunidades àquelas populações, para que se possam desenvolver e que possam fazer uma coisa que está no seu pleno direito, que possam viver nas suas ilhas sem terem a necessidade de sair dos Açores, de sair das suas ilhas para continuarem a viver onde os seus pais e avós viveram. E os senhores falharam nestas matérias.

Voices dos Deputados das bancadas do PSD, CDS/PP e BE: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do PCP, BE, CDS/PP e PSD)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, aguardo inscrições.

Sr. Vice-Presidente do Governo, tem a palavra.

(Pausa)

Sr. Vice-Presidente do Governo, tem a palavra.

(*) Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo: Eu começaria pela última intervenção do Sr. Deputado Paulo Estêvão. Sr. Deputado Paulo Estêvão, lembro-lhe que foi com os governos do Partido Socialista...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Responda à falta de compromissos no Corvo!

O Orador: ... que foi construído um lar de idosos no Corvo;...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Proposta do CDS/PP!

O Orador: ... foi com os governos do Partido Socialista que foi construída uma escola e passou a haver ensino preparatório e secundário no Corvo; foi com os governos do Partido Socialista que passou a haver um pavilhão multiusos no Corvo; foi com os governos do Partido Socialista que passou a haver infraestruturas hoteleiras no Corvo; é com o Governo do Partido Socialista que passará a haver um pavilhão desportivo no Corvo; é com o Governo do Partido Socialista que houve melhoramento de abastecimento de água, de combustíveis e de infraestruturas nas áreas da pesca no Corvo.

Portanto, se me permite,...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

Deputado Rui Ramos (PSD): Foi o Partido Socialista que descobriu o Corvo!

O Orador: ... Sr. Deputado, o Corvo é, sem dúvida, um bom exemplo, como todas as outras ilhas, do investimento que se fez nas ilhas de coesão.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: E o debate entre aquilo que foi feito e aquilo que ainda falta fazer poderá sempre prolongar-se.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): É isso que falta!

O Orador: Mas, da avaliação objetiva desta realidade, todos chegamos à conclusão que aquilo que foi feito é cada vez mais do que aquilo que falta ainda fazer.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford) e Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: E a prova disso é que o que se discute agora, felizmente, e que assistimos, não é aquilo que falta fazer, é quem é que propôs aquilo que foi feito. E quando se está a discutir quem é que propõe aquilo que já foi feito é porque aquilo que foi feito é muito superior àquilo que falta fazer.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Não é o que está! Ilha de Coesão!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Mas vamos falar de coesão, Sr. Deputado Artur Lima. E falar de coesão territorial...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): E social!

O Orador: ... é (e social, lembrou bem a palavra) também falar daquilo que assistimos no país em termos de um ataque profundo à coesão territorial e à coesão social. E temos que entender onde é que começa e acaba o PP,...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Fale dos Açores!

Deputado José San-Bento (PS): Muito bem!

Deputado Francisco César (PS): Incomoda!

O Orador: ... que é o partido que, estando no governo, propõe uma redução substancial do principal núcleo de coesão territorial que existe no nosso país, que são as juntas de freguesia.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): É falso! Quem negociou foi o Partido Socialista!

O Orador: É essa a coesão territorial do PP...

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Vamos falar de coesão social. É coesão social, às escondidas, viabilizar...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): É a troika!

O Orador: ... a reforma dos beneficiários da Segurança Social que tinham direito a essa reforma e que ficou, de um momento para o outro, sem ninguém saber, promulgada a proibição dessa reforma antecipada? É coesão territorial aumentar de forma muito significativa o passe social para o transporte das pessoas...

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Muito bem!

Deputado Artur Lima (*CDS/PP*): Aonde?

(Risos do Deputado Artur Lima)

O Orador: ... que não têm condições de transporte? É coesão territorial...

Deputado Artur Lima (*CDS/PP*): Muito bem!

Deputado Jorge Macedo (*PSD*): Isso é a CGTP!

O Orador: ... onerar e passar a pagar a utilização de estradas para o interior do país, o que está a pôr em causa a desertificação acrescida do interior do nosso país? É coesão social anular o investimento público que se faz no próprio país, na grande maioria dos concelhos do interior? É coesão territorial limitar substancialmente os meios que os municípios...

Deputado Cláudio Almeida (*PSD*): Coesão territorial é entregar as SCUTS a uma empresa espanhola!

O Orador: ... têm para desenvolverem as suas atividades e para apoiarem as suas populações, como bem salientou muito recentemente o insuspeito presidente da Associação Nacional de Municípios, que é um eleito de um partido do Governo?

E, por último, vamos falar daquilo que é essencial.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Fale do seu Governo e dos Açores!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

O Orador: Vamos falar exatamente daquilo que é a coesão.

A introdução do conceito de coesão, a introdução de políticas de coesão que, na prática, apoiam de forma acrescida as famílias e as empresas das ilhas mais pequenas, foi criada pelo Partido Socialista, foi implementada pelo Partido Socialista, e são as famílias açorianas e as empresas açorianas que sabem que foi o PS que deu apoios acrescidos em relação às ilhas maiores. É esse o nosso património, esse é o nosso orgulho.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Haverá sempre mais para fazer.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Resultados? Resultados?

O Orador: Haverá sempre mais apoios para atribuir. Haverá sempre mais políticas para intensificar, mas, enquanto assistimos em todo o território nacional a um corte substancial dos apoios às políticas de coesão territorial, nos Açores, progressivamente, mesmo com esta conjuntura,...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Resultados? Fale do seu Governo e dos Açores!

O Orador: ... ao contrário do resto do país, estamos a apoiar cada vez mais as empresas e as famílias das ilhas mais pequenas. E é isso que nos distingue.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

E agora mais dados concretos. Falaram dos transportes aéreos.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Resultados!

O Orador: Eu relembro que para as ilhas de coesão, só nos últimos 3 anos houve uma redução de 17% no custo das passagens aéreas interilhas, para as ilhas de menor dimensão.

Deputado Francisco César (PS): Muito bem!

O Orador: É esta a nossa política prática. E o resultado é muito objetivo.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Resultados!

O Orador: Houve um aumento de 60...

Resultados? Primeiro, redução em 17% do custo das tarifas aéreas entre ilhas, para as ilhas de coesão.

Deputado João Costa (PSD): 1% ao ano!

O Orador: Segundo, um aumento de 61% dos passageiros transportados, ou seja, da utilização do transporte aéreo para as ilhas de coesão. É este o resultado da nossa política, é o resultado de que nos orgulhamos.

Deputado Francisco César (PS): Está aí a sua resposta!

Deputado Artur Lima (CDS/PP): É falso!

O Orador: E por falar em transportes, é também nosso património termos reintroduzido em todas as ilhas de coesão o transporte marítimo interilhas.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Isso é falso!

O Orador: Porque conseguimos não só que as pessoas das ilhas de menor dimensão pudessem circular na região em transporte marítimo, como, mesmo com esse meio adicional, aumentamos em 61% as pessoas que foram transportadas em transportes aéreos. É essa a nossa política de coesão.

Presidente: Sr. Vice-Presidente, tem de terminar.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Muito bem!

Deputado Artur Lima (CDS/PP): O senhor prove-me isso tudo.

O Orador: E permita-me que fale também...

Vou já terminar e digo que este debate seria muito produtivo e permitiria muito mais a discussão se fosse usada outra figura regimental que inviabilizasse apenas uma intervenção por parte do Governo. Mas, por isso, vou tentar sintetizar.

É também política de coesão, Sr. Deputado, em relação a S. Jorge e às cooperativas de S. Jorge, quando o Partido Socialista entrou para o Governo, as cooperativas estavam a dever aos lavradores 18 meses de leite...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): E hoje?

O Orador: ... e hoje estão os prazos cumpridos de acordo com os valores contratuais de 3 meses. Ou seja, os lavradores de S. Jorge, os produtores de leite de S. Jorge...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Isso não é verdade!

O Orador: ... sabem exatamente o que é a política de coesão de apoio à agricultura e às cooperativas em S. Jorge.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): E a dívida da cooperativa?

Deputado Rui Ramos (PSD): E o matadouro!

O Orador: Para concluir, permita-me dizer uma questão muito importante.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): E a dívida da cooperativa?

O Orador: Sr. Deputado Artur Lima, o Sr. Deputado utilizou um índice para justificar a sua política.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Não fui eu! Foi o INE!

O Orador: O INE é?

Deputado Artur Lima (CDS/PP): O INE é que utilizou esse índice.

O Orador: Foi só o INE?

Deputado Artur Lima (CDS/PP): O INE é que utilizou esse índice.

O Orador: Mas foi só o INE que utilizou esse índice?

Deputado Artur Lima (CDS/PP): O INE é que utilizou esse índice.

O Orador: Então, Sr. Deputado, leia as suas declarações que saíram no dia 25 de abril, curiosamente, no *Diário Insular*.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Isso!

O Orador: Foram publicados, no passado dia 12 de abril, os índices...

Presidente: Tem de abreviar, Sr. Vice-Presidente, tem de abreviar.

O Orador: ... do INE e do EUROSTAT.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Faz parte!

O Orador: O senhor imputou esse índice ao EUROSTAT.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Não é?

O Orador: Eu aqui tenho que o desmentir, porque o índice que refere é um protocolo de colaboração entre o Instituto Nacional de Estatística...

Deputado João Costa (PSD): Já não se pode confiar no INE!

O Orador: ... e o Departamento de Perspetiva e Planeamento e Relações Internacionais, do Ministério do Ambiente e Transportes. Não tem nada a ver com o EUROSTAT. Não é um indicador estatístico reconhecido europeicamente.

O senhor disse, e repito, o senhor falou que era um índice do EUROSTAT...

Presidente: Tem de terminar, Sr. Vice-Presidente.

O Orador: E eu estou a dizer-lhe, aliás, como o ponto 11 do estudo que refere, este índice não é do EUROSTAT,...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): O senhor é que mente.

O Orador: ... não é do EUROSTAT, repito, ao contrário daquilo que o senhor disse. E não é um índice reconhecido, em termos europeus, como qualquer indicador de coesão. E mais, só para concluir.

Presidente: Tem de concluir.

O Orador: E se fosse credível,...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Ah! Isto não é credível?!

O Orador: ... como é que no mesmo índice de qualidade ambiental a Região Autónoma dos Açores, cumprindo esse estudo, tem menos qualidade ambiental do que a Grande Lisboa? Qual é a credibilidade deste mesmo estudo?

Mais. Segundo aspeto, como tive oportunidade de dizer, ...

Presidente: Tem de terminar, Sr. Vice-Presidente.

O Orador: ... em 2006 e 2009, este estudo, este indicador, que é do Ministério,...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Isto é do INE!

O Orador: ... e que no âmbito de um protocolo com o INE, que não é reconhecido pelo EUROSTAT, tem uma outra particularidade, é que, face aos indicadores utilizados e à metodologia, não pode, não faz sentido ser aplicado a regiões arquipelágicas.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Ah, não?!

O Orador: Por isso mesmo é que no índice de coesão para essa realidade não são só os Açores que estão muito abaixo do país, são os Açores e a Madeira.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Ah! Agora a Madeira já serve!

O Orador: São as duas regiões que estão abaixo. Portanto, não vamos utilizar indicadores...

Presidente: Muito obrigado, Sr. Vice-Presidente.

O Orador: ... que não são credíveis.

Permita-me, só para terminar.

Presidente: Sr. Vice-Presidente, já está para terminar há muito tempo!

O Orador: Toda a gente tem direito de se enganar.

Deputado Abel Moreira (CDS/PP): E no seu caso muitas vezes!

O Orador: E no caso de ter dito nas suas declarações que era um índice do EUROSTAT, o senhor faça o favor de reconhecer...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Agora diz que não é e fica resolvido!

O Orador: ... que ou se enganou ou não era isso que queria dizer.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Não me enganei! O senhor acabou de dizer que o INE não é credível! O senhor fez uma intervenção lamentável! Um atestado de incompetência seu e do Governo do Partido Socialista!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Não sei se há mais inscrições, Sras. e Srs. Deputados. Não sei se há mais inscrições...

Não havendo mais inscrições, vou dar a palavra ao Sr. Deputado Luís Silveira para encerrar o debate. Tem a palavra, Sr. Deputado Luís Silveira.

(*) Deputado Luís Silveira (CDS/PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Nós trouxemos aqui um tema que achamos pertinente e importante para o desenvolvimento dos Açores, que é a coesão dos Açores. Lamentavelmente, assistimos, na maioria do debate, a uma bancada do Partido Socialista ausente, que não quis debater os problemas das ilhas da coesão. E dizer o seguinte.

Deputada Nélia Amaral (PS): O senhor sabe que é assim!

O Orador: O Sr. Deputado Rogério Veiros, ...

(Apartes inaudíveis da Câmara)

O Orador: ... certamente,...

(Apartes inaudíveis da Câmara)

Presidente: Srs. Deputados, Sras. e Srs. Deputados,... Faça favor, Sr. Deputado Luís Silveira.

O Orador: O Sr. Deputado Rogério Veiros, certamente, não ouviu a minha intervenção. E não ouviu a minha intervenção porque centrou-se, essencialmente, a falar do Governo da República e a falar nas medidas que o Governo da República está a impor no país. Eu não falei no Governo da República na minha intervenção,...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

O Orador: ... mas posso falar, não tem problema. Eu falei da coesão dos Açores, e foi isso que os senhores se escusaram a discutir aqui dentro.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

O Orador: Porque se os senhores quiserem ser honestos e sinceros,...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

O Orador: ... para falar de coesão e para falar...

Deputado Rogério Veiros (PS): Vocês não gostam de falar as políticas do vosso Governo!

O Orador: ... nos 16 anos de governação do Partido Socialista nos Açores e da coesão que os senhores não souberam desenvolver nem criar nos Açores nestes 16 anos, 14 deles, do Governo da República, foram da responsabilidade dos governos do Partido Socialista.

Não venham imputar a falta dessa coesão nos Açores a um ano de governação do Governo atual da República.

Deputado Duarte Freitas (PSD) e Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

Deputado José Lima (PS): Não tem lições a dar ao PS!

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Mas quando estão no Governo não fazem! Têm oportunidade de fazer lá fora e não fazem!

(Aplausos dos Deputados das bancadas do CDS/PP e PPM)

O Orador: E isso comprova, claramente, a tal falta de boas políticas de coesão nesta região. E, por isso, chutaram para canto...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Não chutámos...

O Orador: ... e fugiram às suas responsabilidades aqui dentro.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Vergonhosamente!

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Vocês quando estão no Governo não fazem coesão nenhuma!

O Orador: E, depois, dizer o seguinte, Sr. Deputado. O senhor falou em saltos e, de facto, em S. Jorge, nós temos assistido a muitos saltos, e sabe de quê? De coelhos, mas tem havido muitos prejuízos.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

(Risos do Deputado Artur Lima)

(Aparte inaudível do Deputado Rogério Veiros)

O Orador: Os saltos, em S. Jorge, são de coelhos, e trazem-nos muitos prejuízos. E, mais uma vez, em relação a esses saltos, os senhores olharam para canto e não quiseram assumir essa sua responsabilidade.

E, depois,...

Deputado Rogério Veiros (PS): Passos Coelho!

O Orador: ... dizer o seguinte. O senhor escusou-se aqui a falar daquilo que foram os problemas levantados hoje por mim, ali naquela tribuna. Esqueceu-se de várias coisas, mas lembrou-se de outras. Lembrou-se de vir dizer que o Governo Regional dos Açores tem investido nas ilhas de coesão, com majoração às empresas. É verdade! Esqueceu-se foi de dizer que os recentes estudos – e há mais do que um –, inclusive da Câmara do Comércio da Terceira, que tutela a ilha de S. Jorge ...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Não há Câmara do Comércio da Terceira!

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Foi um lapso!

O Orador: ... em termos de comércio, vem dizer que as ilhas, inclusive de S. Jorge, que é da coesão,...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

O Orador: ... têm a maioria das suas empresas tecnicamente falidas.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Olha!

O Orador: Foi isso que veio o estudo dizer...

Deputado Francisco César (PS): De quem é esse estudo?

O Orador: ... e que foi comprovado pelo Presidente do Núcleo Empresarial de S. Jorge, que é um destinto autarca do Partido

Socialista, e que veio confirmar esse estudo, e que diz que a maioria das empresas estão tecnicamente falidas.

Deputado Rogério Veiros (PS): Infelizmente, falidas por causa da austeridade!

O Orador: É isso que comprova que, mesmo assim, e foi isso que eu disse ali, naquela tribuna, com todos esses investimentos, em S. Jorge, que é uma ilha da coesão – e falo naquela por onde fui eleito, mas poderia falar em outras, pois o estudo também fala na ilha da Graciosa, fala em outras ilhas da coesão, não fala só na de S. Jorge –, a maioria das empresas estão tecnicamente falidas.

E, depois, como é que se pode vir aqui dizer...

Deputado Rogério Veiros (PS): A austeridade é que está a falir as empresas.

O Orador: ... que as empresas estão melhores, que o Governo tem investido nas empresas, quando nós temos...

Deputado Rogério Veiros (PS): Graças à austeridade pela austeridade! A paixão que os senhores têm pela austeridade!

O Orador: ... empresas nas ilhas da coesão, inclusive, com insolvências, quando nós temos ilhas a definhar com os números de desemprego. Nós temos mais desemprego nas ilhas da coesão, nós temos empresas com insolvência nas ilhas da coesão.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

O Orador: É essa a verdade e a realidade que hoje temos nos Açores. E essa realidade não é da culpa do Governo da República, essa realidade é do Governo Regional do Partido Socialista. É essa a verdade.

E, depois, ainda dizer-lhe outra coisa. O senhor veio falar em transportes, mas o que eu frisei ali, naquela tribuna, em relação a transportes aéreos, não foi o aumento da pista, eu falei numa discriminação que este Governo faz às ilhas da coesão, quando cria tarifas promocionais de 88,50€ e deixa de fora essas ilhas da coesão. Foi isso que eu disse e o senhor não quis responder.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Isso não é verdade! Deixa de fora como? Onde é que isso está escrito?

O Orador: Agora, nós louvamos, saudamos, e até propusemos há muito tempo, nesta Casa, o aumento daquela pista, e congratulamo-nos com ela. O que não nos congratulamos é que este Governo não a queira rentabilizar e não tenha para S. Jorge, e para a Graciosa, e para o Corvo, e para as Flores as mesmas tarifas promocionais que tem para S. Miguel, ou que tem para a Terceira, ou que tem para qualquer ilha desta região que tenha *gateway*.

Deputado Artur Lima (CDS/PP) e Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: É isso que é uma discriminação. O CDS, ao contrário do senhor, que diz que só sabe criticar, tem uma posição construtiva: sabe criticar quando tem de criticar, mas também sabe propor quando tem de propor. E a prova disso foi, ontem, os manuais escolares aqui, nesta Casa, votados por unanimidade, uma proposta do CDS/PP. E posso ainda dizer-lhe mais, como também poderia, aquela que foi anunciada, há 2 ou 3 dias, pelo Sr. Secretário da Presidência,...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Só não disse de quem era a proposta!

O Orador: ... como a grande inovação no cartão Inter Jovem desta região, foi uma proposta do CDS/PP, nesta Casa, aprovado, certamente, pelo Governo do Partido Socialista. Mas é uma proposta do CDS. O CDS traz a esta Casa propostas!

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Isso é público!

O Orador: Não é boa política da sua parte não reconhecer que nós só criticamos e não trazemos propostas a esta Casa.

E, depois, dizer-lhe outra coisa. Acha que é outra boa política de coesão a nossa companhia aérea SATA discriminar os açorianos das ilhas da coesão? Os nossos emigrantes?

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Os que voam até às ilhas sem *gateway*?

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Nós temos aqui uma proposta.

O Orador: Têm determinado número de quilos de bagagem,...

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: ... os outros, para irem para as ilhas de coesão, têm de pagar mais 3,50€ por quilo, Sr. Deputado.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

O Orador: É essa a discriminação do Partido Socialista às ilhas da coesão e é isso que o senhor não quis falar aqui e torceu a coisa para a pista de S. Jorge. É francamente pouco, Sr. Deputado.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

O Orador: E, depois, ainda dizer-lhe mais. Em relação a Santa Catarina, nem uma palavra, Sr. Deputado. Em relação ao matadouro de S. Jorge, nem uma palavra. Em relação à quebra de rendimento dos agricultores, nem uma palavra.

Deputado Rogério Veiros (PS): Sr. Deputado, em 3 minutos quer que eu fale de tudo o que o senhor falou em 15?!

O Orador: Portanto, os senhores limitam-se a fugir às suas responsabilidades e em assumir aqueles que são os erros crassos da política de coesão nas ilhas dos Açores. É essa a verdade, Sr. Deputado.

E, depois, Sr. Vice-Presidente do Governo (que não está na sala, mas há outros elementos do Governo e, portanto, vou-me dirigir àqueles que estão, mas na pessoa do Sr. Vice-Presidente, que não quis aguardar a minha resposta), gostava de lhe dizer o seguinte. O senhor veio aqui dizer que não é do EUROSTAT e do INE, e o INE não valoriza o trabalho do EUROSTAT. O que nos importa é que o INE, com EUROSTAT ou sem EUROSTAT,...

Presidente: Agradecia que terminasse, Sr. Deputado.

O Orador: Termino já, Sr. Presidente.

E, em termos de coesão, que é aquilo que foi a nossa intervenção nesta Casa, coesão, e o que o INE diz é que os Açores, entre as 30 regiões avaliadas, é a última em termos de coesão. E, portanto, foi isso que nós dissemos e é isso que nós reafirmamos.

Deputada Piedade Lalanda (PS): Nós é que falhámos! Como é que isso é construído?

Deputado Artur Lima (CDS/PP): E os senhores contestaram isso?

O Orador: E o Sr. Vice-Presidente do Governo vem aqui com uma demagogia,...

Deputado João Costa (PSD): O INE deixou de ter qualidade?!

Deputado Artur Lima (CDS/PP): E ausência!

O Orador: ... neste caso, e ausência, dizer que o Governo da República quer encerrar freguesias. Isso, mais uma vez, é o Partido Socialista a fugir às suas responsabilidades, porque quem negociou o memorando da troika que prevê fechar freguesias foi o Partido Socialista do José Sócrates, não foi o atual Governo da República.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do CDS/PP)

Deputado José Lima (PS): Isso não é verdade!

O Orador: E os senhores têm vergonha de assumir aquilo que dizem e fazem, aqui e na República.

E, depois, Sr. Vice-Presidente,...

Presidente: Tem de terminar, Sr. Deputado.

O Orador: ... (e já que regressou à sala) dizer-lhe o seguinte:...

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): Infelizmente!

O Orador: ... o Sr. Presidente demitiu-se, claramente, das suas responsabilidades governativas, hoje, nesta Casa. O Sr. Presidente não quis falar dos Açores, o Sr. Presidente quis falar do Governo da República,...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Vice-Presidente!

O Orador: ... quis comparar os Açores com os problemas que vivemos neste país.

Vice-Presidente do Governo Regional (Sérgio Ávila): A redução das tarifas aéreas foi aonde? Na Austrália?

O Orador: E, portanto, aquilo que os senhores, hoje, fizeram aqui, claramente, Sr. Vice-Presidente, foi assumir as falhas das políticas de

coesão dos Açores e, por isso, chutaram para canto, durante todo o debate, e não quiseram assumir as verdadeiras falhas nas políticas de coesão nas ilhas dos Açores.

Muito obrigado.

Deputado Rogério Veiros (PS): É bom que os açorianos saibam que o que os senhores estão a fazer lá fora querem fazer aqui!

(Aplausos dos Deputados da bancada do CDS/PP)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados,...

Sr. Deputado Aníbal Pires, pede a palavra para?

(*) Deputado Aníbal Pires (PCP): Para uma interpelação.

Para solicitar um intervalo de 15 minutos.

Presidente: É regimental, Sr. Deputado.

Face a esse pedido, naturalmente, ficamos por aqui, neste período da manhã. Vamos fazer o intervalo para almoço. Regressamos às 15 horas com a Agenda.

Bom almoço e até lá.

Eram 12 horas e 50 minutos.

Presidente: Boa tarde.

Vamos reiniciar os nossos trabalhos.

Eram 15 horas e 09 minutos.

Vamos passar para a Agenda. O ponto 1 da nossa Agenda de hoje é o [Projeto de Resolução n.º 56/2011 – “Interdição do cultivo de organismos geneticamente modificados na Região Autónoma dos Açores”](#), apresentado pela Representação Parlamentar do PCP.

Eu dou a palavra, para apresentar o diploma, ao Sr. Deputado Aníbal Pires.

Deputado Aníbal Pires (PCP): Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

Este é um momento com um significado histórico especial, em que a Região Autónoma dos Açores se juntará a outras 123 regiões europeias que já proibiram o cultivo de plantas geneticamente modificadas.

Partilhamos, com essas regiões, certamente, as mesmas preocupações que as levaram a tomar essa atitude.

Proibir o cultivo de transgénicos nos Açores é tomar uma medida de precaução, protegendo o nosso património natural e a nossa biodiversidade das possíveis e mal estudadas contaminações e dos seus desconhecidos efeitos sobre o meio ambiente;

Proibir o cultivo de transgénicos nos Açores não é apenas recusar os modelos de desenvolvimento de uma agricultura extensiva, focada apenas na quantidade, com produções incharacterísticas, que são idênticas em qualquer parte do mundo;

Proibir o cultivo de transgénicos nos Açores é defender as nossas culturas tradicionais, desenvolvidas ao longo dos anos pelos agricultores açorianos, impedindo a sua substituição por uma importação artificial;

Proibir o cultivo de transgénicos nos Açores recusar a ditaduras das multinacionais que controlam o setor das agroindústrias e que escravizam os agricultores, impondo-lhes o uso de sementes que só elas vendem, baseando-se no inaceitável princípio de que se pode patentear um gene, que a própria mecânica da vida pode ser mais uma mercadoria privada e transacionável!

E para percebermos o poder e influência destas multinacionais, basta recordarmos a quantidade de especialistas, reais ou autoproclamados, que têm vindo a público tentar evitar que déssemos esse passo. Uma influência tal que se chegou ao ponto do próprio Embaixador dos Estados Unidos da América vir, ao arrepio das suas competências e contra o que deve ser o seu relacionamento com o estado português, pronunciar-se sobre o assunto. Um facto contra o qual protestámos neste Parlamento, recorde-se.

Proibir o cultivo de transgénicos nos Açores era necessário e urgente e alegro-me que a generalidade das bancadas, se não todas, deste Parlamento concorde com o Partido Comunista Português em relação a esta matéria.

(Risos dos Deputados da bancada do PSD e do CDS/PP)

Eu volto a repetir.

Deputado António Ventura (PSD): Devagarinho!

O Orador: Proibir o cultivo de transgénicos nos Açores era necessário e urgente e alegro-me que a generalidade das bancadas deste Parlamento, se não todas, concorde com o PCP em relação a esta matéria.

Mas ainda temos um caminho importante a percorrer, pois é também no campo da segurança alimentar que a questão dos transgénicos se joga. E a verdade é que não existem estudos de longo prazo sobre os efeitos dos transgénicos na alimentação humana e animal, nem as provas de que não existe transmissão de material geneticamente modificado ao longo da cadeia alimentar.

A Assembleia Legislativa da região Autónoma dos Açores vai hoje proibir o cultivo de Organismos Geneticamente Modificado e esse é um passo necessário e essencial. Falta, posteriormente, proteger-nos da sua presença nos bem alimentares e rações para os animais. Aliás, em relação a estas últimas impõe-se um cuidado especial tendo em conta os desconhecidos efeitos que podem ter sobre a carne e o leite que produzimos na região. E, se esta é uma questão nacional e europeia, a verdade é que a nossa Autonomia nos oferece mecanismos que podem contribuir para resolver este problema.

O PCP Açores assume aqui a intenção de, na próxima legislatura, trazer a este Parlamento as iniciativas necessárias ao cumprimento deste objetivo.

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados, Senhores Membros do Governo:

Este é um momento de grande importância, em que os Açores se preparam para dar um passo, que é de precaução, mas que também é de progresso, ao proibir o cultivo de variedades vegetais geneticamente modificadas e não é pouco o orgulho que temos em que este processo tenha passado da iniciativa da sociedade civil para o campo político através de uma proposta do PCP. Uma proposta que,

em devido tempo apresentámos e que o Governo Regional prontamente se apressou, e bem, a seguir.

Não discutirei aqui as intenções do Executivo, nem a sua eventual vontade de surgir como autor daquilo que na verdade apenas interpretou ou como liderando um processo em que se limitou apenas a seguir, mas quero dizer o seguinte: se a regulamentação da medida coube – caberá – à proposta do Governo, a verdade é que ela é uma consequência da pressão da sociedade civil e da proposta do PCP.

Neste sentido, estamos satisfeitos...

Deputada Zuraida Soares (BE): Ao que isto chegou!

O Orador: ... e consideramos que aquele que era o nosso objetivo será plenamente cumprido pela aprovação da Proposta de Decreto Legislativo Regional que discutiremos a seguir e, conseqüentemente, solicitamos ao Senhor Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a retirada do nosso Projeto de Resolução.

Disse.

Presidente: Efetivamente, trata-se de um direito do proponente. O Sr. Deputado retirou a sua proposta. Damos o assunto por encerrado.

Vamos prosseguir, então. Passamos para o ponto seguinte da nossa Agenda de Trabalhos: **proposta de decreto legislativo regional n.º 6/2012 – “Regula a utilização de organismos geneticamente modificados e dos produtos deles derivados”**.

Eu dou a palavra ao Governo para apresentar o diploma.

Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas, tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Agricultura e Florestas (Noé Rodrigues):**

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Os Açores são conhecidos, desde há muito, pela elevada qualidade ambiental das suas ilhas, reconhecida, aliás, por várias estâncias internacionais e pela rica biodiversidade a que esta qualidade ambiental está associada. Estes são fatores, aliás, que, do nosso ponto de vista, potenciam e promovem o bom nome das nossas produções agrícolas, o bom nome dos produtos agroalimentares açorianos.

A imagem que transmitimos aos mercados, seja aos mercados de consumo dos nossos produtos agroalimentares, seja aos mercados emissores de fluxos turísticos para a região, é uma imagem que, para já, e dada a inconsistência das posições da comunidade científica, é incompatível com o uso, no nosso território, de produções de organismos geneticamente modificados. Temos um modo especial de exploração dos nossos solos, uma fragmentação, ainda grande, das nossas explorações, pequenas parcelas. A topografia das nossas ilhas também o desaconselha, as nossas condições climáticas, de temperatura do ar e dos solos, que são moderadas, a elevada humidade atmosférica e a intensidade dos ventos são fatores que favorecem atividades dos agentes polinizadores que aconselham, também por isso, a sermos cautelares na adoção e no cultivo de organismos geneticamente modificados no nosso território. Principalmente porque ainda muitas dúvidas existem na comunidade científica, apesar de, pessoalmente, não ser (e julgo que nenhum deverá ser), fundamentalista relativamente aos passos e à evolução que a biotecnologia tem demonstrado e que tem sido muito positivo, quer para resolver problemas económicos, quer mesmo para resolver problemas da vida.

Os nossos ecossistemas, a nossa cadeia alimentar, creio que por essas razões será positivo mantermos a região livre do cultivo de OGM, porque é uma ambição calcular face ainda a algumas dúvidas, muitas dúvidas, existentes na comunidade científica.

Desde 2005 que os Açores subscrevem e subscreveram a petição da Assembleia das Regiões da Europa sobre regiões e áreas livres de OGM. E este diploma, que agora colocamos à vossa consideração, procedendo à aplicação, no território dos Açores, de normativos comunitários relevantes para a regulação de utilização agronómica de organismos geneticamente modificados, procedendo à aplicação e à introdução no mercado e à circulação comunitária de alimentos derivados de OGM para humanos e animais, este diploma – dizia – procede de uma forma muito clara à proibição do cultivo de OGM no território dos Açores, acautelando, do nosso ponto de vista e no momento histórico em que nos encontramos, interesses económicos subjacentes à imagem e afirmação das nossas produções agroalimentares, interesses de proteção da nossa biodiversidade e dá um contributo, do nosso ponto de vista, muito importante para uma estratégia de afirmação da nossa sustentabilidade, em particular nas áreas económicas da agricultura ou turismo.

E, portanto, é com estes objetivos que vos apresentamos e submetemos à vossa apreciação o diploma que, objetivamente, na Região Autónoma dos Açores e no seu território, vem proibir o cultivo de organismos geneticamente modificados.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Obrigado, Sr. Secretário Regional.

Estão abertas as inscrições. Já tenho duas.

Sr. Deputado Artur Lima, tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Vem o Governo Regional, tarde e à pressa, tentar resolver um assunto que já devia ter resolvido há, pelo menos, 6 anos. Há 6 anos, nesta Casa, foi trazido pelo PSD este assunto a discussão nesta Assembleia. E na altura, aliás, até bem antes disso, uma resolução do Conselho de Governo, de maio de 2004, dizia que ia criar uma comissão interdisciplinar com vista à elaboração de uma proposta de decreto-legislativo regional para regulamentar esta matéria. E a comissão era composta por dois representantes da Direção Regional do Ambiente, um representante da Direção Regional do Comércio e Indústria, um representante da saúde, um representante dos Serviços Veterinários, um representante dos Serviços de Proteção de Culturas e um representante do IAMA. Estamos a falar em 2004, oito anos, oito anos. E bem, o PSD traz, em 2006, insiste e faz referência a essa comissão. E eu, na altura, disse o seguinte, aqui, nesta Casa (e vou ler): “Realmente, este é um assunto de algum melindre, de alguma sensibilidade. Parece-me que o projeto que o PSD aqui traz tem muita utilidade numa época em que se discute a manipulação genética, não só a esse nível, mas a vários outros níveis, e levanta dúvidas se será benéfico ou se não será benéfico, e aí a indecisão”.

Eu julgo, contradizendo o Sr. Secretário, que, nesta matéria, hoje em dia, ninguém tem certezas. Não há certezas na manipulação genética, daí a legitimidade de alguém ter dúvidas se se deve ou não introduzir esta questão dos organismos geneticamente modificados, nos Açores.

Depois, os Açores representam um meio natural com um património muito rico, aliás, com algum do seu património classificado pela UNESCO. Mais uma razão para termos cuidado com a introdução de organismos geneticamente modificados cá.

Finalmente, também para dizer, dois anos passados de 2004, que não conheço essa comissão, que o Governo nunca nomeou. Confesso a minha ignorância! Não sei o trabalho que ela fez, não sei que instituições ouviu, não sei que debates na sociedade civil promoveu. Portanto, não há conclusões nenhuma dessa comissão que se conheça. Julgo que, nestas questões, todo o cuidado é pouco, e cuidados e caldos de galinha nunca fizeram mal a ninguém, de maneira que me parece que aprovar este projeto do PSD é mais um passo no sentido da segurança e de proteger o nosso património que, naturalmente, bem precisa de ser preservado e protegido para o mantermos.

O que é que os senhores fizeram em 8 anos? Nada! Rigorosamente nada! E agora aparecem aqui pela porta dos fundos com um decreto-legislativo regional, impulsionados, e bem, pelos cidadãos peticionários que fizeram chegar a este Parlamento uma petição. Esses foram o catalisador mais recente daquilo que se está a discutir aqui, hoje.

E a pergunta que eu tenho de fazer-lhe, Sr. Secretário, é a seguinte: o que é que o senhor vai impedir com isto?

Deputado António Ventura (PSD): Muito bem!

O Orador: Quantos hectares de organismos geneticamente modificados estão semeados hoje, nos Açores?

Deputado António Ventura (PSD): Muito bem!

O Orador: Responda a essa pergunta. Quantos hectares de OGM estão semeados nos Açores? É a primeira pergunta que tenho para lhe fazer.

A segunda consideração que me parece que tenho de fazer é a seguinte: este diploma, Sr. Secretário, é um queijo suíço, cheio de buracos, e os senhores vêm aqui tentar iludir, se não mesmo enganar, os açorianos, dizendo que este diploma pretende proibir o cultivo de OGM nos Açores. É falso! Não pretende, porque está cheio de alçapões, permite exceções e, com isto, não proibimos coisa nenhuma.

Estamos, apenas, a tentar iludir os açorianos...

Deputado Francisco César (PS): O senhor é incapaz disso!

O Orador: ... e não contem com o CDS para isso, Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas.

Deputado Duarte Moreira (PS): Não apoiado!

O Orador: Não contem com isso. E mais, Sr. Secretário, se alguma coisa é transgénica neste processo todo é este diploma. Este diploma é verdadeiramente transgénico. Este, sim, já foi amputado e inoculado na sua cadeia que era a de proibir organismos geneticamente modificados, nos Açores, que ele não proíbe e, portanto, o que eu digo ao Governo Regional dos Açores é: retirem este diploma e façam um que proíba o cultivo de OGM nos Açores. Com este não contem com o apoio do CDS.

Deputada Zuraída Soares (BE) e Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: Este é para enganar esta Casa e é para enganar os açorianos e é para proteger alguém. E é isso que nós aqui denunciámos com toda a frontalidade. Portanto,...

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Para denunciar, o senhor vai ter de dizer quem é.

O Orador: Não, quem vai dizer quem é e os hectares que já estão cultivados, quem vai dizer quem é e quem tem responsabilidades na gestão dos cultivos agrícolas dos Açores...

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Diga lá quem é!

O Orador: ... é a Secretaria Regional da Agricultura, é o Sr. Secretário, e o Sr. Secretário é que vai dizer onde é que está o campo cultivado, quantos hectares estão semeados,...

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Diga, diga quem é!

O Orador: ... é isso que eu quero saber. E o Governo Regional...

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Quero saber quem é essa pessoa!

O Orador: ... vai ter de esclarecer, hoje, aqui, se a Região Autónoma dos Açores já está ou não está inundada de transgénicos. É isso que o Sr. Secretário e os senhores negligenciaram. Alguém deu por isso e agora vêm com este diploma para tentarem legalizar algumas situações, e isso os senhores não contam com o CDS.

Deputado Paulo Estêvão (*PPM*): Muito bem!

O Orador: O que se está aqui a passar com este diploma é vergonhoso para a democracia e é vergonhoso para o objetivo que o Sr. Secretário veio ali dizer: os Açores livres de transgénicos. Isto não

mantem os Açores livres de transgénicos, no futuro, e não impede a cultura que já está a crescer, e os senhores sabem bem onde, se não sabem,...

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Eu não sei!

O Orador: ... Sr. Secretário, têm os instrumentos e os meios necessários para irem investigar, detetar e, se for preciso, tomar as medidas legais que têm de tomar. Agora, com este diploma não passa, Sr. Secretário. Aqui, o filtro é apertadinho, a malha é apertada e, portanto, isto, aqui, não passa. Os senhores estão a tentar iludir os açorianos e isto é politicamente desonesto.

Muito obrigado.

Deputados Abel Moreira (*CDS/PP*) e **Paulo Estêvão** (*PPM*) e **Deputada Zuraida Soares** (*BE*): Muito bem!

Presidente: Sr. Deputado António Ventura, tem a palavra.

(*) **Deputado António Ventura** (*PSD*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Também, de facto, fazer um pouco de história política nesta matéria.

Como disse o Sr. Deputado Artur Lima, e muito bem, este assunto não é novo nesta Assembleia,...

Deputado Francisco César (*PS*): Ui! Isto parece a Câmara de Angra!

O Orador: ... e foi em... Muito mal, então, vai esta Assembleia, se parece a Câmara de Angra!

Deputado Pedro Gomes (*PSD*): Parece uma câmara de eco!

O Orador: Muito mal vai esta Assembleia!

(*Risos dos Orador*)

Muito mal vai esta Assembleia!

Presidente: Faça o favor de continuar, Sr. Deputado António Ventura.

O Orador: E, portanto, como disse, e muito bem, o Sr. Deputado Artur Lima,...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Se o senhor vai dizer tudo o que disse o Sr. Deputado Artur Lima, não vale a pena.

O Orador: ... foi em 2006 que o PSD trouxe um projeto de resolução a esta Casa, que tinha três objetivos, três metas: uma meta que tinha a ver com o debate e a informação, percebendo que esse é um assunto polémico que divide, inclusive, cientistas, e necessitava de ser acompanhado de um efetivo e desejado debate com todas as partes interessadas.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

O Orador: É percebendo também que esta temática levanta problemas sociais, éticos, intergeracionais, que ainda não foram suficientemente debatidos também na sociedade. E também levanta muitas dúvidas sobre quem produz e que consome. Ou seja, o debate efetivo, aprofundado, com informação de todas as partes (e quem a deve fornecer é, obviamente, a administração pública) não foi realizado nos Açores, nestes 6 anos, como tínhamos proposto.

Deputados João Costa e Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: Por outro lado, o segundo objetivo do projeto de resolução era perceber as vantagens e as desvantagens dos OGM para aquela que deve ser a estratégia regional para a agricultura, para os agroalimentos, para a imagem dos Açores e para a economia dos

Açores, que, obviamente, o que está em causa é a economia dos Açores.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: Mas nós compreendemos que os senhores não podem fazer isto, que os senhores não podem incorporar os OGM numa estratégia, porque os senhores não têm estratégia.

Deputados João Costa e Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: E, portanto, isto morre por base,...

Deputado Duarte Freitas (PSD): O problema é esse!

O Orador: ... e compreendemos que, ao fim de 6 anos, continuam sem perceber qual é a sua estratégia, muito menos perceber qual é a estratégia dos OGM. E, portanto, estão perdoados, porque não têm estratégia.

E a terceira meta, o terceiro objetivo é, obviamente, a investigação científica.

Deputado Aníbal Pires (PCP): O Sr. Deputado António Ventura está muito magnânimo hoje!

Deputado Berto Messias (PS): Então, vai votar contra?

O Orador: É preciso perceber que os OGM devem ser estudados caso a caso, um a um, passo a passo. É isso que recomendam as normas internacionais científicas. E esse estudo de introdução, principalmente sobre a diversidade de fauna que nós temos, não foi devidamente estudado. Não foi devidamente estudado se, efetivamente, isso iria provocar uma poluição genética ou não.

Deputada Catarina Furtado (PS): É flora, Sr. Deputado! Fauna, é outra coisa!

O Orador: Flora, peço desculpa. Eu estou muito vocacionado para a parte animal.

Deputado António Toste (PS): É muito estudo e pouca vaca!

O Orador: Peço desculpa.

(Risos do Orador)

E, portanto, é normal que tenha fugido para a vertente animal. E, portanto, investigação científica, o terceiro objetivo do projeto de resolução, também não foi cumprida.

Recordo que esse projeto de resolução foi aprovado por toda a oposição e rejeitado pelo PS e demonstra bem a irresponsabilidade numa matéria tão importante para os Açores, que foi rejeitada, em 2006,...

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem! Tem de ouvir!

O Orador: ... e, em 2012, o Governo Regional, apoiado pelo PS, traz um projeto de resolução que assume, de facto, essa irresponsabilidade numa trapalhada e numa confusão mais que evidentes.

Secretário Regional da Agricultura e Florestas (Noé Rodrigues): É um decreto-lei, não é um projeto de resolução.

O Orador: Quando as sementes já estão na terra, traz-se o projeto de resolução a esta Casa. Esta é que é a grande confusão e a grande trapalhada.

Mas o PSD, não desistindo desta temática, mais tarde, trouxe a esta Casa uma intervenção em que recomendava um plano de atuação no âmbito da agrobiotecnologia.

A biotecnologia é uma ferramenta científica usada para as mais variadíssimas temáticas, não só na agricultura. Mas, em especial, na agricultura tem um uso fundamental e um uso que pode funcionar como um trampolim para outro tipo de desenvolvimento. Até podíamos estar a vender ciência, ciência agrícola. Mas, mesmo assim, após a intervenção e o facto de nós termos dito quais eram as vantagens da biotecnologia aplicada à agricultura, a bancada do PS o que fez foi silêncio. Fez um profundo silêncio, porque não tinha nada para dizer, porque, mais uma vez, foi irresponsável e a sua irresponsabilidade foi marcada pelo silêncio. E, portanto, esta Câmara tem sido marcada por esta temática. Na Assembleia Regional, tem-se trazido este assunto.

Deputado Berto Messias (PS): Isto não é a Câmara de Angra!

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): A demonstração da sapiência!

O Orador: Irresponsavelmente ou pelo silêncio ou pelo facto da iniciativa ter vindo do PSD, os senhores fizeram orelhas mocas de todo o processo.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: E, portanto, isto para vos dizer que, por agora, é o que nos apraz dizer relativamente a este projeto de resolução, a este decreto-legislativo.

Presidente: Sr. Deputado Duarte Moreira, tem a palavra. Sr. Deputado Duarte Moreira.

(*) **Deputado Duarte Moreira (PS):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Começo a minha intervenção por saudar o Sr. Deputado Aníbal Pires, por ter retirado a sua iniciativa, atendendo à iniciativa que o Governo Regional aqui nos traz, hoje.

A proposta de decreto-legislativo regional que hoje se discute nesta Casa, por iniciativa do Governo, é, do nosso ponto de vista, um marco que confirma a estratégia para o presente e futuro da região, não apenas no que à agropecuária diz respeito, mas a toda uma visão de uma região ambientalmente sustentável e respeitadora da sua biodiversidade.

A questão que aqui, hoje, se discute tem estado na ordem do dia em diversos países e regiões da Europa, havendo uma profunda divisão entre os consumidores, mas, essencialmente, nos círculos científicos, onde existem especialistas e investigadores que são favoráveis e defendem como vantajoso a introdução de organismos geneticamente modificados e especialistas e investigadores que defendem o seu contrário.

Os OGM são organismos cujo material genético é manipulado de forma artificial pelo homem, conferindo determinadas características a esses organismos de forma que não ocorre na natureza. Essas características podem ser de diversa ordem, como resistência a insetos, maior tolerância a herbicidas, maior tolerância a condições ambientais adversas, passando pela cor, sabor, textura, entre muitas outras.

Do ponto de vista histórico, o aparecimento dos OGM é muito recente, aliás, demasiado recente para haver evidência científica segura sobre os benefícios e os riscos para o ambiente e para a saúde. É de referir que só em 1973 surgiu a identificação do primeiro

plasmídeo, sendo que só 10 anos mais tarde, em 1983, surgiu a primeira planta geneticamente modificada.

Como exemplo comparativo, é de relembrar o famoso fungicida chamado DDT, que surgiu em 1874, sendo que a sua toxicidade só veio a ser confirmada em 1939, e foi posteriormente retirado do mercado.

Mais recentemente, estudos internacionais referem que foram descobertas algumas evidências científicas sobre alguns riscos, quer para a saúde, quer para a natureza, como poluição genética de plantas nativas, a diminuição de biodiversidade ou mal formação genética.

Os Açores como região caracterizada por um clima ameno, húmido, com alguns ventos e,...

Deputados José Cascalho (BE) e Artur Lima (CDS/PP): Alguns ventos? Alguns ventos?

O Orador: ... principalmente, com um pequeno território constituído por parcelas agrícolas - o que lhe confere as características únicas dos seus produtos típicos, entre os quais inclui a carne e o leite, bem como aqueles que se encontram protegidos em relação ao seu modo de produção ou origem -, devem seguir o princípio da precaução em relação à dispersão na natureza, e de forma deliberada, de organismos geneticamente modificados.

Não negamos que estes organismos podem trazer alguma mais valia a algumas produções, em particular no milho, aumentando a sua produção, mas temos a profunda convicção de que, dadas as nossas características de pequenas parcelas e dispersão das mesmas, atendendo também às regras impostas pelos regulamentos comunitários no que à libertação intencional no meio ambiente diz

respeito, nomeadamente os afastamentos e bordaduras a outras culturas que são, no mínimo, de 200 metros, não teriam a mais valia esperada, uma vez que nós não teremos nunca a capacidade de concorrer pela quantidade com outros países incomparavelmente superiores em área e em maiores quantidades de produção.

Os Açores têm-se afirmado no mercado dos produtos agropecuários, em particular nos laticínios e na carne, mas também em produtos como o vinho, o mel, certas hortícolas e frutícolas, pela sua qualidade intrínseca, isto é, gastronómica e nutricional, mas também, e muito, pela nossa imagem de região ambientalmente sustentável, com uma natureza viva e ainda muito preservada, que garante ao consumidor um produto genuíno e seguro.

O trabalho sem paralelo, em nenhuma outra região do país, encetado pelo Partido Socialista na agricultura dos Açores,...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Sim, sim! Temos a banana da Madeira.

O Orador: ... que leva a que hoje sejamos reconhecidamente uma região com uma agricultura promissora - e estas não são palavras minhas, mas de responsáveis nacionais e europeus -, permitiu crescer em todas as áreas de produção agrícola e pecuária, desde logo no leite e nos produtos lácteos, sendo os laticínios dos Açores, hoje, uma referência nacional, e mesmo já internacional, e no crescimento da nossa carne,...

Deputado João Costa (PSD): A melhor agricultura de Portugal é por decreto!

O Orador: ... cujo processo de comercialização se inverteu completamente em relação ao passado recente. E, como dizia, este

trabalho e esta imagem não devem ser colocados em causa, em particular pela forma como os consumidores veem estas questões dos organismos geneticamente modificados.

A proposta que agora se debate vem em boa altura e nem mesmo aqueles que afirmam que já deveria ter sido efetuada há muito o dizem com convicção, pois sabem não ser correta essa apreciação. Apesar destes produtos já existirem no mercado europeu desde 2004, quando a Comissão Europeia aprovou pela primeira vez o uso das 24 variedades de milho transgénico nos países da União Europeia, nunca as multinacionais se haviam interessado em comercializar estas sementes nos Açores, talvez por saberem que a área a utilizar é reduzida, não permitindo grandes volumes de vendas, e que só a atual situação económica e financeira terá feito mudar essa filosofia, uma vez que, como diz o ditado, “grão a grão enche a galinha o papo”.

Aliás, este argumento, que surge pela oposição sempre que o PS ou o Governo apresentam uma iniciativa legislativa que já deveria ter sido efetuada antes ou que vem a reboque, é um argumento de quem não tem, pura e simplesmente, argumentos.

(Risos do Deputado António Ventura)

Relativamente à presente época de sementeira de milho, atendendo à legislação em vigor, não tinha, como ainda não tem, o Governo dos Açores mecanismo legal para proibir os OGM na região. Uma vez que se aplica o preceituado no Lei nº. 160/2005, que diz, claramente, no artigo 4º, que “os interessados devem notificar os serviços oficiais”, notificar, sublinho, devendo cumprir com todos os

requisitos estipulados na referida legislação, mas não refere em ponto nenhum que o Governo pode proibir o seu cultivo.

A presente proposta, que vem na linha e no seguimento da subscrição, pela região, da petição da Assembleia das Regiões da Europa sobre regiões e áreas livres de OGM, em 2005, vem proibir a libertação deliberada de transgénicos no ambiente, como descrito no artigo 4º, proibindo, na prática, o seu cultivo. Para esta bancada deve permitir-se a experimentação e a investigação, em particular, por institutos e universidades que o entendam fazer, até para se permitir o aumento do conhecimento técnico e científico dentro dos Açores.

Por outro lado, a presente proposta regula a utilização de OGM e dos produtos seus derivados, como a colocação no mercado, quer para alimentação humana, quer animal, e transpõe parcialmente para o direito jurídico regional a Diretiva 2001/18/CE, do Parlamento Europeu e do Conselho de 12 de maio, e ainda visa assegurar a execução e o cumprimento de regulamentos comunitários sobre esta matéria.

Para terminar, quero aqui deixar expresso que o Grupo Parlamentar do PS não tem, em relação a esta matéria, ou outras, qualquer fundamentalismo nem faz deste assunto um finca pé, pelo que irá, em permanência e em diálogo permanente com as organizações de produtores e outras, acompanhar a evolução técnica e científica internacional,...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Nomeadamente a sua.

O orador: ... sendo que, neste momento, face aos conhecimentos existentes e à forma como os consumidores veem os Açores, temos a convicção de, assim, estar a contribuir para a economia da região e

para o rendimento dos nossos produtores, sendo esta a prioridade para o Partido Socialista.

Disse.

Deputado António Ventura (PSD): Quem lê assim não é gago.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Sr. Deputado José Cascalho, tem a palavra.

(*) Deputado José Cascalho (BE): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda sente necessidade...

Deputado João Costa (PSD): É natural!

O Orador: ... de clarificar aqui um conjunto de coisas. OGM não tem nada a ver com sustentabilidade. Isto é muito importante que fique claro nesta Casa e que fique claro para todos nós. Com OGM não vamos ter agricultura biológica; com OGM não vamos ter produtos certificados aqui, na Região Autónoma dos Açores. E, portanto, é importante que isto fique claro também aqui, nesta Casa.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): O problema é esse, é não explicarem!

Deputada Zuraída Soares (BE): Tem outras coisas geneticamente modificadas!

O Orador: Nós não podemos, com a legislação, agradar a gregos e a troianos. Aliás, quando se fala de experimentação, eu penso que o problema deste diploma, que está aqui na Casa (é um dos problemas que este diploma traz), é o facto de permitir a experimentação. Nós temos aqui uma dificuldade acrescida, que é saber, afinal, o que é que é isso de experimentação.

Deputada Zuraída Soares (BE): Quem é que experimenta.

O Orador: Porque se nós formos ver ao diploma que está aqui em discussão, verificamos que é o Governo Regional que decide o que é a experimentação ou não, mas, depois, não há nenhuma regra da forma como esse cultivo experimental vai ser realizado, não há restrições nenhuma, nem à dimensão nem ao tempo, e há, apenas, uma afirmação de que é útil para a região.

Eu tenho de lembrar uma coisa que também é importante e que tem a ver com a rede, da qual o Governo Regional disse (neste momento, o Secretário Regional da Agricultura e Florestas disse) que pertence, que é ao *GMO-free European Regions Network*, e que diz que 90% do trabalho que é feito nos campos experimentais nestas regiões é feito para testar novas variedades, tendo em conta a sua introdução no mercado. 90%. Portanto, nós temos que clarificar esta questão, o que é que nós queremos fazer com a investigação que vamos fazer aqui, nesta região. Nós vamos querer experimentar novos produtos com OGM para, depois, dizer que a Índia pode produzi-los, que é para, depois, termos aqui, no nosso mercado? Isto é uma perfeita aberração. Nós não podemos ter uma região livre de transgénicos e, ao mesmo tempo, deixar que haja experimentação aqui com clareza, como está na lei. Aliás, deixem que vos diga uma coisa, que, nós que criticamos tanto a Região Autónoma da Madeira, a Região Autónoma da Madeira resolveu de uma forma muito simples esta questão: colocou um artigo 1º e um artigo 2º. Portanto, “declara a Região Autónoma da Madeira zona livre de cultivos de variedade de organismos geneticamente modificados”. Artigo 2º (Interdições): “É proibida a introdução de material de propagação, vegetativo ou seminal que

contenha organismos geneticamente modificados, no território da Região Autónoma da Madeira”.

Sras. e Srs. Deputados, tudo o que vem a mais, diz, está legislado pela União Europeia, mas os senhores sabem muito bem, mais, talvez melhor que nós, que o que se passa na União Europeia, neste momento, é que há uma grande discussão sobre estas questões e tem havido sucessivas alterações àquilo que se passa e às exigências e à discussão, e isto porquê? Não é porque os OGM tenham estado a ganhar terreno nos últimos anos, é precisamente o contrário. É porque cada vez há mais certeza acerca dos problemas que os organismos geneticamente modificados, os transgénicos, colocam na agricultura e, por exemplo, na agricultura das regiões tão pequenas, como a região dos Açores.

Deputada Zuraida Soares (BE): Com alguns ventos!

O Orador: Quando nós abrimos uma exceção, podemos até considerar que o Corvo vai ser a ilha onde vai haver, por exemplo, experimentação de OGM. Vamos ter aqui uma contestação. O Corvo vai ser a ilha. Porque nós temos ilhas confinadas e é claro que as empresas têm absolutos interesses e têm interesses muito grandes em, por exemplo, fazer uma experimentação numa zona confinada para ver o que é que dá: se der torto, está confinada na ilha, não vai haver muito problema, só apenas para a agricultura aqui da região.

Portanto, é preciso ter muito cuidado com isto.

E, agora, para terminar a minha primeira intervenção, deixem-me lembrar uma coisa. Eu tenho aqui uma declaração do Diretor Regional da Agricultura em que refere, quando é interrogado sobre o cultivo de milho, milho transgénico, em S. Miguel, que: “não são

quantidades significativas, é, apenas e simplesmente, um procedimento experimental”. Cá está! Nós temos milho transgénico aqui, na região, e é um procedimento experimental que, se for autorizado pelo Governo Regional, pode coexistir na região. Aliás, é tão curioso isto que as próprias associações agrícolas dizem: “Bom, não há milho autóctone aqui, na região”. Portanto, isso significa que, pela lei que está aqui em discussão, nós podemos plantar milho transgénico na região.

Portanto, lamento dizer-vos, esta lei é, de facto, um buraco.

Deputada Zuraída Soares (BE): Mudaram alguma coisa para tudo ficar na mesma.

O Orador: Temos um saco de sementes transgénicas, e o que acontece é que esta lei vai furar o saco e as sementes vão cair onde quiserem, pela Região Autónoma dos Açores.

Muito obrigado.

Deputada Zuraída Soares (BE): Muito bem!

Presidente: Não tenho inscrições neste momento, Sras. e Srs. Deputados.

Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas, tem a palavra.

(*) **Secretário Regional da Agricultura e Florestas (Noé Rodrigues):**

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Uma segunda intervenção para repor algumas contradições nas intervenções dos Srs. Deputados sobre esta matéria.

Em primeiro lugar para dizer que, neste momento, neste preciso momento, como, aliás, já no ano anterior, os agricultores podem, querendo, fazer uma comunicação (não é um pedido de autorização, é uma comunicação) de que vão cultivar organismos geneticamente

modificados. A única possibilidade que as autoridades regionais têm é de acompanhar e verificar se esse cultivo, se essa cultura está a seguir os trâmites e a observar os requisitos e exigências do diploma nacional que regula o cultivo de OGM.

É bom que esta questão seja a questão prévia de toda a análise deste diploma. Ou seja, nós não podemos autorizar ou não autorizar, somos, apenas, depositários de uma comunicação do agricultor de que pretende fazer o cultivo e de que compete, agora, aos serviços da região acompanhar o processo de cultivo e verificar se estão ou não estão a ser observados os requisitos que a lei impõe. Esta é a questão preliminar.

A segunda questão, e começando pelo Sr. Deputado José Cascalho, não é por haver, em bom rigor, o cultivo de OGM que estão logo impedidas as outras expressões de agricultura, como a agricultura biológica, tão pouco os produtos certificados.

Deputado José Cascalho (BE): Então?!

O Orador: E digo-lhe, porque se assim fosse, em todas as regiões da Europa onde se cultivam OGM não podia haver nenhuma marca certificada, nem podia haver nenhuma agricultura biológica. E, como sabe,...

Deputado José Cascalho (BE): Aqui, na região, como é que garante que vai haver?

O Orador: ... Sr. Deputado - vamos ser verdadeiros -, ela existe e existe em conjunto também com o cultivo de OGM, desde que estes observem os requisitos legais.

Gostaria de aproveitar também a oportunidade para dizer que, neste momento, todos são os primeiros, os chefes de fila na discussão dos OGM. Cada um chegou primeiro que o outro nessa discussão.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Foi o Governo!!

Deputado António Ventura (PSD): Os senhores não chegaram, de certeza!

Deputada Zuraída Soares (BE): Nós não chegámos! Essa não é para aqui!

O Orador: Mas, em bom rigor, não estando isso em causa, é bom lembrar que este assunto foi cá discutido e foi aprovada, em Conselho de Governo, uma resolução que nomeou a tal comissão que o Sr. Deputado Artur Lima diz que não conhece e que, aliás, é anterior a qualquer outra posição de qualquer partido com assento nesta Assembleia. Esta comissão, para seu conhecimento, não só tem um relatório final do seu trabalho,...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Onde é que esta?

O Orador: ... como também (é uma questão de procurar, Sr. Deputado) ...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Não, não! Não vou procurar! O senhor é que tem que dizer onde está!

O Orador: ... fez o enquadramento daquela que devia ser a posição da Região Autónoma dos Açores e que levou, aliás, a que o Governo Regional e a região, através do Senhor Presidente do Governo Regional, subscrevessem a petição da Assembleia das Regiões da Europa sobre regiões e áreas livres de OGM. É o trabalho dessa comissão que habilitou essa decisão e essa tomada de posição do Senhor Presidente do Governo Regional dos Açores.

Mas não deixa de ter piada uma outra questão. O Governo Regional da Madeira proibiu os OGM e fê-lo com dois artigos, mas todos aqueles que foram os primeiros a chegar aqui a este debate, nesta Assembleia, e que têm poder e iniciativa legislativa, ...

Deputado António Ventura (PSD): Mas não se pode fazer sem saber o que é! O senhor quer legislar sem saber como se faz! Isso é o que os senhores fazem! É navegação à vista! Atiram os dados à sorte!

O Orador: ... há 6 anos, não propuseram um único artigo para proibir o cultivo de OGM. Fizeram requerimentos, fizeram resoluções, mais propostas de resoluções, mas nada adiantaram, nada propuseram relativamente à matéria de proibição do cultivo de OGM. Gostaria...

Deputado António Ventura (PSD): Essa é boa!

O Orador: Por outro lado,...

Deputado António Ventura (PSD): É à sorte! Atirou os dados à sorte!

O Orador: ... aqueles que agora vêm dizer que tudo isto devia resultar de um grande debate na sociedade e que, para além do debate, se deviam fazer estudos, prospetivos e analíticos, de saber quais os impactos convenientes e problemas resultantes do cultivo de OGM, foram os mesmos que cortaram os apoios aos estudos no plano e orçamento deste ano.

Deputado António Ventura (PSD): Ó senhor! Demagogia! Isso não é desculpa...

O Orador: Mas, mais ainda, isso vem revelar que, afinal, o grande saber que tinham e a grande possibilidade e a convicção que têm relativamente a esta matéria não lhes assiste em parte nenhuma,

porque não sabem o que querem e querem que alguém venha de fora estudar e dizer o que é que devem fazer como propostas. Aliás, não se percebe qual é, em bom rigor, a posição do PSD. O PSD chama a atenção para as vantagens dos OGM, mas, depois, chama a atenção para as desvantagens dos OGM.

Deputado António Ventura (PSD): Claro! É preciso perceber para depois legislar sobre isso.

O Orador: O PSD precisa de perceber, ou seja, o PSD não percebe, precisa de vir a perceber.

Deputado António Ventura (PSD): E o senhor percebe?! Irresponsabilidade! Isto é que é governar! Bela lição de governação!

O Orador: Relativamente a essa matéria, importa...

Presidente: Sr. Deputado!

O Orador: ... deixar uma última nota sobre o que aqui foi dito.

Deputado António Ventura (PSD): É uma lição daquilo que não se deve fazer.

O Orador: O diploma, diz o Sr. Deputado Artur Lima, é como um queijo suíço, que tem vários buracos, por onde as sementes de OGM, referiu o Sr. Deputado Cascalho, podem sair. Pois bem, nós estamos aqui com toda a disponibilidade de receber as propostas do CDS/PP...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Já fiz!

O Orador: ... e do Bloco de Esquerda e de mais quem quiser tapar os buracos. E a proposta que eu conheço do Sr. Deputado Artur Lima é pegar no artigo 1º e virar o número 2 do artigo 1º para o número 1 do artigo 1º. Não é mais nada do que isso, não tapa mais buraco nenhum. Esta é que é a realidade.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Está melhor uma coisinha!

O Orador: A segunda questão, Sr. Deputado Artur Lima: se, por ventura, este diploma está assim inquinado de tanto queijo suíço, que o torne inoperacional, e não querendo o Sr. Deputado Artur Lima apresentar, por si ou pelo seu Grupo Parlamentar, propostas para tapar os buracos do queijo suíço, resolve, na sua intervenção, dizer que bom seria que o Governo retirasse este projeto. Mas ao retirar este projeto (como sabe o Sr. Deputado Artur Lima), vigorava nessa matéria, e continuaria a vigorar, a legislação que hoje permite que se cultivem OGM, que é aquilo que o senhor, alegadamente, diz que não quer. E, em bom rigor, Sr. Deputado, o Governo trabalhou numa matéria que é complexa, não fez, como fez o Governo Regional da Madeira, um diploma com dois artigos,...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): E chega!

O Orador: ... que qualquer um dos Srs. Deputados podia fazer. Não fez! Isso, qualquer um dos Srs. Deputados podia propor e não propuseram, porque isso é uma matéria que, do nosso ponto de vista, é, não só uma matéria importante...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Ainda pode chegar!

O Orador: ... de ser discutida na região, porque somos uma região de produção agrícola com grande dimensão e, portanto, é uma questão que deve estar sempre disponível para o debate, para a análise e, por isso também, nós não podemos fugir à possibilidade de, com contornos devidamente controlados, poder autorizar experiências no solo territorial dos Açores para verificar, para acompanhar uma ciência – a biotecnologia – que é muito importante, quer para o futuro, quer para a vida atual. E, portanto, o que vos digo é, retirar

neste momento este diploma era fazer exatamente aquilo que o Sr. Deputado Artur Lima condena que se está fazendo.

Obrigado.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em relação a esta questão, eu devo dizer que tive o cuidado, aliás, como faço sempre, de analisar, com grande profundidade, este assunto, sem nenhum dogmatismo, à partida, sem ter uma ideia pré-definida e com um “condicionismo” do ponto de vista ideológico. Tentei observar e analisar esta questão do ponto de vista prático, elencando as vantagens de um dos lados e elencando as desvantagens. E, meus senhores, a minha conclusão é que nos encontramos perante uma matéria em que não se pode ser a favor e, ao mesmo tempo, contra. Não se pode legislar contra os organismos geneticamente modificados e, ao mesmo tempo, contemplar um grande conjunto de condições, como já foi aqui referenciado pelo CDS e também pelo Bloco de Esquerda, que, na prática, permitem a introdução de organismos geneticamente modificados. E a pior coisa que se pode apresentar a uma sociedade é uma folha, um diploma redentor e dizer-lhes: “Aqui está! Proibição total! Este problema acabou, deixámos de ter este problema, temos aqui esta resolução”.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): É uma fraude!

O Orador: Bom, eu considero que de forma alguma este documento corresponde a essas condições. Os peticionários de que há pouco falávamos, com certeza, depois de lerem...

Deputada Zuraída Soares (BE): Experiência e respeito!

O Orador: ... as prerrogativas que aqui estão, as disposições que aqui estão,...

Deputada Zuraida Soares (BE): Merecem respeito! Merecem respeito!

O Orador: ... vão perceber que estão a ser, pura e simplesmente, enganados. Estão a ser enganados. E o PPM, obviamente, não participa em farsas. Não participa em farsas...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Desde quando? Quando é que decidiu isso?

O Orador: ... e não estamos, de forma nenhuma, disponíveis para regimentar as tropas daqueles que vão dizer “têm aqui a proibição, região livre de transgénicos”. E, depois, temos um conjunto enorme de disposições que permite criar áreas de exceção, que são muito significativas.

Por isso, não podemos, de forma nenhuma, estar ao lado de quem quer fazer uma manobra de marketing à beira das eleições, para deixar alguns grupos de pressão...

Deputado João Costa (PSD): Verdade!

O Orador: ... e alguns grupos de cidadania contentes.

Devo dizer-vos também que, em relação aos transgénicos, há outra coisa que é absolutamente preocupante (e para quem defende que uma das vantagens é de que estes produtos serão muito mais baratos, que melhorarão a produtividade e, por isso, também serão um elemento importante para produzir produtos a preços muito mais acessíveis, e, portanto, libertar uma parte do mundo e das sociedades do peso de uma produção alimentar que é cada vez mais cara), que é analisar os trabalhos científicos que foram feitos em relação à

monopolização deste setor, à crescente monopolização deste setor. É impressionante verificar, por exemplo, como uma só empresa, a Monsanto, tem um domínio tão gigantesco do mercado. E isto significa, este processo de monopolização significa que, mais tarde ou mais cedo, estes produtos são produtos muito caros e que vão, de facto, permitir o enriquecimento de quem detém o monopólio, como qualquer monopólio, e que comece por arrasar a concorrência e, a seguir, controlar totalmente os preços e a aquisição desse produto. E neste mercado, de forma específica, o que nós podemos verificar é uma monopolização absolutamente surpreendente.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem, Sr. Deputado, muito bem!

O Orador: Portanto, isto para quem acha que está aqui a resolução da produção de produtos alimentares com baixos custos, pois, eu penso que esta tendência demonstra, exatamente, o contrário. É que no futuro serão caros, muito caros. E mais do que isso, como referem igualmente os estudos científicos, arrasarão também a diversidade. Portanto, não há volta a dar em relação a esta questão, porque estes monopólios arrasam a diversidade e, portanto, os agricultores, depois, não terão uma oportunidade de voltar atrás.

Nesta matéria, a história não volta atrás. E, por isso, é que eu considero que existem nos vossos diplomas cedências a estes *lobbies*, a este grupo de interesses tão grande e que domina um mercado que tem uma importância tão grande. Este diploma tem essas cedências e, portanto, isto não é nada do que foi apregoado, isto é um diploma que é um perigo, porque diz às pessoas que resolveu um problema que não resolveu.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

O Orador: O pior que se pode apresentar à sociedade, o pior que se pode dizer à sociedade é “nós não temos esse problema”. Mas temos um problema grave e os senhores não o estão a resolver com este diploma.

Deputados Artur Lima e Luís Silveira (CDS/PP): Muito bem!

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima, tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas, eu vou ter que lhe dar razão numa coisa, é que, realmente, o diploma tem tanto buraco, tanto buraco que eu enganei-me na classificação: já não é um queijo suíço, é uma cratera, Sr. Secretário, e que engole tudo o que entrar lá. Agora, Sr. Secretário, eu queria pedir-lhe, então, se faz favor (pode obrigar-me a fazer um requerimento, e fá-lo-ei com todo o gosto), que o senhor nos enviasse a comunicação que o Governo recebeu para semear transgénicos nos Açores e que me dissesse também qual é a legislação de suporte que o Governo usa para fundamentar e se já foi fiscalizar esse campo que está semeado. Portanto, eu pedia-lhe que me fizesse chegar toda essa informação e, mais, para me evitar um requerimento, mas fá-lo-ei com todo o gosto, que me fizesse chegar ainda o relatório daquele grupo de peritos de 2004 (que, realmente, o Governo foi o primeiro a pronunciar-se sobre essa matéria, é verdade, Sr. Secretário) e eu queria igualmente que me fizesse chegar esse relatório, se for possível, se não for possível, com certeza que farei um requerimento a pedir a V. Excia.

Agora, Sr. Secretário, eu devo dizer-lhe uma coisa, quem tem por hábito mandar vir gente de fora para fazer estudos é o Sr. Secretário, porque, realmente, o estudo do INOVA, que eu saiba, da carne dos Açores, foi feito por gente de fora, só para lhe dar um exemplo, Sr. Secretário.

Deputado José Rego (PS): E não só!

O Orador: Portanto, também nessa matéria estamos, com certeza, entendidos e conversados.

Muito obrigado.

Presidente: Sra. Deputada Zuraida Soares, pede a palavra para?

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Para uma interpelação, Sr. Presidente. Aproveitando este pedido “particular” do Sr. Deputado Artur Lima em relação à documentação solicitada ao Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas, dizer que os outros grupos parlamentares, nomeadamente o Bloco de Esquerda, também têm interesse nessa documentação, até para melhor fundamentarem a sua crítica, o seu posicionamento crítico e este diploma. E, portanto, solicitar, se o puder fazer, em nome também das outras bancadas parlamentares, que essa documentação seja divulgada por todos os partidos e não apenas pelo CDS.

Muito obrigada.

Presidente: Muito bem. Vamos continuar.

Sr. Deputado António Ventura, tem a palavra.

(*) **Deputado António Ventura (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Secretário, vou olhar para si e espero que o senhor olhe para mim,...

Secretário Regional da Agricultura e Florestas (*Noé Rodrigues*):

Oh Sr. Deputado! Tenho sítios mais interessantes para olhar!

Deputado Artur Lima (*CDS/PP*): Oh Sr. Deputado...

Deputado José Lima (*PS*): Está convidando o Sr. Secretário para alguma coisa, é?

(Risos da Câmara)

O Orador: ... porque, todo este Plenário, estou habituado a olhar para si de perfil. O senhor está sempre a olhar para ali e eu bem que quero olhar para si. E o senhor está sempre a olhar para ali, para o PS. Olhe para mim! Olhe para mim, porque eu gosto de olhar para si! Ora bem, nós não atiramos os dados à sorte, Sr. Secretário. O erro da vossa governação é atirar os dados à sorte, é reagir em vez de atuar.

Deputado Jorge Macedo (*PSD*): Muito bem!

O Orador: Este é que é o vosso problema, porque o senhor, obviamente, com a legislação que tem em vigor, a que os agricultores podem semear milho transgénico... Pois, podem! E começaram o ano passado! Mas se os senhores tivessem feito o vosso trabalho de casa, nós estávamos, com certeza, a dizer, com mais certeza, se eles podiam ou não podiam. Esta é que é a diferença.

Deputado Cláudio Almeida (*PSD*): Muito bem!

O Orador: Mas os senhores não fizeram! Não fizeram o vosso trabalho de casa e, por isso, têm o mérito da irresponsabilidade,...

Deputado Cláudio Almeida (*PSD*): Muito bem!

O Orador: ... da irresponsabilidade governativa. Esta é que é a diferença. E não se pode governar à vista, tem que se governar com certezas para se aplicar bem os recursos financeiros que nós temos.

Permita-me que conte uma pequena história. Até parece aquela vizinha que, todos os dias, chegava à janela e via a roupa da outra vizinha e dizia: “Roupa suja”, virava-se para o marido. E todos os dias roupa suja, até que um dia o marido disse: “Não, não, o vidro é que está sujo”. Portanto, não atirem culpas para os outros. Vejam o vosso vidro. O problema está em vós, não é em nós, senhores.

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Aí é que está o problema. O problema está em vós. Mas mais, mais...

(Apartes inaudíveis de diversos Deputados da bancada do PS)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados! Sras. e Srs. Deputado!

O Orador: Eu sei que isso vos incomoda! Eu sei que isso vos incomoda!

Presidente: Sr. Deputado António Ventura, faça favor de continuar.

O Orador: Mas mais. O Sr. Secretário da Agricultura e Florestas refugia-se no relatório da célebre comissão. Pois, permita-me ler a conclusão...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): O senhor devia vir para a primeira fila!

O Orador: ... do relatório da célebre comissão.

Secretário Regional da Agricultura e Florestas (*Noé Rodrigues*):

Afinal conhece o relatório!

O Orador: Diz o seguinte:...

Eu tenho! Eu tenho porque foi-nos enviado em resposta a um requerimento que nós pedimos.

Deputado José Rego (*PS*): E não só! Todos têm! Foi enviado pela Assembleia!

O Orador: Exatamente. Foi um requerimento nosso.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

Faça favor de continuar, Sr. Deputado.

O Orador: A comissão resolveu recomendar ao Governo Regional que declarasse os Açores como região livre de OGM. Mas também diz o seguinte: “A comissão, no entanto, está consciente da natureza meramente política desta declaração”.

Deputado João Costa (*PSD*): Ora, aí está!

O Orador: Isto o que é que significa? Que este relatório não tem nenhum suporte científico social. O que a comissão fez é o que nós estamos hoje, aqui, a fazer, sem suporte científico e social. Então, para que é que serve a comissão? Foi nada! A comissão não produziu nada! Produziu uma declaração meramente política. Foi ineficaz na sua ação e no seu objeto, bem demonstrativo da vossa inoperância; que os senhores criam comissões para não fazer nada.

Deputado Cláudio Almeida (*PSD*): Muito bem! Apoiado!

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires, tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires** (*PCP*): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

A Representação Parlamentar do PCP...

Deputado João Costa (PSD): Gosta do termo, Sr. Deputado?

Presidente: Vamos continuar, Sras. e Srs. Deputados. Acho que começo a ficar rouco! Mas a culpa deve ser minha, com certeza! Acho que são totalmente alheios a isso!

Vamos continuar os nossos trabalhos.

Sr. Deputado António Ventura, não entre em diálogo, por favor.

Sr. Deputado Aníbal Pires, faça favor.

O Orador: Muito obrigado.

A Representação Parlamentar do PCP, relativamente à questão da ciência, da tecnologia e do estudo, designadamente daquele que está ligado ao assunto que aqui estamos a discutir, que é a biotecnologia, não tem nenhuma reserva, e julgo que é fundamental que os estudos possam ter continuidade. E, aliás, os avanços da humanidade situam-se, exatamente, no facto da experimentação ao nível científico e tecnológico. Portanto, não temos nenhuma posição fundamentalista relativamente a estas questões.

No que concerne o assunto que se está aqui a discutir, a Representação Parlamentar do PCP considera que é importante, pode pecar por tardia,...

Deputado António Ventura (PSD): A gente percebe!

O Orador: ... o processo iniciou-se há muito tempo, já poderia ter sido... Certamente! Mais! Mas, mais grave do que isso,...

Deputado João Costa (PSD): Já que estava no alcance!

O Orador: ... e esta crítica tem de ser feita ao Governo Regional, é que, de facto, este diploma já deveria ter sido aprovado há mais tempo, uma vez que foi anunciada esta intenção e, portanto, o

processo deveria ter sido mais célere, de modo a evitar-se que alguns empresários agrícolas tivessem já, nesta campanha, utilizado sementes transgénicas. E isso, sim, isso é que é grave.

Agora, que o processo teve, com certeza, uma história e que estamos hoje, aqui, a provar, certamente, aliás, eu julgo que, ao contrário de alguns discursos que foram aqui feitos, o diploma merecerá o apoio,...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Com certeza!

(O Deputado Cláudio Lopes foi substituído na Mesa pelo Deputado Mark Marques)

O Orador: ... com certeza, do PCP e da bancada que apoia o Governo Regional, mas, certamente, contará com o apoio de outras bancadas que, entretanto, esperneiam por aí sem se perceber muito bem qual é que é a sua posição,...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Vai ver!

O Orador: ... se sim, se não, porque ainda não percebemos...

(Aparte inaudível da Deputada Zuraida Soares)

O Orador: Estou, Sra. Deputada. Não, Sr. Deputada! Não!

Deputada Zuraida Soares (BE): Então, diga. É esta? Então, diga qual é!

Presidente: Faça favor de continuar, Sr. Deputado.

O Orador: Se me deixarem concluir! E percebemos perfeitamente, porque, enfim, já há 3 anos e qualquer coisa que por aqui estou, que

há duas características que tenho: primeiro, não tenho medo; segundo, não tenho preço.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Olhe que não!

O Orador: Portanto... E a primeira vez que disse esta frase aqui, neste Plenário, foi, exatamente, ao Sr. Presidente do Governo Regional. Aliás, está registado.

Portanto, há aqui algumas bancadas que estão a espernear para um lado...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Quais?

O Orador: ... e para o outro e que, no fim, veremos qual é que é a posição. E, claramente, estou-me a referir à bancada do PSD. Mas também estou com alguma curiosidade em saber qual é...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): O senhor já disse!

O Orador: ... o posicionamento da bancada do CDS/PP, relativamente a esta matéria. Porque a questão é clara e vamos lá a ver se nos entendemos. Há aqui uma intenção declarada de resolver este problema, que é proteger a região e declarar a região livre de OGM.

Deputado Paulo Estevão (PPM): Mas não é isso que ele quer dizer.

O Orador: Oh Sr. Deputado, se me der licença...

Deputado Paulo Estevão (PPM): Com certeza!

O Orador: Agora, a questão é a seguinte: já devia ter acontecido? Já, sim, senhor! Está a acontecer hoje? Pois, muito bem! Está a acontecer hoje. Agora, não vamos prender-nos, e eu essa crítica também a faço ao Governo, não a faço do histórico de há 6 anos, mas faço-a do histórico desta iniciativa, desde que o Governo a anunciou. Portanto, a celeridade do processo devia ter sido outra que não esta, porque,

entretanto, isso prejudicou algumas organizações de produtores que, sabendo que isto iria acontecer, optaram por acatar, digamos, aquilo que era uma intenção política, e outros não a acataram e acabaram por utilizar sementes transgénicas.

Portanto, não vale a pena o Sr. Deputado António Ventura estar a espernear, porque o senhor, certamente, irá aprovar - assim como a bancada do PSD - esta iniciativa do Governo.

Deputado António Ventura (PSD): Não tenha tanta certeza!

O Orador: Julgo eu, se bem percebo, no meio dessa confusão toda, qual será a posição final do PSD.

Pela parte da Representação Parlamentar do PCP, este diploma vai, com certeza, ter o apoio da Representação Parlamentar do PCP, considerando que, de facto, a celeridade do processo devia ter sido outra que não esta.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Sr. Deputado Duarte Moreira, tem a palavra.

(*) **Deputado Duarte Moreira (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

No debate desta proposta que o Governo Regional traz a esta Assembleia, estou a assistir aqui a um exercício de hipocrisia política...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Muito bem!

Deputado Paulo Estevão (PPM): Hipocrisia política?!

O Orador: ... como ainda não tinha assistido, mas estou cá só nesta legislatura.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Muito bem!

O Orador: Desde julho do ano passado que nós temos, nesta Casa, a petição que iniciou o debate, pelo menos esta fase do debate, sobre os organismos geneticamente modificados. A petição, o projeto de resolução do PCP e esta proposta do Governo foram discutidas em comissão pelos partidos que lá têm assento.

Desde a primeira hora, houve uma certa unanimidade de posição relativamente ao objetivo último que encerra esta proposta do Governo...

Deputado Paulo Estevão (PPM): Devíamos ter pedido parecer à Associação Agrícola.

O Orador: ... e que é, muito claramente, um: proibir o cultivo de plantas provenientes de organismos geneticamente modificados. É este um dos objetivos desta proposta que o Governo Regional aqui traz hoje: o cultivo. Não se está a proibir o comércio de organismos geneticamente modificados. E o CDS/PP, Sr. Deputado Artur Lima, pode dizer “então, onde é que está aqui a coerência?”. Uma diferença essencial: enquanto consumidor, opto por consumir ou não um produto;...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): O senhor não me vai ensinar nada, vai ter que crescer um bocadinho.

O Orador: ... enquanto produtor, e depois de libertado no ambiente, já não tenho essa hipótese de opção.

Sr. Deputado Artur Lima, que é uma pessoa que até gosta de dizer que traz sempre crítica, mas sempre com propostas concretas, neste caso concreto, não me vou referir a outros, isso não aconteceu. O Sr. Deputado Artur Lima traz aqui uma proposta, que nós vamos discutir a seguir, que faz uma única coisa: troca um artigo. Em termos de

objetivo prático, concreto, não altera em nada aquilo que é a proposta do Governo dos Açores.

E mais! Quem ouviu o Sr. Deputado Artur Lima dizer, até parece que a proposta do Governo não proíbe o cultivo. A proposta do Governo vai mais além do que apenas proibir o cultivo, regula e transpõe...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Regula o quê?

Deputado José Cascalho (BE): A entrada!

O Orador: Regula toda a gestão dos organismos geneticamente modificados e transpõe para a ordem jurídica regional determinadas normas de regulamentos comunitários.

No artigo 4º (Interdição da produção de OGM): “É interdita a libertação deliberada no ambiente de organismos geneticamente modificados”. Está cá explícito. É claro, nós podemos divergir se se pode abrir para a experimentação e para a investigação ou não, como já fez aqui o Bloco de Esquerda. É uma posição legítima. Nós não temos essa posição.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Não regula a experimentação.

O Orador: E, depois, se está assim tão cheio de buracos, porque é que, no âmbito da Comissão de Economia, não apresentaram, não sugeriram alterações,...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Era só o que faltava!

O Orador: ... mesmo que não concordassem com esta proposta? E esta crítica serve também para o PSD.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): O senhor aqui não manda, não manda!

Deputada Zuraida Soares (BE): Ainda não acabou o tempo para apresentar propostas!

O Orador: Se a proposta está mal, onde é que estão as propostas de alteração que a vêm melhorar? Nem o PSD nem o CDS/PP apresentaram qualquer proposta, fizeram qualquer observação em sede de comissão relativamente à proposta apresentada pelo Governo Regional.

(Apartes inaudíveis da Câmara)

O Orador: Para terminar, eu não tenho o dom de adivinhar como é que os partidos vão votar, mas estou extremamente surpreso pela posição, nomeadamente a posição do PSD, pela posição do Sr. Deputado António Ventura, que contradiz muito daquilo que foi dito na discussão, nomeadamente da petição, porque na discussão desta proposta de decreto-legislativo regional o PSD fez “nim”, não se manifestou nem apresentou qualquer observação.

E, para já, ficava-me por aqui, Sr. Presidente.

Deputado António Ventura (PSD): Tem uma explicação lógica e prática. Os senhores é que não compreenderam.

Presidente: Sr. Deputado José Cascalho, tem a palavra.

(*) **Deputado José Cascalho (BE):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

Na verdade, depois do Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas ter dito que, não sei se também para nós, não sabem o que querem,...

Deputada Zuraída Soares (BE): Ou sabem!

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Sabe, mas não quer!

O Orador: ... o que me parece é que o Governo, neste caso específico, não sabe o que quer.

Relativamente à... Ou sabe, de alguma forma indireta.

Eu lembro que este diploma não é um diploma para estabelecer a Região Autónoma dos Açores como uma zona livre de transgénicos. Aliás, o nome da iniciativa diz que regula a utilização de OGM na região. Portanto, parece claro qual é o sentido do diploma. É óbvio que há aqui uma regulação.

Mas deixem-me dizer-vos, então, qual é o problema, ou alguns dos problemas, que nós temos, por exemplo, acerca da introdução dos OGM em culturas experimentais. Eu dou-vos um exemplo de 2010, do que aconteceu nos Estados Unidos da América, se bem que a nossa região é um pouco diferente, mas é para nós sentirmos a pressão que as grandes empresas fazem em países com o poder político que tem os Estados Unidos da América.

Exemplo recente naquele país: a beterraba, onde a produção, por pressão da Monsanto,...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): O Sr. Secretário sabe o que é a Monsanto?

O Orador: ... foi tornada experimental depois de ter sido considerada ilegal. Ou seja, eles tinham plantado beterraba que era OGM e, depois, pela pressão que a Monsanto fez, esta plantação, que era uma plantação normal, passou a ser uma plantação experimental e, como tal, já pode ser plantada, digamos assim, nos Estados Unidos da América.

Deputada Zuraida Soares (BE): É tão fácil!

O Orador: Portanto, há efetivamente perigo para estes ensaios de cultura a que o Governo abre a porta. E relembro também, agora voltando, artigo a artigo, àquilo que é a proposta de diploma, e comparando com aquilo que está na República relativamente à defesa e, portanto, ao cuidado que se tem com a utilização dos organismos geneticamente modificados, nós verificamos que na proposta do Governo a investigação científica e tecnológica e os ensaios de cultura não têm de obedecer a distâncias convencionadas relativamente às culturas tradicionais. Não está lá escrito. Aliás, a proposta atribui a demonstração das condições de segurança biológica a um processo que envolve unicamente a quem pretende iniciar os ensaios...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Ora, Sr. Deputado Duarte Moreira! Ouça, ouça!

O Orador: ... e aos membros do Governo Regional competentes em matéria de ciência e tecnologia, agricultura e ambiente.

Quem pretende iniciar ensaios de cultura, segundo a proposta em apreciação, não terá de elaborar e divulgar relatórios de acompanhamento nem submeter a sua intenção a consulta pública, o que é obrigatório na legislação do continente, no que respeita a regulamentação da libertação deliberada de OGM para qualquer fim diferente da colocação no mercado.

É referido na proposta do Governo o confinamento das culturas de ensaio, mas sem mencionar como se fará esse confinamento.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Ouça!

Deputado Duarte Moreira (PS): Isso está regulamentado!

O Orador: Aliás, não vem referido o que é que é o confinamento.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Ouça!

O Orador: Não estão previstas medidas de controlo, inspeção e acompanhamento dos ensaios de cultura,...

Deputada Zuraida Soares (BE): Muito bem!

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Fazem propostas!

Deputada Zuraida Soares (BE): Não é corrigir. É fazer um novo!

O Orador: ... enquanto os agricultores que queiram cultivar transgénicos em zonas não livres de transgénicos submetem-se ao controlo, inspeção e acompanhamento.

Portanto, há estes buracos que estão na lei e que é preciso corrigir urgentemente. Nós não conseguimos, com este decreto-lei, desculpem que vos diga, corrigir tudo isto. É bom que vos diga...

E tenho aqui também mais uma questão para este debate. É bom esclarecer que nós temos que nos declarar como região livre de transgénicos junto da Comunidade Europeia. Nós temos de fazer essa declaração. E a pergunta que eu faço é como é que nós, região, vamos declarar zona livre de transgénicos...

Deputado Duarte Moreira (PS): Zona livre de cultivo! Não é a mesma coisa que transgénicos!

Deputada Zuraida Soares (BE): Não é por aí, Sr. Deputado!

Deputado Duarte Moreira (PS): A Madeira não tem cultivo de transgénicos!

O Orador: ... ou zona livre de cultivo? Portanto, isto parece-se com a rábula. Se vão perguntar se os Açores são uma zona livre de transgénicos e nós respondemos que sim, mas, depois, perguntam: “Então, não têm culturas transgénicas?”. A gente diz: “Mas têm.” E

perguntamos novamente: “Então, mas os Açores não são livres de transgénicos?”. A resposta é: “São.”. “E, então, não têm culturas transgénicas?”. Mas a gente responde que sim. Portanto, o problema é que nós não podemos fazer uma lei que permita uma coisa e permita outra. É preciso uma lei restritiva para esta região.

Finalmente, relativamente à coexistência de OGM na região, as preocupações das diferentes associações aqui, na região, por exemplo, a FRUTER, que chamou a atenção, em 2008, do Governo e disse: “Apelo ao Governo Regional para que declare os Açores região livre de transgénicos, à semelhança do que já aconteceu na Madeira e nas Canárias. Proteger e valorizar as produções locais, que poderão ser destruídas através da introdução de transgénicos, são os objetivos fundamentais da FRUTER ao avançar com a proposta de restrição”.

Há mais questões que são importantes, que têm a ver com o facto de nós, realmente, querermos ter aqui turismo. Muitos turistas não defendem os transgénicos. Nós não podemos coexistir com a existência de campos experimentais e com a proibição. Não faz sentido.

Presidente: Agradecia que terminasse, Sr. Deputado.

O Orador: Muito obrigado.

Presidente: Terminou o tempo do BE neste debate.

Sr. Deputado Artur Lima, tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Muito rapidamente para uma réplica ao Sr. Deputado Duarte Moreira e dizer-lhe que a nossa metodologia de trabalho ainda é o Grupo Parlamentar do CDS que a define.

Deputado Duarte Moreira (PS): Obviamente! Mas posso criticar como se critica!

O Orador: E, depois, lembrar-lhe uma coisa que é regimental: as propostas de alteração podem entrar até ao início da especialidade, como o senhor bem sabe. Portanto, nada lhe garante que não tenha mais propostas de alteração para entrar.

Deputado Duarte Moreira (PS): Então, vamos para as comissões para passear!

O Orador: Aquela foi a primeira. Aliás, Sr. Deputado, bem à maneira do Partido Socialista, que, ainda ontem, sobre a matéria das farmácias, fez entrar 3 propostas a alterar a primeira.

Deputado José Rego (PS): Isso é demagogia!

Deputado Berto Messias (PS): Isso é deselegante da sua parte!

O Orador: E, portanto, nessa matéria estamos conversados.

Deputado Berto Messias (PS): Isso teve a ver com um erro dos serviços.

O Orador: Agora, Sr. Deputado Duarte Moreira, o que é lamentável é vir o senhor aqui dar lições de moral aos outros, sobre o trabalho na comissão,...

(Apartes inaudíveis do Deputado Duarte Moreira)

O Orador: Espere! Vai-me ouvir!

... quando os senhores, na comissão, não fazem uma única proposta de alteração ao diploma...

Deputado José Rego (PS): A este diploma?

O Orador: ... e chegam aqui...

Não é este!

Deputado Francisco César (PS): Isso não é verdade!

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Tem ali um especialista em biotecnologia agrária!

O Orador: A outros aqui, nesta Casa!

Deputado José Rego (PS): Na maioria dos diplomas, temos. Do CDS/PP é que não há!

O Orador: Não estou a falar da Comissão de Economia, Sr. Deputado José do Rego. Não se pique nem se abespinhe. Estou a falar na generalidade de diplomas nesta Casa.

(Apartes inaudíveis de alguns Deputados da Câmara)

O Orador: Oh Sr. Presidente!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos deixar o Sr. Deputado Artur Lima terminar.

O Orador: Aliás, já assistimos aqui...

(Apartes inaudíveis de alguns Deputados da Câmara)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Deputados, vamos deixar o Sr. Deputado Artur Lima terminar a sua intervenção.

Deputado Francisco César (PS): Não é verdade!

O Orador: Oh Sr. Deputado Francisco César, mas não é verdade o quê? O que é que estou a dizer que não é verdade?

Aqui, neste Plenário, várias vezes, os senhores já fizeram até uma proposta de alteração que substituía o diploma quase inteiro, Sr. Deputado.

Deputado Francisco César (PS): E qual é o problema? Não se pode? Ora essa!

O Orador: Feito aqui! Não foi na comissão. Foi aqui que os senhores fizeram, aqui, na hora. E é isso que eu estou a criticar. O Sr. Deputado Duarte Moreira vem... Fazemos as propostas de alteração quando queremos e onde entendemos, até onde o Regimento permite. Foi o que o Sr. Deputado Duarte Moreira disse que não se fazia. E, portanto, nem o senhor nem aquele senhor dão aqui lições de moral a ninguém...

Deputado Francisco César (PS): Francamente!

O Orador: ... e muito menos sobre trabalho, Sr. Deputado Francisco César.

Deputado Francisco César (PS): Dou-lhe as lições que quiser!

O Orador: A mim não me dá nenhuma! Nem em trabalho, nem em nada!

Presidente: Sr. Deputado! Vamos prosseguir com o debate, Sras. e Srs. Deputados.

Sr. Deputado António Ventura, tem a palavra.

(*) **Deputado António Ventura (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sra. e Srs. Membros do Governo:

(Apartes inaudíveis da Câmara)

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos terminar com os diálogos, vamos prosseguir com o debate.

Sr. Deputado António Ventura, faça favor.

O Orador: Este diploma deu entrada, nesta Assembleia, em fevereiro de 2012. Está a ser discutido a 10 de maio de 2012. Isso significa que na altura em que deu entrada e perante a ausência daquilo que o Governo devia ter feito e não fez, que era o tal debate aprofundado na sociedade, a investigação científica e a compreensão,...

Deputado Duarte Moreira (PS): Os senhores podiam ter feito!

Deputado José San-Bento (PS): Uma lição de humildade!

O Orador: É preferível um diploma desta maneira do que não ter diploma, até se perceber essa situação.

Acontece que vamos ver qual é que é a prática, qual que é a consequência prática deste diploma no terreno. Ele será publicado provavelmente daqui a 1 mês – provavelmente daqui a um mês – e com as atuais condições climatéricas em curso, que são muito imprevisíveis, e tendo em conta que as sementeiras, até das zonas de média e alta...

Deputado Duarte Moreira (PS): E atrasado!

O Orador: ... já estão a realizar-se. Este diploma, quando for publicado, não tem ação nenhuma no terreno.

Deputado José Lima (PS): Não tem?

O Orador: Quem quiser ter semeado milho transgénico nos Açores do ano de 2012, fê-lo à vontade e este diploma não tem qualquer implicação prática.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Ora aí está!

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: É para 2013, e as sementeiras começam em março, finais de março, até junho, obviamente que já tem aí uma ação direta. O que nós dizemos é que deste período até outubro, pelo menos até outubro, façam isso. Comecem a fazer esse estudo,...

Deputado José Rego (PS): Mais um estudo?

O Orador: ... essa investigação, para ter, nesta Casa, um diploma sério, que interdita ou não o uso de variedades geneticamente modificadas.

E esta é que é a consequência prática deste diploma: no terreno, é nula, não tem nenhuma consequência prática para a imposição e a interdição, no ano de 2012, de sementes geneticamente modificadas.

E, portanto, o que é que é preciso? É os senhores fazerem aquilo que não fizeram até agora ou, pelo menos, comecem a fazer o trabalho de casa...

Deputado Rui Ramos (PSD): Muito bem!

O Orador: ... e nós havemos de acabar. Nós comprometemo-nos a acabar o vosso trabalho. Fazemos aqui um pacto político. Comecem a fazer esse trabalho, nós acabamos, porque este é um assunto,...

Deputado Berto Messias (PS): É sempre a mesma coisa!

O Orador: ... obviamente, que deve envolver todos os partidos políticos nesta discussão e nesta investigação.

Tenho dito.

Vozes dos Deputados da bancada do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Sr. Deputado Duarte Moreira, tem a palavra.

Sras. e Srs. Deputados, há muito ruído na sala. Assim não pode ser.

Vamos prosseguir com o debate.

(*) **Deputado Duarte Moreira (PS):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:
Apenas para referir aqui que, pelas declarações de alguns Srs. Deputados relativamente à experimentação e investigação, até parece que eu, amanhã, posso começar um processo de experimentação ou de investigação, no meu quintal, de organismos geneticamente modificados, e isso não é assim.

Aliás, no artigo 5º (Investigação Científica e Tecnológica e Ensaio de Cultura), ponto 1: “Quando razões ponderosas e de manifesto interesse público obriguem à produção ou introdução, para fins de investigação científica ou desenvolvimento tecnológico, de quaisquer dos materiais referidos no número 3 do artigo anterior, a mesma carece de autorização prévia a conceder por despacho conjunto dos membros do Governo Regional competentes em matéria de ciência e tecnologia, agricultura e ambiente”.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Não pode!

Deputado João Costa (PSD): Chama-se a isso encher chouriços!

O Orador: E na atual orgânica do Governo Regional isto implica um despacho conjunto de três secretários regionais. Portanto, o discurso que tive aqui por parte de alguns Srs. Deputados...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Não pode!

O Orador: ... é demagogia, não lendo na íntegra o que aqui está escrito, no diploma do Governo.

E, Sr. Deputado António Ventura, eu já percebi que,...

Secretário Regional da Agricultura e Florestas (Noé Rodrigues): E o que é que diz o nº 2?

O Orador: ... de intervenção em intervenção, o senhor vai arrançando argumentos até chegar à intervenção final e dizer que não

aprova. Ou seja, até agora era porque o diploma não era bom, porque tem buracos,...

Deputado António Ventura (PSD): Nunca disse isso!

O Orador: ... mas agora (“buracos” é da autoria do Sr. Deputado Artur Lima, é verdade) é porque, durante este ano, já não vai ter efeitos práticos. Desculpe!

Deputado António Ventura (PSD): Não tem! Não tem!

O Orador: Vai ter efeitos práticos, porque, ao contrário daquilo que o senhor disse, em muitas das nossas ilhas as culturas de milho estão atrasadas e vai haver esse efeito prático já este ano. Obviamente que terá um efeito completo a partir de 2013. Mas, em toda a legislação que se aprova, este é o procedimento normal, passa a ter efeitos a partir da sua publicação.

Tenho dito.

Obrigado.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Presidente: Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas, tem a palavra.

(*) Secretário Regional da Agricultura e Florestas (Noé Rodrigues):

Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Creio que, para uma última intervenção da minha parte,...

Deputado António Ventura (PSD): Não será! Farei fazer mais uma!

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não se esqueça de olhar para o Deputado António Ventura!

Deputado António Ventura (PSD): Não está! Está a olhar para o lado!

Deputado António Toste (PS): Deixe o homem olhar para onde quiser!

O Orador: ... se a mais não me obrigarem, apenas para dizer o seguinte.

No que diz respeito à introdução de organismos geneticamente modificados, por via e para fins de investigação científica, tecnológica ou ensaios culturais, é bom que fique claro que, ao ler...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Só está a olhar para a bancada do Bloco de Esquerda!

O Orador: Eu estou a olhar para quem me pôs a questão. Daqui a bocadinho já olho para o lado da roupa suja; agora vou olhar para quem me pôs esta questão. Daqui a bocadinho eu olho para o lado da roupa suja; agora vou olhar para a Sra. Deputada que colocou a pergunta das questões de investigação científica.

E é bom que lendo o diploma, que não é apenas de 2 artigos, é mais complexo, porque essa questão é complexa...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Ah! É verdade!

O Orador: ... e, em algum caso, até se pode representar como faturante de muitas das posições. E não é, ao contrário do que se disse, uma questão meramente técnica. Vai para além disso. É uma questão política! É uma questão política!

Deputado José Cascalho (BE): Nós sabemos isso.

O Orador: E o que está dito no número 2 do artigo 5º da proposta que está aqui em discussão é que “só serão autorizados testes de investigação científica quando as espécies utilizadas não pertençam a géneros dos quais existem espécies silvestres autóctones na Região

Autónoma dos Açores”. Exatamente, para proteger, para não haver transferências de géneros na nossa região.

Deputado José Cascalho (BE): Isso não quer dizer nada. É uma espécie autóctone.

O Orador: É bom também que se diga que ao contrário desta tentativa de fazer crer que isto nada declara relativamente ao que se pretende na região, o nº 2 do artigo 1º expressamente diz que o diploma, este diploma, a ser aprovado,...

Deputado António Ventura (PSD): E a epígrafe, o que diz?

O Orador: ... declara o território da Região Autónoma dos Açores como zona livre do cultivo de organismos geneticamente modificados.

Deputado José Cascalho (BE): Isso é uma verdadeira contradição, uma contradição! Os senhores têm que saber o que é que estão a fazer! Não podemos ter os transgénicos na nossa região! Não faz sentido!

O Orador: Ponto final, Sr. Deputado. Não lavro mais à volta de uma coisa que não tem outra discussão e que é mesmo uma declaração definitiva – enquanto ele vigorar – da região poder ser depositária de culturas de organismos geneticamente modificados.

Gostaria também de dizer que – ali para o Sr. Deputado – tive a preocupação, Sr. Deputado António Ventura, de olhar primeiro para o vidro, de o limpar sempre, mas vi sempre roupa suja do outro lado, Sr. Deputado.

(Risos do Deputado António Ventura)

Vi sempre a sua roupa suja, porque, em bom rigor, isto aqui,...

Deputado João Costa (PSD): Afinal é das lentes, não é do vidro!

O Orador: Não é! Também estão limpas!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

O Orador: ...é que isto aqui, Sr. Deputado, em bom rigor, é mesmo uma decisão política que somos chamados a tomar. Porque, se reparar, mesmo ao nível mundial, e isso não é do desconhecimento de nenhum de nós, existem academias e universidades que em todo o mundo analisam, investigam, gastam milhares de milhões de euros para investigar organismos geneticamente modificados.

Qual a nossa capacidade de investigarmos organismos geneticamente modificados, de podermos contrariar, por esta via, aquilo que é o grande investimento que ao nível mundial se faz nessa matéria?

Sr. Deputado, tive também a preocupação de ir aos *sites* todos que estão disponíveis para ver se aqueles dois artigos do Governo Autónomo da Madeira foram fundamentados em muitos estudos, muita investigação e muita divulgação, muito debate,...

Deputado João Costa (PSD): Não é essa a questão!

O Orador: ... e tem piada que não vi nenhum estudo a fundamentar aqueles dois artigos que apareceram a proibir o cultivo de organismos geneticamente modificados, na Madeira.

Mas gostaria de, finalmente, perguntar ao Sr. Deputado Artur Lima que, face à informação que ficou disponível nesta Câmara relativamente ao estudo da dita comissão, ao relatório final, que o Sr. Deputado António Ventura tem e que os Srs. Deputados podem consultar no *site* desta Assembleia, se, por outro lado, indicando que a legislação que o regula (o cultivo de OGM), que é o Decreto-Lei nº

160/2005, de 21 de setembro, se quer da nossa parte, da minha parte, mais alguma informação...

Deputado Artur Lima (PCDS/PP): Ah! É nisso que se baseia!

Deputado António Ventura (PSD): O relatório não diz nada! Já li as conclusões do relatório.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): O senhor falta responder à comunicação que recebeu sobre o OGM!

O Orador: ... que lhe possa mandar?

O relatório está disponível.

Deputado António Ventura (PSD): O relatório não diz nada!

O Orador: O Sr. Deputado António Ventura diz que não diz nada! Está disponível.

O diploma que regula é este. Se desejar mais alguma informação da nossa parte, estamos disponíveis para a remeter.

São recebidas diariamente comunicações, pode haver muitas, poucas. São feitas nos termos do diploma que lhe indiquei, nomeadamente da alínea e), do seu artigo 2º.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Do 160º, artigo 2º?

O Orador: Sim, senhor.

Presidente: Muito bem. Vamos prosseguir.

Sr. Deputado António Ventura, tem a palavra.

(*) **Deputado António Ventura (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O Sr. Secretário Regional da Agricultura acabou de passar um atestado de incompetência ao Centro de Biotecnologia da Universidade dos Açores,...

Deputado João Costa (PSD): É verdade!

O Orador: ... que tem reconhecimento internacional, quando diz que a região não tem a capacidade de perceber...

Secretário Regional da Agricultura e Florestas (Noé Rodrigues): Não é nada disso! Não tem recursos para fazer isso! São milhares de milhões!

O Orador: ... a investigação científica relativamente à introdução de OGM.

O senhor diz que a região não tem essa capacidade e esses recursos. O Centro de Biotecnologia da Universidade dos Açores é reconhecido internacionalmente, tem várias parcerias internacionais...

Secretário Regional da Agricultura e Florestas (Noé Rodrigues): São milhões!

O Orador: ... e, obviamente, que estaria disposto a perceber quais são as consequências dessa introdução de organismos geneticamente modificados, nos Açores. E vou ler um exemplo claro de como tem de se fazer, caso a caso,...

Deputado José Rego (PS): O senhor tem o parecer dessa entidade?

O Orador: ... passo a passo, um a um.

O que aconteceu, por exemplo, com o milho BT e o milho MO 810, foram milhos certificados pela agência de segurança alimentar e são milhos que tiveram consequências totalmente diferentes daquelas que a agência tinha estabelecido. E sabe por que é que tiveram consequências totalmente diferentes? Porque foram feitos ensaios e foram feitas experimentações em zonas totalmente diferentes. E, portanto, o comportamento da introdução dos OGM em territórios devido às condições edafoclimáticas, como todos sabemos,...

Deputado José Cascalho (BE): O PSD quer experimentar aqui?

O Orador: ... como já foi claramente aqui aclarado, nesta Casa, por todas as bancadas (das edafoclimáticas, uma série de condições que têm a ver com as características do solo) tem comportamentos diferentes. E esse comportamento tem de ser estudado nos Açores.

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Nós não somos fundamentalistas e radicais ao ponto de dizer que isto não pode ocorrer nos Açores. Não! Nós só podemos decidir politicamente e não vamos decidir igual à comissão.

Secretário Regional do Ambiente e do Mar (Álamo Meneses):
Afinal, agora é para fazer experimentações?!

O Orador: A comissão o que fez foi um conjunto de declarações, ouviu um conjunto de declarações dos constituintes da comissão, sem qualquer estudo científico, social ou técnico. E por isso é que diz a conclusão que esta é uma recomendação meramente política.

Ora bem, para ser meramente política, cá estamos nós e temos de estar fundamentados. E a comissão não nos deu, de facto, esse suporte para estarmos fundamentados. Não serviu para nada aquilo que o Governo fez e, muito mais, aquilo que fez até agora.

E, portanto, nesse sentido, estamos perfeitamente entendidos.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: Sr. Deputado Duarte Moreira, eu estive recentemente em Santa Maria e tive a capacidade de verificar que o porte vegetativo do milho já é considerado. Isto significa, quer em Santa Maria, quer na Graciosa (que são ilhas que tradicionalmente a seca atinge e, em particular, por aquilo que eu verifiquei), que uma grande parte das sementeiras já está realizada. E estou convencido, com esta chuva de hoje, que, durante a próxima semana, nas zonas de média e alta

altitude, grande parte das sementeiras vão ficar realizadas nas próximas duas a três semanas.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: Isto significa que este diploma não tem qualquer utilidade prática.

E, Sr. Secretário, obviamente houve muitos a chegar como cabeça de fila,...

Deputada Catarina Furtado (PS): Chefe de fila!

O Orador: ... mas há, naturalmente, um que chegou – chefe de fila ou cabeça de fila, como se diz nos projetos dos agrorurais – no fim e que foi o Governo Regional.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

Presidente: Sra. Deputada Zuraida Soares, era para uma interpelação?

Tem a palavra.

(*) **Deputada Zuraida Soares (BE):** Sr. Presidente, para pedir um intervalo regimental de 30 minutos.

Presidente: É regimental. Retomamos os nossos trabalhos às 17 horas e 10 minutos.

Eu pedia aos líderes dos grupos e representações parlamentares e ao Sr. Secretário Regional da Presidência o favor de se acercarem da Mesa.

Eram 16 horas e 41 minutos.

Presidente: Vamos, então, reiniciar os nossos trabalhos.

Eram 17 horas e 17 minutos.

Eu tenho inscrito para o debate o Sr. Secretário Regional da Agricultura e Florestas. Tem a palavra.

(*) Secretário Regional da Agricultura e Florestas (Noé Rodrigues):

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

Só para deixar à Assembleia uma nota relativamente às últimas intervenções, uma das quais sobre a celeridade com que este processo foi desenvolvido.

Tive a oportunidade de referir em comissão, das várias vezes que lá prestei declarações sobre esse assunto, que, no primeiro trimestre de 2012, o processo estaria aqui presente, na Assembleia, como, de facto, esteve.

Relativamente às questões das competências da nossa universidade e da nossa academia, não me referi, naturalmente, às competências, como erradamente o Sr. Deputado António Ventura ali quis fazer crer, antes pelo contrário, referi-me ao volume de investimento que, ao nível mundial, todas as academias, todas as entidades, e até empresas, fazem nessa matéria e que nos colocam nesse assunto a quilómetros luz daquilo que aqui, na região, se poderia fazer sobre isso.

Por outro lado, não havendo, como não há - é sabido -, os meios financeiros, também é importante dizer que, como consta do relatório da comissão, existem dois pareceres distintos sobre essa matéria, da nossa universidade, da nossa academia, cada um dizendo exatamente o contrário do outro. Significa (mais uma vez repito) que esta questão

não é uma questão científica, não é uma questão técnica, é, fundamentalmente, uma questão política.

Relativamente ao resto, gostava de apenas deixar aqui uma nota final, a de que fico sem saber se o diploma chegou tarde à Assembleia, mas, se assim aconteceu, fico sem saber porque é que aqueles que dizem que chegou tarde querem enviá-lo para outubro.

Obrigado.

Presidente: Sr. Deputado Duarte Moreira, tem a palavra.

(*) **Deputado Duarte Moreira (PS):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Da discussão que nós estamos aqui a fazer, pode transparecer que este diploma é um diploma que visa apenas a proibição do cultivo de organismos geneticamente modificados. E não é assim. Ultrapassa muito essa vertente. E permitam-me que leia aqui quais são as vertentes que este diploma regula.

Ponto 1: “Libertação deliberada de OGM para qualquer fim que não a colocação do mercado”. Aqui, sim, estamos a proibir o cultivo de organismos geneticamente modificados, abrindo a sua possibilidade à experimentação e investigação quando for caso disso.

Além disso, regula a colocação no mercado de produtos que contenham ou sejam constituídos por OGMs, nomeadamente para a alimentação humana. Acresce que regula os géneros alimentícios e alimentos geneticamente modificados para animais. Ainda, prevê a rastreabilidade e rotulagem dos géneros alimentícios e alimentos para animais, produzidos a partir de organismos geneticamente modificados e os movimentos transfronteiriços de organismos geneticamente modificados, como transporte do OGM viáveis.

Nós estamos a falar aqui de um diploma completo, que transpõe para a ordem jurídica regional regulamentos comunitários, que não é exclusivo para a proibição do cultivo de organismos geneticamente modificados - e é preciso que se reforce isto -, e não, como o Bloco de Esquerda tem vindo, diversas vezes, a repetir, a proibição de organismos geneticamente modificados.

Deputada Zuraida Soares (BE): Só o Bloco de Esquerda?! Só o Bloco de Esquerda?!

O Orador: Como, por exemplo, o Bloco de Esquerda!

Deputada Zuraida Soares (BE): Ah! A semântica é muito importante.

O Orador: E o Bloco de Esquerda, porque foi quem mais reforçou essa vertente.

E, depois, Sr. Deputado António Ventura, eu queria fazer-lhe aqui três perguntas, já que demonstrou ser especialista na agricultura de Santa Maria: Qual é a área de milho que é plantada anualmente em Santa Maria para a silagem? Quantos agricultores é que fazem silagem de milho em Santa Maria? Santa Maria tem condições para o cultivo do milho? O senhor deve saber isso, até porque, para além da nossa bancada, é a única bancada que tem uma deputada da ilha e que sabe, obviamente, responder a estas questões.

Obrigado.

Presidente: Sr. Deputado António Ventura, tem a palavra.

(*) **Deputado António Ventura (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Duarte Moreira, o que eu referi foi que observei o estado vegetativo das plantas...

Deputado José San-Bento (PS): E o estado cativo?

(Risos da bancada do PS)

O Orador: ... e já estava avançado. Eu não disse que tinha área de milho ou não. E, portanto, na área que estava com o milho, o estado vegetativo dessas plantas é avançado. É diferente de dizer que são tantos hectares de milho, porque eu não tenho esses dados. O que eu disse foi o que observei relativamente à sementeira. É diferente.

Mas, Sr. Secretário Regional da Agricultura, eu recomendava que o senhor, de facto, lesse...

Secretário Regional da Agricultura e Florestas (Noé Rodrigues):
Estou convencido que não aprende nada comigo!

Deputado Jorge Macedo (PSD): É feio! Sobranceria! Credo!

O Orador: ... a minha intervenção sobre a biotecnologia agrícola, apresentada nesta Casa, em que referia que o Governo Regional aplicasse um plano de atuação no âmbito da agrobiotecnologia. E o plano seria constituído por três atitudes: uma atitude de formação e informação, uma atitude científica e uma atitude de aplicação prática da biotecnologia.

Faz falta, porque este plano, certamente, se tivesse sido aplicado a partir de 2006, já tinha resolvido todas as nossas questões e todas as nossas dúvidas.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Claro! Muito bem!

O Orador: Hoje, porque a política e a decisão política baseiam-se muito no suporte, no suporte da sociedade, no suporte científico...

Secretário Regional da Agricultura e Florestas (Noé Rodrigues): É a favor ou contra?

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: ... e no suporte da estratégia. E sem esse suporte não é possível. Tudo o que seja para além disso é pura e simplesmente amadorismo,...

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: ... é pura e simplesmente governar à vista, navegar à vista,...

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: ... sem bússola e, portanto, assim não serve.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: Isto é o mesmo que estarmos sem rumo e esta política não serve.

E, obviamente, aquilo que nós dizemos é que o Governo retire o diploma,...

Secretário Regional da Agricultura e Florestas (Noé Rodrigues): É a favor ou contra? Ainda ninguém percebeu.

O Orador: ... que faça o trabalho de casa, com a sociedade, com a comunidade científica, e se assim for, no sentido de interditar a entrada de organismos geneticamente modificados, nós estaremos aqui para aprovar um diploma nesse sentido.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

O Orador: Se assim não for, também assim nós estaremos aqui, obviamente, para ter a decisão responsável sobre este assunto.

Agora, evidentemente que nós já todos percebemos que a vossa, e tendo em conta essa atitude relativamente aos transgénicos, mas

também relativamente a outras matérias em que eu não quero entrar – o Sr. Presidente da Assembleia já está a olhar para mim –, ...

(Risos do Deputado Artur Lima)

(Apartes inaudíveis das bancadas)

O Orador: Mas só, inclusivamente, essa questão dos transgénicos, não vou falar sobre outras...

Presidente: Eu ainda posso olhar, Sr. Deputado. Eu percebi o que é que o Sr. Deputado quis dizer, mas eu ainda posso olhar.

Faça favor.

(Risos do Orador)

O Orador: O seu olhar –...

Secretário Regional da Agricultura e Florestas (Noé Rodrigues):

Há uns que ele quer que olhem, outros não!

O Orador: ... permita-me a expressão – de falcão.

(Risos do Orador)

Presidente: Não é como um elogio, Sr. Deputado.

O Orador: A vossa governação está cada vez mais a reduzir-se a tirar fotografias. E cada vez que as coisas correm mal, e como estão sempre a correr mal, os senhores mandam tirar mais fotografias.

Deputado Cláudio Almeida (PSD): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PSD)

Presidente: Não sei se há mais intervenções, Sras. e Srs. Deputados. Sras. e Srs. Deputados, não havendo mais intervenções, passávamos para a votação na generalidade.

Entretanto, informo, desde já, a Câmara que deu entrada, há cerca de 10 minutos, uma proposta de alteração, ou seja, deu entrada em tempo.

Vamos fazer, então, a votação na generalidade.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Secretário: Na generalidade, a proposta apresentada foi aprovada com 30 votos a favor do PS, 1 do PCP, 15 contra do PSD, 5 do CDS/PP, 2 do Bloco de Esquerda e 1 do PPM.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, conforme é natural, a proposta que deu entrada foi para os serviços para ser genericamente analisada e, sobretudo, fotocopiada e distribuída.

Nessa medida, é necessário proceder a um intervalo.

Eu ponho à vossa consideração se 15 minutos chegarão.

Se 15 minutos chegam, então, fazemos um intervalo de 15 minutos.

Retomamos os nossos trabalhos às 17 horas e 40 minutos.

Até já.

Eram 17 horas e 27 minutos.

Presidente: Vamos reiniciar os nossos trabalhos.

Eram 17 horas e 46 minutos.

Passamos para a votação na especialidade do diploma.

Entrou um conjunto de propostas de alteração que vos foram distribuídas.

Desde logo, e relativamente ao artigo 1º, é meu entendimento que a proposta, inicialmente apresentada pelo CDS/PP, foi substituída pela apresentada posteriormente e, portanto, vamos votar a proposta de alteração do Grupo de Deputados para o artigo 1º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 29 votos contra do PS, 1 do PCP, 4 a favor do CDS/PP, 2 do Bloco de Esquerda, 1 do PPM e 12 abstenções do PSD.

Presidente: Vamos votar agora o artigo 1º da...

Pede a palavra?

Então, tem a palavra, Sr. Deputado.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Para intervir. Devia tê-lo feito logo, inicialmente, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, mas faço e explico todas as alterações que vêm nesse diploma, por economia de tempo, e dizer que a proposta que é subscrita pelo Bloco de Esquerda, pelo PPM e pelo CDS vai no sentido de clarificar, efetivamente, o que se quer para a região e para o futuro da região. E esta proposta - esta,

sim - é que proíbe o cultivo de transgénicos nos Açores. Esta - sim, senhor - é que não deixa nenhuma dúvida. Com estas propostas de alteração que são introduzidas pelo Bloco de Esquerda, pelo CDS e pelo PPM é que, sem margem para dúvidas, se proíbe o cultivo de OGM nos Açores. E era isso que o Partido Socialista, se era a vontade do Partido Socialista proibir o cultivo de OGM nos Açores e manter os Açores...

Deputado Berto Messias (PS): Cultivo!

O Orador: ... livres de OGM, região livre de OGM, potenciando a sua natureza, potenciando o turismo de natureza, potenciando as nossas ilhas, potenciando as ilhas da biosfera, potenciando tudo de bom que nós temos, devia votar a favor. Se votar contra, o Partido Socialista, afinal de contas, o que quer é, encapotadamente, introduzir os OGM nos Açores, por proposta do Governo.

Deputado José Rego (PS): O senhor não percebeu o diploma, com muita pena nossa!

O Orador: Ficam, assim, explicadas todas as propostas.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Duarte Moreira, tem a palavra.

(*) **Deputado Duarte Moreira (PS):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Nitidamente, esta proposta de alteração, que é subscrita pelos três partidos referidos anteriormente, só me ocorre dizer que, realmente, ou não leram a proposta que o Governo nos apresenta ou não perceberam minimamente o que está aqui em causa.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): O quê?

O Orador: O que está em causa vai para além do que é a proibição do cultivo. O diploma do Governo, a proposta de decreto legislativo regional proíbe o cultivo de organismos geneticamente modificados e ainda regula uma outra quantidade de questões que há necessidade de regular, como, por exemplo, o transporte de organismos geneticamente modificados, a introdução, para o comércio, de organismos geneticamente modificados, para a alimentação animal, a necessidade de haver informação do que é que está a circular, do que é que entrou na região e que passo é que... Vai muito para além daquilo que é para o cultivo.

Nitidamente, os senhores não perceberam o que está aqui em causa. E, depois, fazem uma proposta que se limita a revogar - e não é revogar, é eliminar - todos os outros artigos que são transpostos e adaptados à região, dos diversos regulamentos comunitários. Daí, obviamente, nós não temos outra solução senão reprovar e rejeitar estas propostas de alteração.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

(*) Deputado Paulo Estêvão (PPM): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O que os três partidos referenciados fizeram, o CDS, o Bloco e o PPM, foi ser absolutamente claros sobre esta matéria. Absolutamente claros sobre esta matéria.

Nós o que dissemos aos açorianos foi com total transparência. Nós, com total transparência! Os senhores o que fizeram neste diploma foi, na prática, enganar os açorianos, enganar os peticionários ao dizerem que os senhores estão a lutar contra os organismos geneticamente modificados.

Deputado Duarte Moreira (PS): Isso não é verdade!

Deputado José Rego (PS): Leia o diploma!

O Orador: E os senhores não estão a fazer isso, os senhores não estão a fazer isso. Os senhores estão a criar uma série de condicionalismos.

Digam-me uma coisa. Porque é que querem fazer experiências? Os senhores querem fazer experiências para quê? Para que é que os senhores querem fazer experiências? Para exportar para o terceiro mundo? Para pressionar os outros para utilizarem, para estarem ao serviço destes monopólios, dos monopólios que foram criados para estarem ao serviço destes *lobbies*? Os senhores querem fazer... As vossas propostas sobre esta matéria são de uma hipocrisia total. De uma hipocrisia total.

Deputado José Rego (PS): Sr. Deputado, leia!

O Orador: Nós o que fizemos em relação a esta questão foi de uma forma absolutamente transparente. A nossa posição é esta. Nós consideramos que é um perigo para a saúde humana, nós consideramos que é preciso combater esta proliferação deste tipo de organismos geneticamente modificados, queremos proteger os Açores das consequências - e são consequências muito graves -, queremos potenciar aquela que é a qualidade ecológica dos Açores, protegê-la. E os senhores não fazem isso com a vossa proposta, e nós, com a nossa proposta, fazemos de uma forma muito nítida,...

Deputado José Rego (PS): A vossa proposta é o que está no diploma!

O Orador: ... muito frontal e podemos dizer com total transparência que a nossa proposta foi esta, não foi uma proposta cheia de buracos,

uma proposta cheia de alternativas, cheia de mecanismos, que permite, no fundo, que o Governo Regional e quem pretende continuar a mexer nestas matérias o faça, e, ao mesmo tempo, apresenta uma posição política que é absolutamente indefensável.

Os senhores têm uma proposta hipócrita, nós temos uma proposta que é uma proposta muito transparente, é uma proposta que diz aos açorianos a verdade, a verdade.

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima, tem a palavra.

(*) Deputado Artur Lima (CDS/PP): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado José do Rego, eu li o objeto do diploma. Aliás, eu citei-o na televisão.

Deputado José Rego (PS): O senhor sabe, o senhor sabe!

O Orador: Oh Sr. Deputado, deixe-me acabar, porque eu tenho pouco tempo. Se faz favor. Agradeço.

Aliás, eu disse num programa de televisão, que tive o gosto de ir com o Sr. Deputado Duarte Moreira, e vou passar a ler-lhe.

Artigo 1º, (Objeto). Número 1: “O presente diploma regula [regula] a utilização de organismos geneticamente modificados, [regula] ”.

Deputada Zuraída Soares (BE): Não é regula! É declara!

O Orador: Espere! Espere!

E, depois, vem as alíneas a) e b) do número 1 e, depois, só o número 2, encapotadamente, é que vem dizer que declara o território como zona livre. Atenção! Portanto, este devia ser logo o primeiro número do artigo 1º, Sr. Deputado. Mas mais grave do que isto, mas mais grave, Sr. Deputado José do Rego e Sr. Deputado Duarte Moreira, é a proposta de alteração do Partido Socialista para o número 2 do artigo

41º, que propõe, exatamente: “Não é aplicável à Região Autónoma dos Açores o disposto no Decreto-Lei nº. 160/2005”,...

Deputado José Rego (PS): Porque não faz sentido!

O Orador: ... que regula o cultivo de variedades, ou seja, não faz sentido porque os senhores, realmente, querem transgénicos nos Açores. É essa a questão. E, aliás, por matéria, como dizia o Sr. Deputado Duarte Moreira, não ficava em perigo o transporte e etc., porque está regulado pela diretiva europeia, e está regulado também por este diploma e está regulado pela legislação da República, que se aplica na região. E, portanto, o problema que o Sr. Deputado Duarte Moreira põe é um falso problema, porque a legislação nacional e comunitária regulam. Aliás, muito deste diploma mais não era do que a transcrição do nacional.

Muito obrigado.

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires, tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Representação Parlamentar do PCP não vai votar favoravelmente as propostas aqui apresentadas pelo PPM, CDS/PP e Bloco de Esquerda, porque elas são redutoras. Esta proposta é redutora. É redutora, porque aquilo que nós estamos a apreciar não é apenas a proibição do cultivo de transgénicos. Também a proibição do cultivo de transgénicos, mas é muito mais do que isso, e V. Excias.,...

Deputado José Rego (PS): E o que é que fazem com isso?

O Orador: ... com a proposta de alteração que acabaram de nos apresentar, reduzem ao que pretendem reduzir este diploma apenas à proibição do cultivo de transgénicos, esquecendo tudo o resto, porque

produtos transgénicos são transportados, são comercializados na Região Autónoma dos Açores. E V. Excias. aquilo que fazem é procurar reduzir uma coisa que é ampla e que não só proíbe o cultivo de transgénicos, mas vai muito mais além do que isso. Portanto, V. Excias., por muito esforço que façam, aquilo que estão a fazer é a reduzir este diploma – se isto viesse a ser aprovado – apenas a uma das partes.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Não, não! Todas!

O Orador: E isto é muito mais lato...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Não, não! Está a proibir!

O Orador: ... do que aquilo que V. Excias. estão a pretender.

Não, não, Sr. Deputado. Vai-me desculpar!

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Não! O senhor não leu. Proíbe tudo!

O Orador: Aliás, o título do diploma não é a proibição do cultivo de transgénicos, é um outro bem diferente e mais amplo. E V. Excias. acabam por confundir.

Deputada Zuraída Soares (BE): Esse é que é o problema!

O Orador: Eu sei que é um problema para o Bloco de Esquerda, mas o problema não pode reduzir-se ao Bloco de Esquerda. O problema é um problema de interesse regional, e aquilo que V. Excias...

Deputada Zuraída Soares (BE): Está a falar com quem?

O Orador: Eu estou a falar com o Plenário.

Deputada Zuraída Soares (BE): Não, está a falar do Bloco de Esquerda! Veja se atina!

Presidente: Não entrem em diálogo!

Faça favor de continuar, Sr. Deputado Aníbal Pires.

O Orador: Muito obrigado, Sr. Presidente.

O Bloco de Esquerda, eu até percebo, o CDS/PP e o PPM, não percebo, efetivamente, esta posição,...

Deputada Zuraida Soares (BE): O senhor não percebe nada! Não percebe mesmo nada!

O Orador: ... uma vez que a posição do Bloco de Esquerda é a que todos nós conhecemos. É uma posição radical relativamente a estas questões e, portanto, está explicado.

A posição do CDS/PP e do PPM é, de facto, incompreensível e revela uma posição muito redutora relativamente ao âmbito do diploma que aqui estamos a apreciar.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Muito bem. Vamos continuar. Sras. e Srs. Deputados, vamos votar o artigo 1º da proposta.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu, efetivamente, quero dizer ao Sr. Deputado Aníbal Pires que tem toda a razão. A nossa proposta é, de facto, redutora. É redutora, porque não regula! E sabe porque é que não regula? Porque proíbe! E, por isso, é redutora. Agora, a nossa proposta, e, nesta matéria, que é uma matéria de enorme complexidade, eu vou-lhe dizer, a sua proposta, a proposta que o Sr. Deputado apoia, a proposta que o Partido Socialista apoia é uma proposta “assim, assim”. Ou seja, digo que é “assim, assim”, porque não é “sim” nem “não”!

A nossa proposta é uma proposta muito clara e muito frontal: nós estamos contra! E, portanto, é esta. É, de facto, redutora. O Sr. Deputado tem toda a razão.

Deputado Francisco César (PS): O melhor é resolver isso ao jantar!

Presidente: Sr. Deputado Duarte Moreira, tem a palavra.

(*) **Deputado Duarte Moreira (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Só muito simplesmente para perguntar aos proponentes - e aos três - se esta proposta, para nós percebermos bem o que é que está em causa, proíbe a introdução de todo e qualquer organismo geneticamente modificado, mesmo para o comércio e para o consumo?

Deputado José Cascalho (BE): Não! Não está lá nada!

O Orador: Há que esclarecer isso. Não? Porque foi dito... Se é uma zona livre,...

Deputado José Rego (PS): Se é uma zona livre, V. Excias. esclareçam agora!

O Orador: ... o que é que se pretende com esse diploma? E o que é que se faz com os outros produtos? E, de acordo com as regras comunitárias da livre concorrência, até onde é que nós podemos proibir...

Deputado José Cascalho (BE): Não é isso que está em causa! Não são transparentes!

O Orador: ... a comercialização destes produtos quando a própria Europa os autoriza e estão autorizados no nosso país?

São estas questões que os senhores têm de responder para esclarecer melhor a vossa proposta.

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires, tem um minuto e meio.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A questão é a seguinte.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, se ainda não percebeu, eu volto a explicar.

V. Excia. aquilo que pretende é apenas o seguinte:...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Dei-lhe razão!

O Orador: ... proibir o cultivo de organismos geneticamente modificados. O diploma que estamos a apreciar não só proíbe o cultivo de organismos geneticamente modificados, como regula a circulação de organismos geneticamente modificados que circulam na região e que circulam no espaço europeu. Portanto, Sr. Deputado, é nessa perspetiva que a vossa proposta é redutora.

Percebeu agora, Sr. Deputado?

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Já percebi há muito tempo!

O Orador: Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima, tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs.

Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado Duarte Moreira, obviamente, como o Sr. Secretário já aqui explicou durante o debate na generalidade, aplica-se à região a legislação comunitária e nacional sobre esta matéria. Aliás, o vosso diploma, Sr. Deputado, mais não era do que transpor para a região muita dessa legislação nacional e comunitária, aliás, alguns artigos absolutamente copiados do diploma nacional. E mantém-se...

Deputado José Rego (PS): Diz que é a transposição da diretiva!

O Orador: ... em vigor o nº 2 da vossa proposta,...

Deputado José Rego (PS): Não! Não é igual!

O Orador: ... que nós mantemos em vigor, que os senhores queriam eliminar do artigo 41º. Agora, mantém-se em vigor essa coisa.

Agora, o que me espanta (mas já percebi a posição dos senhores, é legítima, estamos em democracia, os senhores votam como quiserem),...

Deputado José Rego (PS): O nº 2 da proposta não é igual!

O Orador: ... para proibir o cultivo de OGM nos Açores, é isto: o que os senhores permitiam era eliminar barreiras de segurança,...

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Isso não é verdade!

O Orador: ... era eliminar tudo, era a liberdade total para o cultivo de OGM, ao eliminarem o nº 2 do artigo 41. Não havia margens de segurança.

E Sr. Deputado Aníbal Pires, permita-me que lhe diga, com toda a consideração que lhe tenho, o senhor diz que não se vende nem tem preço, e eu acredito. Eu gostaria que o senhor me explicasse porque é que abdicou do objeto do seu projeto de resolução, que era exatamente isto que a gente propõe. Exatamente o que a gente propõe! Era exatamente o que estava no seu projeto de resolução, Sr. Deputado Aníbal Pires, nada mais, nada menos, apenas mais desenvolvido do que o projeto...

Deputado Berto Messias (PS): Os senhores não querem é perceber!
A questão é essa!

O Orador: ... do Sr. Deputado Aníbal Pires.

Presidente: Sr. Deputado Aníbal Pires, não tem tempo. Além disso, nós estamos a discutir um projeto de resolução que até já foi retirado. Portanto, vamos continuar, vamos entrar na votação. Vamos votar o artigo 1º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 28 votos a favor do PS, 1 do PCP, 4 contra do CDS/PP, 2 do Bloco de Esquerda, 1 do PPM e 17 abstenções do PSD.

Presidente: Eu proponho, agora, que votemos... Pergunto à Câmara se posso votar em conjunto as propostas de revogação do Grupo de Deputados para os artigos 2º e 3º?

Vamos votar, então, as propostas de revogação para os artigos 2º e 3º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: As alterações apresentadas foram rejeitadas com 28 votos contra do PS, 1 do PCP, 4 a favor do CDS/PP, 2 do Bloco de Esquerda, 1 do PPM e 17 abstenções do PSD.

Presidente: Vamos votar os artigos 2º e 3º da proposta em conjunto.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados com 28 votos a favor do PS, 1 do PCP, 4 contra do CDS/PP, 2 do Bloco de Esquerda, 1 do PPM e 17 abstenções do PSD.

Presidente: Vamos votar, agora, a proposta de alteração do Grupo de Deputados para o artigo 4º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: As propostas de alteração apresentadas foram rejeitadas com 28 votos contra do PS, 1 do PCP, 4 a favor do CDS/PP, 2 do Bloco de Esquerda, 1 do PPM e 17 abstenções do PSD.

Presidente: Vamos votar, agora, o artigo 4º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 28 votos a favor do PS, 4 do CDS/PP, 2 do Bloco de Esquerda, 1 do PCP, 1 contra do PPM e 17 abstenções do PSD.

Presidente: Vamos votar, agora, a proposta de eliminação ou de revogação – como quiserem – do artigo 5º apresentada pelo Grupo de Deputados.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi rejeitada com 28 votos contra do PS, 1 do PCP, 4 a favor do CDS/PP, 2 do Bloco de Esquerda, 1 do PPM e 17 abstenções do PSD.

Presidente: Vamos votar o artigo 5º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: O artigo apresentado foi aprovado com 28 votos a favor do PS, 1 do PCP, 4 contra do CDS/PP, 2 do Bloco de Esquerda, 1 do PPM e 17 abstenções do PSD.

Presidente: Vamos votar o artigo 6º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Para uma interpelação à Mesa, Sr. Presidente.

Presidente: Diga, Sr. Deputado.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Já foi anunciada a votação? Peço desculpa. Não foi.

Secretário: O artigo apresentado foi aprovado com 28 votos a favor do PS, 1 do PCP, 4 contra do CDS/PP, 2 do Bloco de Esquerda, 17 abstenções do PSD e 1 do PPM.

Presidente: Faça favor, Sr. Deputado.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Para uma interpelação à Mesa, Sr. Presidente, para fazer uma sugestão. Como se está a verificar, as

posições dos diversos partidos em relação às propostas de alteração que foram apresentadas pelo Grupo de Deputados do CDS/PP, do Bloco de Esquerda e do PPM têm sido sempre as mesmas e, portanto, propunha que se votasse conjuntamente, se pudesse ser, todas essas propostas. Teríamos uma economia de tempo, com certeza.

Presidente: Mas passa-se uma coisa, Sr. Deputado. É que em alguns casos elas ficam prejudicadas, no meu entendimento. Por exemplo, no artigo 7º, a proposta de eliminação do Grupo de Deputados é prejudicada pela proposta de alteração advinda da Comissão de Economia, que é a anterior. Portanto, acho que não pode ser tudo. Eu vou pôr o máximo que puder à votação em conjunto. Está bem, Sr. Deputado?

Votámos o artigo 6º do diploma, certo?

Vamos votar a proposta de alteração advinda da Comissão de Economia, e subscrita pelo PS, para o artigo 7º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi aprovada com 28 votos a favor do PS, 1 do PCP, 4 contra do CDS/PP, 2 do Bloco de Esquerda, 1 do PPM e 17 abstenções do PSD.

Presidente: Fica prejudicada, assim, com esta aprovação, a proposta de revogação do Grupo de Deputados para este artigo 7º.

Vamos votar o artigo 7º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 28 votos a favor do PS, 1 do PCP, 4 contra do CDS/PP, 2 do Bloco de Esquerda, 1 do PPM e 17 abstenções do PSD.

Presidente: Vamos votar a proposta de eliminação do Grupo de Deputados para o artigo 8º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de eliminação apresentada foi rejeitada com 28 votos contra do PS, 1 do PCP, 4 a favor do CDS/PP, 2 do Bloco de Esquerda, 1 do PPM e 17 abstenções do PSD.

Presidente: Vamos votar, agora, o artigo 8º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 28 votos a favor do PS, 1 do PCP, 4 contra do CDS/PP, 2 do Bloco de Esquerda, 1 do PPM e 17 abstenções do PSD.

Presidente: Vamos votar, agora, a proposta de alteração para o artigo 9º advinda da comissão.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A alteração anunciada foi aprovada com 28 votos a favor do PS, 1 do PCP, 4 contra do CDS/PP, 2 do Bloco de Esquerda, 1 do PPM e 17 abstenções do PSD.

Presidente: Ficou, assim, prejudicada a proposta do Grupo de Deputados de eliminação do artigo 9º.

Vamos votar o artigo 9º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 28 votos a favor do PS, 1 do PCP, 4 contra do CDS/PP, 2 do Bloco de Esquerda, 1 do PPM e 17 abstenções do PSD.

Presidente: Vamos votar, agora, em conjunto – é a minha proposta –, as propostas de eliminação do Grupo de Deputados dos artigos 10º a 13º, inclusive.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: As propostas de eliminação apresentadas foram rejeitadas com 28 votos contra do PS, 1 do PCP, 4 a favor do CDS/PP, 2 do Bloco de Esquerda, 1 do PPM e 17 abstenções do PSD.

Presidente: Vamos votar, agora, os artigos 10º a 13º, inclusive, do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados com 28 votos a favor do PS, 1 do PCP, 4 contra do CDS/PP, 2 do Bloco de Esquerda, 1 do PPM e 17 abstenções do PSD.

Presidente: Vamos votar, agora, a proposta de alteração advinda da comissão para o artigo 14º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi aprovada com 28 votos a favor do PS, 1 do PCP, 4 contra do CDS/PP, 2 do Bloco de Esquerda, 1 do PPM e 17 abstenções do PSD.

Presidente: Ficou, assim, prejudicada a proposta do Grupo de Deputados de eliminação do artigo 14º.

Vamos votar o artigo 14º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 28 votos a favor do PS, 1 do PCP, 4 contra do CDS/PP, 2 do Bloco de Esquerda, 1 do PPM e 17 abstenções do PSD.

Presidente: Vamos votar, agora, em conjunto, as propostas de eliminação do Grupo de Deputados dos artigos 15º a 24º, inclusive.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: As propostas de eliminação apresentadas foram rejeitadas com 28 votos contra do PS, 1 do PCP, 4 a favor do CDS/PP, 2 do Bloco de Esquerda, 1 do PPM e 17 abstenções do PSD.

Presidente: Vamos votar, agora, do artigo 15º ao artigo 24º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados com 28 votos a favor do PS, 1 do PCP, 4 contra do CDS/PP, 2 do Bloco de Esquerda, 1 do PPM e 17 abstenções do PSD.

Presidente: Pergunto à Câmara se posso colocar à votação em conjunto dos artigos 25º ao 28º do diploma, inclusive?

Assim farei.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados com 28 votos a favor do PS, 1 do PCP, 4 contra do CDS/PP, 2 do Bloco de Esquerda, 1 do PPM e 17 abstenções do PSD.

Presidente: Vamos votar, agora, a proposta de alteração advinda da comissão para o artigo 29º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração anunciada foi aprovada com 28 votos a favor do PS, 1 do PCP, 4 contra do CDS/PP, 2 do Bloco de Esquerda, 1 do PPM e 17 abstenções do PSD.

Presidente: Vamos votar, agora, o artigo 29º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 28 votos a favor do PS, 1 do PCP, 4 contra do CDS/PP, 2 do Bloco de Esquerda, 1 do PPM e 17 abstenções do PSD.

Presidente: Eu poria, agora, à votação em conjunto – o primeiro é uma substituição integral para o artigo 30º, depois são propostas de eliminação – as propostas de alteração, *lato sensu*, do Grupo de Deputados do artigo 30º ao 32º, inclusive.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: As propostas de alteração apresentadas foram rejeitadas com 28 votos contra do PS, 1 do PCP, 4 a favor do CDS/PP, 2 do Bloco de Esquerda, 1 do PPM e 17 abstenções do PSD.

Presidente: Vamos votar, agora, dos artigos 30º a 32º, inclusive, do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados com 28 votos a favor do PS, 1 do PCP, 4 contra do CDS/PP, 2 do Bloco de Esquerda, 1 do PPM e 17 abstenções do PSD.

Presidente: Vamos votar a proposta da comissão para a alteração do artigo 33º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi aprovada com 28 votos a favor do PS, 1 do PCP, 4 contra do CDS/PP, 2 do Bloco de Esquerda, 1 do PPM e 17 abstenções do PSD.

Presidente: Fica, assim, prejudicada a proposta de eliminação do Grupo de Deputados para o artigo 33º.

Vamos votar o artigo 33º da proposta.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 28 votos a favor do PS, 1 do PCP, 4 contra do CDS/PP, 2 do Bloco de Esquerda, 1 do PPM e 17 abstenções do PSD.

Presidente: Há um erro, ao nível da redação final, que há de ser corrigido. É que não tem artigo 34°. Passa do 33° para o 35°.

Assim sendo, eu coloco à votação em conjunto as propostas de eliminação dos artigos 35° a 40°, inclusive, apresentadas pelo Grupo de Deputados.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: As propostas de alteração apresentadas foram rejeitadas com 28 votos contra do PS, 1 do PCP, 4 a favor do CDS/PP, 2 do Bloco de Esquerda, 1 do PPM e 17 abstenções do PSD.

Presidente: Vamos votar, agora, dos artigos 35° a 40°, inclusive, do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados com 28 votos a favor do PS, 1 do PCP, 4 contra do CDS/PP, 2 do Bloco de Esquerda, 1 do PPM e 17 abstenções do PSD.

Presidente: Vamos votar, agora, a proposta de eliminação do n.º 2 do artigo 41.º apresentada pelo PS.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta de alteração apresentada foi aprovada com 28 votos a favor do PS, 1 do PCP, 4 contra do CDS/PP, 2 do Bloco de Esquerda, 1 do PPM e 17 abstenções do PSD.

Presidente: Vamos votar, agora, a proposta de eliminação do Grupo de Deputados para o n.º 1 do artigo 41.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: A proposta apresentada foi rejeitada com 28 votos contra do PS, 1 do PCP, 4 a favor do CDS/PP, 2 do Bloco de Esquerda, 1 do PPM e 17 abstenções do PSD.

Presidente: Vamos votar, agora, o artigo 41.º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado com 28 votos a favor do PS, 1 do PCP, 4 contra do CDS/PP, 2 do Bloco de Esquerda, 1 do PPM e 17 abstenções do PSD.

Presidente: Vou colocar à votação em conjunto os artigos 42º e 43º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam favor de se sentar.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados com 28 votos a favor do PS, 1 do PCP, 4 contra do CDS/PP, 2 do Bloco de Esquerda, 1 do PPM e 17 abstenções do PSD.

Presidente: Votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Secretário: Em votação final global, o diploma foi aprovado com 28 votos a favor do PS, 1 do PCP, 17 contra do PSD, 4 do CDS/PP, 2 do Bloco de Esquerda e 1 do PPM.

Presidente: Para uma declaração de voto, tem a palavra o Sr. Deputado António Ventura.

(*) **Deputado António Ventura (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O PSD entende que, no momento em que está a ser discutido e será publicado, o presente diploma não terá utilidade prática para impedir a sementeira de milho transgénico na região. É preferível que o diploma fosse retirado e fosse concretizado o proposto, em 2006, pelo PSD, nesta Casa, no âmbito da investigação, no âmbito da estratégia, no âmbito do debate com a sociedade.

O PSD estabelecerá um compromisso e afirmará que, ganhando as eleições, continuará o trabalho que fosse iniciado agora, para uma conclusão responsável e o mais consensual possível.

Presidente: Muito bem.

Vamos passar ao ponto seguinte.

Sr. Deputado Duarte Moreira, tem a palavra.

Deputado António Ventura (PSD): Os senhores decidem conforme vos dá. Se cair um 5, muito bem; se cair um 2, muito bem. Nós não governamos assim!

(*) **Deputado Duarte Moreira (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Deputado António Ventura (PSD): Mas, a partir de outubro, vai mudar!

Presidente: Sr. Deputado António Ventura, vamos continuar.

Faça favor, Sr. Deputado Duarte Moreira.

O Orador: O Governo trouxe-nos aqui uma proposta de decreto legislativo regional que, do nosso ponto de vista e do ponto de vista da bancada do Partido Socialista, tem toda a pertinência e faz todo o sentido que assim seja. Lamentamos é que, mais uma vez, outros partidos, num exercício pouco coerente - vamos chamar-lhe assim -...

Deputado António Ventura (PSD): Incoerente? A incoerência está aí!

O Orador: ... entre aquilo que foi discutido desde o início da petição, passando pelo projeto de resolução, até esta proposta, a coerência dos partidos da oposição, nomeadamente do PSD e do CDS/PP,...

Deputado António Ventura (PSD): Está incompleta.

O Orador: ... é lamentável que não se tenha mantido quando, nessas discussões, houve sempre um certo consenso daquilo que se pretendia: considerar a região uma região livre do cultivo de organismos geneticamente modificados...

Deputado António Ventura (PSD): Qual é a utilidade prática agora?

O Orador: ... e, para além disso, regular toda a questão dos organismos geneticamente modificados, nomeadamente a transposição dos regulamentos comunitários para a ordem jurídica interna.

O diploma que o Governo aqui nos traz...

Deputado António Ventura (PSD): Está incompleta a redação!

O Orador: ... regula a utilização de organismos geneticamente modificados; declara o território da Região Autónoma dos Açores como zona livre do cultivo de organismos geneticamente modificados; transpõe para o direito regional a Diretiva 2001/18/CE do Parlamento Europeu...

Deputado António Ventura (PSD): Está incompleta!

O Orador: ... relativa à libertação deliberada no ambiente de organismos geneticamente modificados; estabelece normas que visam assegurar a execução e garantir o cumprimento, no ordenamento jurídico regional, das obrigações...

Deputado António Ventura (PSD): Isto está incompleto!

O Orador: ... decorrentes de variados regulamentos comunitários relacionados com a matéria em causa; e institui normas de execução das obrigações decorrentes do Protocolo de Cartagena, aplicado por força do Decreto-Lei n.º 7/2004, de 17 de abril, que aprova esse protocolo sobre segurança biológica.

Portanto, nós hoje demos um passo importante naquilo que pretendemos e que definimos para a nossa região: considerar a região uma região livre do cultivo de organismos geneticamente modificados, dar um contributo para a manutenção da biodiversidade nos Açores e um claro sintoma para os mercados de que nós somos uma região com produtos próprios, com características próprias, que queremos manter e estar no mercado de uma forma diferenciada, pois só assim é que vamos conseguir manter e melhorar o rendimento dos nossos agricultores.

Deputado Ricardo Cabral (PS): Muito bem!

(Aplausos dos Deputados da bancada do PS e dos Membros do Governo)

Presidente: Sr. Deputado Artur Lima, tem a palavra.

(*) **Deputado Artur Lima (CDS/PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Assistimos aqui, hoje, nesta Casa, à aprovação de uma fraude!

Deputado José Rego (PS): Fraude seria se tivéssemos aprovado o que o senhor queria!

O Orador: Uma fraude aprovada...

Deputado Berto Messias (PS): Fraude eram as suas propostas!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos continuar.

O Orador: Eu vou recomeçar, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, hoje foi aprovada, nesta Casa, uma fraude, uma fraude aprovada pelo Partido Socialista e pelo seu apêndice, Partido Comunista Português. Hoje foi aqui a primeira demonstração

da esquerda unida, mas essa esquerda unida vai ser vencida, porque hoje, aqui, foram contra os agricultores, contra a agricultura açoriana, contra a especificidade da nossa agricultura, hoje, aqui, foram a favor de monopólios,...

Deputado Duarte Moreira (PS): O senhor não sabe o que está a dizer!

Deputado Berto Messias (PS): Essas sondagens estão a fazer muito mal!

Deputado António Ventura (PSD): Então confirmam-se as sondagens!

(Risos do Deputado Francisco César)

O Orador: ... hoje, aqui, os Srs. Deputados do Partido Socialista hipotecaram o futuro dos Açores. Hoje, aqui, o Governo veio tentar tapar aquilo que existia já, que é o cultivo de transgénicos na Região Autónoma dos Açores e que o Governo aqui veio disfarçar. O Sr. Secretário...

Deputado Francisco César (PS): Sr. Deputado, agora fale a sério!

O Orador: ... sabe! Estão mais de 200 hectares já semeados nos Açores e faz de contas que não vê. E o Partido Socialista assobia para o lado. É uma fraude o que aqui se passou hoje! E, portanto, os senhores não vão mais poder vender o turismo de natureza e o turismo ecológico. Os senhores não sabem o que querem para o futuro dos Açores. Ou queriam uma coisa ou queriam outra. Os senhores optaram pela fraude, os senhores optaram por iludir os açorianos, os senhores optaram pelo limbo, os senhores não optaram

pela clareza, não optaram pela clarividência, os senhores optaram por ter uma porta com várias saídas pelas janelas.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Votou contra a proposta e agora vem dizer isto!

O Orador: E, portanto,...

Sr. Secretário, eu percebo que o senhor esteja incomodado.

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Eu estava a falar para ali!

O Orador: O senhor não está a falar para ali, mas está a incomodar-me a mim. E, portanto, eu percebo...

Secretário Regional da Presidência (*André Bradford*): Estou a fazer um aparte!

Deputado Francisco César (*PS*): Foi um aparte em conversa!

O Orador: Sr. Secretário, o senhor não estava a fazer um aparte, o senhor estava a fazer uma conversa,...

Presidente: Faça favor de continuar, Sr. Deputado.

O Orador: ... que é diferente.

E, portanto, quem vota a favor disto, como o Partido Socialista e o seu apêndice Partido Comunista, está a votar contra os açorianos, está a votar contra a agricultura, está a votar contra o desenvolvimento dos Açores, porque, mesmo introduzindo OGM nos Açores, o que é que nos trazia? Em que é que nos diferenciava? O que nos diferencia é a nossa pequenez, é a nossa qualidade, não é a quantidade, porque nós não vamos competir com ninguém em quantidade. Agora, o Sr. Deputado Aníbal Pires acaba de defender aqui a joia do monopólio, que se chama Monsanto, e acaba de dar o dito pelo não dito ao

capitular, perante o Partido Socialista, e ignorar que tinha apresentado há bocado, daquela tribuna,...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Muito bem!

O Orador: ... uma resolução onde dizia exatamente aquilo que nós defendemos na nossa proposta, que era a proibição de OGM. Era isso o que o senhor propunha no objeto da sua resolução, e manter os Açores livres de OGM.

Secretário Regional da Presidência (André Bradford): Felizmente, conseguimos!

O Orador: Quanto ao resto, é demagogia da mais pura,...

Deputada Benilde Oliveira (PS): Demagogia é a sua!

O Orador: ... demagogia da mais pura que aqui nos habituaram, ou seja, continuam em vigor as normas europeias e nacionais sobre essa matéria. Mas os senhores até foram mais longe, até eliminavam o n.º 2 do artigo 41.º.

Deputado José Rego (PS): O senhor não percebe!

O Orador: Os senhores foram mais longe nessa matéria. Os senhores, de facto, queriam transformar o queijo suíço numa cratera e acabaram por transformar tudo isto numa fraude ilusória aos açorianos.

Presidente. Sr. Deputado Aníbal Pires, para uma declaração de voto. Tem a palavra.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Eu quero reafirmar aqui a importância daquilo que este Parlamento hoje aprovou, que aqui acabou de aprovar, e que há pouco disse da tribuna, quando retirei o projeto de resolução que o PCP tinha

apresentado e que contribuiu para que este processo tivesse o desfecho que teve.

Aquilo que hoje aconteceu aqui foi a aprovação, por este Parlamento, da proibição do cultivo de organismos geneticamente modificados.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Isso é falso!

O Orador: Mais. Esta era a pretensão do PCP, foi conseguida, o Governo apresentou esta proposta, foi conseguido. Mas foi conseguido ainda mais do que isso, que foi transpor para o quadro jurídico regional um conjunto...

Deputada Zuraida Soares (BE): Vai receber um conjunto de instruções!

O Orador: ... de diretivas europeias e que não só se conseguiu a proibição do cultivo, como também se regula o transporte e a circulação de organismos geneticamente modificados na Região Autónoma dos Açores. E o PCP não pode deixar de se congratular com isso e não pode deixar de rejeitar a forma populista, demagógica...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Sim! Sim!

O Orador: ... com que o CDS/PP abordou esta questão,..

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Foi o CDS, o Bloco de Esquerda e o PPM.

O Orador: ... com que CDS/PP se dirigiu à Representação Parlamentar do PCP, e só posso repudiar a forma como V. Excia. abordou esta questão. Abordou esta questão de uma forma populista, como é seu timbre, e demagógica, como é igualmente seu timbre, e lamento que V. Excia. tenha feito isso, porque, de facto, estamos aqui

a tratar de um assunto demasiado sério para que V. Excia. o aborde com a leviandade com que o fez.

Enfim, os açorianos e as açorianas com certeza que acompanham estes trabalhos, com certeza que já lhe reconhecem o seu estilo e, possivelmente, as sondagens já não lhes estarão a dar aquilo que V. Excia. pretendia, e daí,...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Espere, espere!

O Orador: ... digamos, essa acidez com que V. Excia. abordou esta questão.

Mas esse problema, Sr. Deputado, é um problema que eu não lho posso resolver. É um problema que só mesmo o senhor pode resolver e que, certamente, os açorianos e as açorianas, em outubro, lhe darão os devidos *Alcacer* para que essa acidez lhe possa passar.

Muito obrigado.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

O que nós observámos no âmbito desta votação foi que temos um novo paradigma político na região. Esse novo paradigma é a “Frente Popular” constituída entre...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Frente Popular!

O Orador: ... o Partido Socialista e o Partido Comunista.

Se há novidade, até agora não nos tinha chegado. A novidade política para as próximas eleições é esta “Frente Popular”, que fica cada vez mais nítida. Mas nesta “Frente Popular” há quem manda e há quem obedece. E quem manda é o Partido Socialista e quem cede é o Partido Comunista.

Deputado Rui Ramos (PSD): Muito bem!

O Orador: E eu vou...

Presidente: Centre-se na sua declaração de voto, por favor.

O Orador: E é isso que eu vou referenciar na minha declaração de voto, que é a seguinte questão.

Em relação a esta questão, nós o que fizemos foi acompanhar de perto aquilo que estava proposto originalmente pelo PCP. E o que estava proposto pelo PCP era a interdição do cultivo de organismos geneticamente modificados na Região Autónoma dos Açores. Era esta a questão que estava aqui em discussão. E foi isto que o Bloco de Esquerda, que o CDS/PP e que o PPM votaram. O que não foi votado é algo que está no texto da proposta, mas que não é verdade, que é o seguinte: “O presente diploma declara o território da Região Autónoma dos Açores como zona livre do cultivo de organismos geneticamente modificados”. Ora, isto, pura e simplesmente, é mentira! Isto não é verdade, porque vamos continuar a ter, na Região Autónoma dos Açores, uma experimentação sem regras.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Sem regras!

O Orador: Vamos continuar a ter, nos Açores, o cultivo de organismos geneticamente modificados. Esta é que é a verdade.

O que os senhores escreveram não corresponde à verdade e os senhores estão a enganar os açorianos.

A questão é tão simples como esta e é por isso que o sentido de voto do PPM foi aquilo que foi.

Presidente: Vamos continuar.

Pede a palavra para, Sr. Deputado?

Deputado Aníbal Pires (PCP): Para defesa da honra.

Deputado António Ventura (PSD): Defesa da honra? Ele não o ofendeu em nada!

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Qual foi a ofensa?

Presidente: Eu vou dar-lhe 3 minutos, Sr. Deputado. Mas não podemos... Eu creio que este debate já vai longo.

Tem 3 minutos.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para repudiar, veementemente, as afirmações que fez o Deputado Paulo Estêvão. Não lhe admito, Sr. Deputado! Eu percebo qual é que é o seu problema. A capacidade do PPM de influenciar a política regional é nenhuma. O Sr. Deputado, enfim, vale o que vale, e, portanto,...

Presidente: Defesa da honra, Sr. Deputado.

Deputado Paulo Estêvão (PPM): O mesmo que o senhor!

O Orador: Agora, isso não lhe dá o direito de tecer considerações como aquelas que fez há pouco.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Quais?

O Orador: O senhor pode chamar aquilo que entender ao PCP, “Frente do que quiser”, “Frente Popular”,...

Deputado Paulo Estêvão (PPM): Isso é histórico!

O Orador: ...“Frente Unida”, o que quiser. Muito bem. Mas, Sr. Deputado, há uma coisa que eu não adjetivei, que foi a frente que foi formada pelo PPM, pelo CDS/PP e pelo Bloco de Esquerda, que, legitimamente, ... Eu não adjetivei...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Então qual foi a honra?

O Orador: Se me deixar acabar, Sr. Deputado!

Eu não adjectivei nenhuma frente relativamente às propostas que V. Excias. escreveram. Adjectivei? Não adjectivei.

O senhor sentiu-se mal porque se demonstrou claramente que as vossas propostas valiam o que valiam e que eram redutoras.

Deputada Zuraída Soares (BE): Isto é defesa da honra?!

Presidente: Sr. Deputado,...

O Orador: E, depois, Sr. Deputado,...

Presidente: ... já percebemos o seu ponto de vista.

O Orador: Falta só esta questão e que tem a ver com o projeto de resolução, e, Sr. Deputado, se é surdo,...

Deputado Rui Ramos (PSD): Tão feio!

O Orador: ... aconselho-o a ir ao médico, porque a questão é a seguinte: aquilo que o PCP sempre defendeu foi que esta região fosse livre do cultivo de organismos geneticamente transformados,...

Deputada Zuraída Soares (BE) e Deputado Artur Lima (CDS/PP):

Isto é um debate!

O Orador: ... e foi isto que este Parlamento hoje, aqui, aprovou. Portanto, V. Excias...

Presidente: Já percebemos, Sr. Deputado, já percebemos! E a defesa da honra é mesmo para isso, para defesa da honra.

Sr. Deputado Paulo Estêvão, faço um apelo ao seu espírito de contenção.

Tem 3 minutos.

(*) **Deputado Paulo Estêvão (PPM):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu não sei, Sr. Presidente, porque é que concedeu a palavra para defesa da honra, porque em nada ofendi a honra do Sr. Deputado e,

por sua vez, o Sr. Deputado utilizou a sua defesa da honra para ofender a minha honra.

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

Deputado Aníbal Pires (PCP) e Deputada Zuraída Soares (BE):
Então defenda-se!

O Orador: E o que eu vou fazer é “dois em um”, apenas com os 3 minutos que tenho, do ponto de vista regimental, que é dizer ao Sr. Deputado que não tem razão, porque não ofendi a sua honra, e defender a minha. O que eu lhe quero dizer é o seguinte: chamar “Frente Popular”? Mas isso é histórico! Ou o Sr. Deputado não sabe como é que se chamam as coligações dos partidos de esquerda? É histórico! Chamam-se “Frentes Populares”! Em França, na Espanha, em qualquer sítio! Isso é histórico! O senhor considera isso uma ofensa e eu quero-lhe dizer: se considera isso uma ofensa, é o desconhecimento da história ou, então, é qualquer coisa, qualquer problema que o senhor tem com a história, com a história do seu país e com a história da Europa,...

Deputado Artur Lima (CDS/PP): Muito bem!

O Orador: ... porque isto é histórico. “Frente Popular” não é nenhuma ofensa! Nenhum comunista...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Não lhe reconheço nenhuma autoridade para dizer o que disse!

O Orador: ... que eu conheço se sentiria ofendido por dizer “O senhor faz parte de uma Frente Popular”. Qual é o comunista, o socialista ou anarquista...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Quais comunistas assumem isso?

O Orador: ... que se consideraria ofendido por pertencer a uma frente popular?

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão,...

O Orador: Portanto, isto não tem nenhuma ofensa...

Presidente: ... já percebemos o seu ponto de vista.

O Orador: ... é apenas rigor e exatidão em relação àquilo que lhe disse.

Sr. Deputado, termino dizendo que o senhor não tinha razão nenhuma, a sua honra não estava ofendida. A sua honra estaria ofendida se eu lhe tivesse dito que o senhor ou que o Partido Comunista nunca tinham feito parte da “Frente Popular”. E, depois, dizer-lhe o seguinte. O que eu lhe disse foi que o Sr. Deputado, nesta “Frente Popular”, foi quem cedeu a posição,...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Leia isso, leia o que lá está e veja lá quem é que cedeu!

O Orador: ... porque o Sr. Deputado deixou...

Deputado Aníbal Pires (PCP): Então leia!

O Orador: ... de defender aquilo que estava a defender...

Presidente: Já percebemos...

O Orador: ... e passou a defender a posição do Governo e do Partido Socialista. Foi só esta a questão,...

Presidente: Tem de terminar, Sr. Deputado.

O Orador: ... Sr. Deputado, e só lhe quero dizer uma coisa. Sr. Deputado, tem de ter maior tolerância à crítica.

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem de terminar.

O Orador: Quando é criticado, o Sr. Deputado perde as estribeiras.

Presidente: Tem de terminar, Sr. Deputado Paulo Estêvão.

O Orador: Eu tenho espírito...

Presidente: Sr. Deputado Paulo Estêvão, tem de terminar.

O Orador: Sr. Presidente, termino.

Eu tenho espírito democrático, o Sr. Deputado recebe uma crítica e fica logo exasperado. Sr. Deputado, mas se eu não concordo consigo, tenho de lhe dizer.

Presidente: Muito bem.

Sras. e Srs. Deputados, eu acho que o debate já vai longo, acho que temos de fazer um esforço de serenidade, de elevação e prosseguir com a Agenda dos nossos trabalhos.

Sra. Deputada Zuraída Soares para uma declaração de voto.

(*) **Deputada Zuraída Soares (BE):** Obrigada, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Vou fazer uma declaração de voto curta e, preferivelmente, serena, sem ofender a honra de ninguém.

Eu queria dizer que, como é óbvio, o Governo Regional dos Açores é livre de trazer a esta Casa qualquer tipo de proposta, proibindo o cultivo de transgénicos, permitindo o cultivo de transgénicos, apelando ao cultivo massivo de transgénicos, cultivando ou proibindo à segunda e à terça e permitindo à quarta e à quinta. Os senhores são livres de trazer aqui as propostas que muito bem entenderem. Da mesma maneira que esta Casa é livre de apreciar essas propostas e as votar em conformidade, por unanimidade, por maioria ou de forma nenhuma. Mas há uma coisa que o Governo Regional não pode nem deve fazer, que é desrespeitar e ludibriar 1415 peticionários a quem os senhores disseram que iam dar resposta com uma proposta legislativa, e, através deles, todos os açorianos e açorianas que

acreditam que aquilo que aqui foi afirmado pelo Governo, pelo Partido Socialista e pelo Partido Comunista Português é verdade. E não é. E esse é que é o logro, e é isso que os senhores não podem nem devem fazer. Mudar alguma coisa para ficar tudo na mesma, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, é fazer pouco do povo...

Deputado José Rego (PS): Isso não é verdade!

A Oradora: ... e é não respeitar esta Casa.

E, finalmente, dizer aos Srs. Deputados que é absolutamente inacreditável que o Partido Socialista, sobre esta matéria, com a posição que tomou, com os argumentos que aduziu, ouse falar em coerência para qualquer outro partido desta Casa. Porque coerência, Sras. e Srs. Deputados, foi aquilo que não houve do princípio até ao fim nessa bancada.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Deputado Hernâni Jorge (PS): Diz a senhora!

Deputado José Rego (PS): Pensa a senhora!

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos passar para o ponto seguinte da nossa ordem de trabalhos: **Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 1/2012 – “Revê o sistema de isenção de incentivos à produção de energia a partir de fontes renováveis - PROENERGIA”**, apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS.

Dou a palavra ao Sr. Deputado Francisco César para apresentar o diploma.

Sr. Deputado Francisco César, faça favor.

(*) **Deputado Francisco César (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Desde 1996, os governos apoiados pelo Partido Socialista sempre tiveram como sua intenção primordial o reforço da utilização das energias renováveis nos Açores. Primeiramente, o reforço da componente industrial e de produção pública dessas energias, através do reforço desta aposta na geotermia, como também em outro tipo de infraestruturas e em outro tipo de indústrias nesta área, como as eólicas e hídricas. Também, desde 1996, esta aposta foi feita ao nível daquilo que é o incentivo das energias renováveis, destinado às famílias e às pequenas empresas.

Foi criado, então, em 2006, o PROENERGIA, um programa com o objetivo de promover a maior utilização dessas energias renováveis, dedicadas, na altura, essencialmente ao autoconsumo, exatamente a estas famílias e a estas empresas.

Este mecanismo foi reforçado e melhorado, pela última vez, há cerca de dois anos, introduzindo um conjunto de alterações que resultaram num rápido crescimento das candidaturas a sistemas de incentivos, demonstrando que a alteração foi feita de uma forma justa, tentando atingir um conjunto de objetivos que, mais tarde, se verificaram concretizados.

Desde então, verificaram-se cerca de 1300 candidaturas a este sistema de incentivos, e estas candidaturas revelaram que o mesmo tinha conseguido atingir os seus objetivos ao promover a utilização de equipamentos que reduziam tanto as importações do consumo de combustíveis, como também a fatura das próprias famílias e das próprias empresas.

Contudo, a mudança de conjuntura e o enorme fluxo de candidaturas que se presenciou no Governo observaram a necessidade de alterar

esse sistema de incentivos, incidindo, sobretudo, a ação ao nível daquela que é a simplificação de procedimentos, a adequação do sistema de incentivos à redução de tesouraria e de dificuldades de acesso ao crédito, o aumento da rapidez da atribuição deste incentivo e também da responsabilidade e do grau de resposta da Administração Pública.

Esta simplificação de procedimentos, que hoje propomos, está materializada com a eliminação daquele que se chama “o contrato de incentivos”, passando o pagamento a ser feito por reembolso, contra fatura e recibo, eliminando também todo um conjunto de atos administrativos desnecessários.

Nós adequamos esse sistema de incentivos à conjuntura atual quando permitimos que o pagamento de incentivos possa ser feito tanto ao promotor da candidatura – como já acontece –, como à empresa vendedora dos equipamentos de produção energética.

Com esta alteração, podem ser os próprios empresários que vendem os equipamentos de produção energética a receber os incentivos, alargando-se, assim, a possibilidade de surgirem um maior número de candidaturas de particulares ao PROENERGIA.

Nós observamos e tentamos aumentar a rapidez da atribuição do incentivo. É criado um prazo de 30 dias para as entidades regionais verificarem as condições de elegibilidade do promotor e do projeto apresentado, ficando o departamento do governo com competência em matéria de energia obrigado a decidir sobre o valor de incentivo a conceder ao projeto num prazo máximo de 30 dias, em vez dos anteriores 90 dias. Fica também o Governo Regional obrigado a pagar o incentivo num prazo de 60 dias, depois da aprovação do mesmo.

Aumentamos também a responsabilidade e o grau de resposta do Governo, aumentando a transparência, já que passa a ser obrigatório, mensalmente, a publicação, em Jornal Oficial, da listagem nominal dos incentivos atribuídos.

Adequamos também este sistema de incentivos àquela que é a lógica de majoração e de atribuição do subsídio em todos os restantes temas de incentivos. Introduzimos uma majoração de 5% para os projetos de energias renováveis apresentados pelos promotores das ilhas do Faial e do Pico, tal como já acontece nas restantes ilhas da coesão.

Esta é a vontade do Partido Socialista de melhorar, tentar sempre melhorar aquilo que já foi feito, de tentar inovar aquilo que necessita de alteração perante uma mudança de circunstância. Enfim, nós procuramos ter a humildade de tentar sempre renovar com confiança a vontade e o mandato que os açorianos nos deram. Nós mantemos a nossa mesma ambição de tornar os Açores sempre uma boa região para se viver.

Muito obrigado.

Deputado António Ventura (PSD): Isto é campanha!

Presidente: Estão abertas as inscrições, Sras. e Srs. Deputados.

(Pausa)

Bom, creio não haver inscrições.

Sr. Deputado Pedro Medina, tem a palavra.

(*) Deputado Pedro Medina (CDS/PP): Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Gostaria de começar esta intervenção por fazer referência àquele que também tem sido o património do CDS nessa matéria, na matéria das energias renováveis, e gostaria de lembrar que em 2006, através de um projeto de resolução, propusemos o reforço da energia eólica nos Açores. À custa da aprovação deste projeto de resolução surgiu o Parque Eólico da ilha Terceira, por exemplo, e melhoramentos em outros parques eólicos em outras ilhas. Portanto, na questão das energias renováveis, nós sempre apoiámos iniciativas que vêm de outras bancadas, mas também temos tido as nossas próprias iniciativas.

Em relação ao projeto que é apresentado, o projeto legislativo regional que revê o sistema de incentivos à produção de energia a partir de fontes renováveis, o PROENERGIA, gostaria, muito brevemente, de fazer aqui uma resenha histórica do que é que tem sido esse sistema de incentivos.

Gostaria de dizer que, em 2006, o Governo Regional resolveu criar este programa, este sistema de incentivos. Pelos vistos, o grande entrave da operacionalização deste programa tinha a ver com a burocracia e, portanto, com pouca gente a ter acesso ao sistema de incentivos.

Deputado Francisco César (PS): 1300 pessoas!

O Orador: Resolveu, por isso, em 2009, o Governo fazer uma alteração a este mesmo sistema de incentivos, revogando o de 2006 e colocando em vigor o sistema de incentivos com o mesmo nome, mas procedendo a profundas alterações para, exatamente com os considerandos que hoje são apresentados pelo Partido Socialista, ou com base em alguns dos considerandos apresentados pelo Partido

Socialista, tornar-se mais operacional, para que mais pessoas pudessem também se candidatar e usufruir desse sistema de incentivos.

Eu relembro que o Sr. Secretário, em 2009, disse que previa que cerca de 3000 habitações passariam a beneficiar deste apoio, diminuindo, assim, os consumos de GPL. Isso foi um dos exemplos que deu na altura, quando fez a alteração deste diploma, em 2009. Falou em mil e tal candidaturas só na parte do consumidor, do privado. Está muito longe das 3000...

Secretário Regional do Ambiente e do Mar (*Álamo Meneses*): Num ano foi muito bom, muito bom!

Deputado Francisco César (*PS*): Não está não, Sr. Deputado!

O Orador: ... que inicialmente o Governo se propunha atingir.

De qualquer das formas, sendo o Partido Socialista o interveniente neste projeto de alteração, é caso também para dizer que o Governo perdeu um bocado de energia nesse processo e deixou a iniciativa nas mãos do próprio Partido Socialista. Como diz o provérbio “O inferno está cheio de boas intenções” e as boas intenções não trazem forçosamente as soluções. E, atendendo a que muita gente se queixou devido à enorme burocracia e papelada que estavam inerentes a todo esse processo de candidatura, houve muitas desistências e muitas famílias que tentaram concorrer ao sistema de incentivos e não conseguiram, por via, exatamente, dos entraves que o próprio sistema barrava no processo de candidaturas. Houve muita gente que entregou metade da papelada, nem sequer chegou a entregar esses mesmos papéis e muitos deles até optaram por não instalar equipamentos de fontes de energias renováveis nas suas habitações.

E vou terminar respondendo também um bocadinho ao repto que o Sr. Deputado Duarte Moreira fez há pouco, na questão dos trabalhos das comissões e das alterações que se deve propor. Não vou propor nenhuma alteração em concreto, vou, talvez, é sugerir que o Governo, ou melhor dizendo, que o Partido Socialista faça uma alteração ao anexo do diploma que apresenta, porque, como disse o Sr. Deputado Francisco César – disse e até disse muito bem –, a introdução da possibilidade do pagamento de incentivos poder ser feito ao promotor da candidatura ou à empresa vendedora dos equipamentos de produção de energia elétrica pressupõe que na republicação do diploma venha especificado que essas duas situações possam acontecer.

O Partido Socialista, nas alterações que propõe, afirma que, exatamente, abrange este leque alargado. Na republicação que propõe ao diploma faz com que o pagamento nunca possa ser efetuado diretamente ao fornecedor, tem de ser sempre feito ao promotor e, com isto, o preço nunca se poderá refletir diretamente do fornecedor ao consumidor, que é o preço final.

E, portanto, eu acho que ainda vai a tempo de corrigir, pelo menos, a situação na republicação do anexo a este diploma, porque é isto que depois entra em vigor quando aprovarmos o artigo 3º dessas propostas de alteração.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Sr. Secretário Regional do Ambiente e do Mar, tem a palavra.

(*) **Secretário Regional do Ambiente e do Mar** (*Álamo Meneses*): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Em relação a esta questão técnica – diria assim –, ela é impossível porque, obviamente, a republicação terá que republicar o que for aqui aprovado e, portanto, isso nem está em causa hoje. Obviamente, essa é uma responsabilidade que cabe ao Grupo Parlamentar do Partido Socialista...

Deputado Pedro Gomes (PSD): Não é ao Grupo Parlamentar, é à comissão!

O Orador: ... e, com certeza, bem se desvencilharão dela.

A questão fundamental, e aquilo que me faz aqui intervir em apoio da proposta que foi apresentada e também dar, de alguma maneira, resposta àquilo que foi aqui dito pelo Sr. Deputado Pedro Medina, é dizer-lhe que, de facto, nós prevíamos e prevemos um universo potencial da ordem dos 3000 casos. Em 1 ano e pouco tivemos cerca de metade dessas candidaturas, o que é muito bom. Ou seja, o programa está a avançar e está a ter um grande sucesso.

O que acontece também é que as dificuldades económicas, de alguma maneira, limitam o número de pessoas que poderiam aceder. Porquê? Porque implicava fazer um adiantamento total do pagamento e depois esperar pelo reembolso.

Aquilo que agora o Grupo Parlamentar do Partido Socialista faz é eliminar essa dificuldade, já que o reembolso é feito à partida, o que vai permitir que mais pessoas, particularmente aquelas que não podem investir de imediato a totalidade do pagamento, possam aceder ao programa e, por essa via, mantemos e, se calhar, vamos alargar o universo potencial dos utilizadores desta medida.

É, de facto, uma medida que tem tido um grande sucesso; é uma medida que abrangeu já muita gente. Infelizmente, abrangeu

essencialmente da classe média e da classe média alta, mas agora, com esta alteração, vamos poder chegar a outras camadas populacionais, já que, do ponto de vista do investimento, fica bastante mais fácil e, do ponto de vista de recuperar o investimento feito, ou seja, a poupança que se obtém por não consumir gás, pois, as contas feitas indicam que andarás entre os 3 e os 5 anos, o que, obviamente, é, do ponto de vista do utilizador, uma medida que também se aduz numa substancial economia para os seus consumos mensais. Portanto, temos aqui uma possibilidade de, em relação às famílias que não podem investir, digamos, à cabeça, todo este quantitativo, lhes permitir que também acedam às economias que mensalmente poderão fazer, reduzindo os consumos de gás, até porque o preço do gás tem vindo, nos últimos tempos, desde a aprovação da última versão do diploma até agora, a subir substancialmente, e a tendência é para que continue a subir. E, portanto, estamos perante uma medida que se já era justificada em 2010, ainda mais se justifica agora.

Muito obrigado.

Presidente: Srs. Deputados, neste momento não tenho inscrições.

Sr. Deputado Jorge Macedo, tem a palavra.

(*) **Deputado Jorge Macedo (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Uma breve declaração para referir que o diploma agora em discussão agiliza o processo de candidatura e é fundamental que, quando os cidadãos têm um instrumento desses à sua mercê, ao seu dispor, a burocracia da candidatura não inviabilize, à partida, a intenção do potencial candidato.

Já foi explicado, de um modo até aturado, pelo Deputado Francisco César, não me vou alongar em muito mais referências, mas alertava o Governo para o seguinte. Pese embora a ideia de que a comparticipação, o subsídio possa ser atribuído diretamente ao fornecedor do equipamento – acho pertinente e acho boa a ideia, um pouco por analogia daquilo que já referi na Comissão de Economia com o abate dos automóveis, em que o desconto era feito à partida, logo que na troca, na retoma, o veículo tivesse os anos e as condições que a legislação impunha –, essa pedagogia vai ter que ser feita junto dos fornecedores. E vai ter que ser feita porque vai haver um processo de maturação e de confiança que os fornecedores de equipamentos terão de ter, porque, como sabe, o PROENERGIA teve a fama de ter muitas demoras no reembolso e nos pagamentos aos subsídios. E dessa fama o programa neste momento ainda não se livrou. Acreditamos que a intenção do diploma é, precisamente, a celeridade do processo, mas acreditamos também que essa pedagogia tem de ser feita de modo a que os potenciais consumidores não se confrontem com uma boa intenção por parte deste diploma, em que prevê a atribuição de subsídio diretamente ao fornecedor, mas, depois, o fornecedor não queira correr o risco de, à partida, ter vendido o equipamento...

Deputado Francisco César (PS): 60 dias!

O Orador: ... ao consumidor por um determinado preço e, depois, não ser ressarcido do reembolso ou do subsídio.

Portanto, em traços muito gerais, é um diploma que vem ao encontro daquilo que é a desburocratização dos processos administrativos face

à Administração Regional, e não temos muito mais a acrescentar. Vamos votar favoravelmente este diploma.

Obrigado.

Presidente: Sr. Deputado Francisco César, tem a palavra.

(*) **Deputado Francisco César (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Membro do Governo:

Muito rapidamente, em primeiro lugar, para dizer ao Sr. Deputado Pedro Medina que nós reconhecemos que o anterior programa tinha manifestamente alguns problemas. Em segundo lugar, não estava adequado à mudança de conjuntura económica, daí nós termos feito melhorias. Aliás, se não reconhecêssemos isso, não teríamos feito o projeto e a proposta de fizemos.

Relativamente à questão que colocou sobre a publicação, penso que isto será uma questão fácil de resolver e teremos que fazer essa proposta. Iremos resolver essa situação.

Por último, referir a questão de serem as empresas a poder repercutir o incentivo no seu preço dos equipamentos.

Qual era o problema que nós tínhamos no PROENERGIA? Por um lado, nós tínhamos os particulares que queriam comprar um determinado equipamento. Estes teriam que candidatar-se a um sistema de incentivos, estamos a falar, sobretudo, de equipamentos térmicos de águas quentes (poderia não ser, mas sobretudo estes, que são equipamentos relativamente estandardizados, sem grande complexidade e de fácil reconhecimento), e que teriam que esperar pela análise desses requerimentos ou dessa candidatura para poderem fazer o seu investimento.

Estamos a falar de investimentos na ordem dos 3000, 3500 euros, por volta disso. Portanto, não havia a necessidade de termos uma tamanha carga burocrática por um equipamento que é relativamente comum e relativamente estandardizado. Daí aquilo que nós optámos foi, exatamente, a pessoa poder fazer o seu investimento e, depois, fruto da apresentação da fatura e do recibo, receber um reembolso. Mas, depois, colocava-se uma segunda questão, que tem a ver com a conjuntura, que é a questão que muita gente poderá não ter esses 3000 euros para investir e nem tempo para estar à espera do reembolso. Daí, o que é que se poderá fazer? Estamos a falar de pequenas quantias. A empresa pode, ela própria, vender o equipamento já com o desconto e, assim, refletindo sobre as empresas e sobre as famílias uma menor, digamos, taxa de esforço na compra do equipamento.

Foram estas as soluções. Havia sempre o problema dessas empresas não fazerem repercutir no preço dos equipamentos o valor do subsídio. Eu penso que nós acautelamos bem isto no diploma, ou seja, há aqui uma tabela de preços ou um nível médio dos preços que nós queremos manter. Portanto, nós tentámos arranjar, neste programa, uma solução que é, parece-me, minimamente equilibrada, e nós julgamos que este programa poderá, agora, ter a possibilidade de ter um alcance muito maior e beneficiar muito mais as famílias e as empresas.

Muito obrigado.

Presidente: Creio não haver mais inscrições. Assim sendo, vamos passar à votação na generalidade deste diploma.

Sr. Deputado Pedro Medina, para uma intervenção. Tem a palavra.

(*) **Deputado Pedro Medina (CDS/PP):** Sr. Presidente, era para um pedido de esclarecimento em relação às votações, e tem a ver com a questão que eu coloquei ao Partido Socialista, nomeadamente na questão do anexo. No artigo 3º, na republicação, diz que “o Decreto Legislativo Regional nº. 5/2010/A, de 23 de fevereiro, com as alterações introduzidas pelo presente diploma, é republicado em anexo”,...

Deputado José Rego (PS): Publicação!

O Orador: ... e, portanto, o anexo tem aquela incongruência naquele artigo a que fiz referência. Portanto, nós, ao votarmos o artigo 3º, estamos a votar o quê? É na redação final que depois se acerta? Não há qualquer implicação depois?

Secretário Regional do Ambiente e do Mar (Álamo Meneses): Sr. Deputado, isso é uma questão de redação. Foi um lapso.

Presidente: Creio não haver mais intervenções agora. Vamos passar à votação na generalidade deste diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: Na generalidade, o diploma foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos votar o artigo 1º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos votar a proposta de alteração advinda da comissão, e subscrita pelo PS, para o artigo 2º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: A proposta de alteração anunciada foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar o artigo 2º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: O artigo anunciado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos votar a proposta de aditamento do artigo 2º-A advinda da Comissão de Economia.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: A proposta de alteração foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Vamos votar, agora, em conjunto os artigos 3º e 4º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: Os artigos anunciados foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: Em votação final global, o diploma foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Passamos para o ponto seguinte da nossa ordem de trabalhos: **pedido de urgência sobre o Projeto de Decreto Legislativo Regional n.º 8/2012 – “altera os Programas de**

Estágios Profissionais Estagiar”, apresentado pela Representação Parlamentar do PCP.

Rege o artigo 146º e seguintes.

Para apresentar a urgência, dou a palavra ao Sr. Deputado Aníbal Pires.

(*) **Deputado Aníbal Pires (PCP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A Representação Parlamentar do PCP apresenta esta iniciativa sobre os Programas Estagiar, aliás, retoma esta questão, uma vez que, durante a legislatura, já tivemos oportunidade de trazer a esta Assembleia, a esta Câmara uma proposta semelhante e que, entretanto, foi reprovada, mas que, ao longo do tempo, as resoluções que foram aprovadas... Também em sede de orçamento houve a oportunidade de introduzir algumas alterações aos Programas Estagiar um pouco na linha daquilo que o PCP tem vindo a propor.

A urgência não pede a dispensa de exame em comissão, uma vez que a matéria em apreço, na opinião da Representação Parlamentar do PCP, deve ser objeto de exame em comissão, devido à importância que tem.

A urgência é solicitada face, digamos, à necessidade de introduzir algumas alterações aos Programas Estagiar e, sobretudo, porque se dirige a uma camada da população que está a sofrer muito com a atual crise que se vive no país e na região.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, creio não haver mais inscrições.

Há?

Sr. Deputado Berto Messias, tem a palavra.

(*) **Deputado Berto Messias** (*PS*): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

É sabido e conhecido por todos, pelos partidos nesta Casa, mas também por milhares de jovens açorianos, a importância que têm estes planos de transição para a vida ativa, denominados por Programas Estagiar.

É sabido também que o Partido Comunista tem, e defende há algum tempo, algumas reformulações sobre esta matéria, questões que são legítimas. Nós concordamos com algumas, discordamos de outras, aliás, já tivemos oportunidade de discutir aqui uma proposta muito semelhante por parte do PCP. Estes programas e o seu regulamento foram também alterados recentemente, no âmbito do pacote e do conjunto de medidas apresentadas para promoção do emprego e combate ao desemprego. Também os Programas Estagiar foram alvo de alterações, sendo alguns deles prorrogados durante um maior período de tempo, também numa perspectiva de auxiliar a estratégia, de fazer face à crise em que hoje, infelizmente, vivemos. Agora, parece-me que esta é uma matéria complexa, que carece de alguma análise mais pormenorizada, em sede de comissão e, portanto, na nossa perspectiva, parece-me que esta proposta do Partido Comunista deve seguir o processo legislativo comum, deve dar entrada em sede de comissão...

Deputado João Costa (*PSD*): É o que vai acontecer, Sr. Deputado!

O Orador: ... e seguir os seus trâmites normais, com os *timings* normais e, portanto, o Partido Socialista não concorda com este pedido de urgência.

Presidente: Sr. Deputado Cláudio Almeida, tem a palavra.

(*) **Deputado Cláudio Almeida (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

De facto, já nesta Casa foram debatidas e discutidas, por diversas vezes, propostas - uma delas do PSD - sobre os programas Estagiar L e Estagiar T. Também o PCP já trouxe uma vez aqui, a esta Casa, uma proposta sobre os programas Estagiar L e Estagiar T.

Desta forma, todas as propostas são bem-vindas. É importante analisar, como é óbvio. No entanto, não deixa de ser um programa que tem vindo, ao longo dos tempos, a ser aperfeiçoado. Muitos jovens têm vindo a usufruir deste programa.

O PSD irá aprovar a urgência, no entanto, isso não quer dizer que não seja discutido em comissão. Aliás, o que é pedido é só a urgência e não a dispensa de exame em comissão. Por isso mesmo, o PSD irá aprovar a urgência.

Deputado João Costa (PSD): Muito bem!

Presidente: Creio não existirem mais intervenções.

Sras. e Srs. Deputados, vamos votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

As Sras. e os Srs. Deputados que discordam façam favor de se sentar.

Secretário: O pedido de urgência apresentado foi rejeitado com 28 votos contra do PS, 16 a favor do PSD, 4 do CDS/PP, 2 do Bloco de Esquerda, 1 do PPM e 1 do PCP.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos prosseguir.

Temos, em seguida, dois projetos de resolução que têm, sensivelmente, o mesmo objeto: a Rádio Televisão Portuguesa – Açores, SA.

Foi determinado em Conferência de Líderes e, depois, aqui também, por unanimidade, que os dois projetos, aprovada que seja a urgência para os dois, devem ser discutidos em conjunto, tendo os proponentes 25 minutos; cada um dos restantes grupos e representações parlamentares mais 5 minutos relativamente à nossa grelha habitual. Devem os projetos ser apresentados por ordem cronológica de entrada e depois, naturalmente, também votados por essa ordem.

Eu vou colocar à votação o pedido de urgência do projeto do PPM.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: O pedido de urgência apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: E colocava, agora, à votação o pedido de urgência e dispensa de exame em comissão do projeto de resolução do PSD sobre este assunto.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam favor de se manter como se encontram.

Secretário: O pedido de urgência apresentado foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Assim sendo, passamos para a apresentação dos projetos de resolução.

Eu vou dar a palavra ao Sr. Deputado Paulo Estêvão para apresentar o seu projeto de resolução.

Sr. Deputado Berto Messias, pede a palavra para?

Deputado Berto Messias (PS): Para uma interpelação, Sr. Presidente. Para pedir um intervalo regimental de meia hora.

Presidente: É regimental. Isto atira-nos para as 19 horas e 45 minutos.

Creio que não vale a pena continuarmos por 15 minutos.

Assim sendo, terminamos os nossos trabalhos por hoje. Retomamos os nossos trabalhos amanhã com a Agenda, às 10 horas da manhã.

Boa noite e até amanhã, Sras. e Srs. Deputados.

Eram 19 horas e 17 minutos.

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

Vasco Ilídio Alves Cordeiro

Partido Social Democrata (PSD)

António Augusto Batista Soares Marinho

Cláudio Borges Almeida

Rui Manuel Maciel Costa de Oliveira Ramos

Partido Popular (CDS/PP)

Pedro Miguel Medina Rodrigo Raposo

(*) Texto não revisto pelo orador

Documento entrado

Listagem da correspondência:

1 – Projeto de Decreto Legislativo Regional:

Assunto: [Estabelece a gratuidade dos Manuais Escolares – n.º 10/2012](#)

Autor: PCP

Data de Entrada: 2012 – 05 – 09

Comissão: Assuntos Sociais

Data limite do parecer: 2012 – 06 – 11;

Assunto: [“Altera o regime jurídico das farmácias de oficina na Região Autónoma dos Açores” - n.º 9/2012 SUBSTITUIÇÃO](#)

Autor: Grupo Parlamentar do PS

Data de entrada: 2012.05.09.

2 – Projetos de Resolução:

Assunto: [Resolve recomendar ao Governo Regional dos Açores que dê orientações à SATA Internacional para abolir, imediatamente, a cobrança da Taxa YQ nas ligações aéreas entre os Açores, o Continente e a Madeira e que no âmbito da revisão das obrigações de serviço público proponha a proibição da cobrança desta taxa nas tarifas de residente e estudante - n.º 29/2012](#)

Autor: O Grupo Parlamentar do CDS/PP

Data: 2012.05.09;

Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão;

Assunto: [Acompanhamento do Serviço Público de Rádio e Televisão na Região Autónoma dos Açores – n.º 30/3012](#)

Autor: O Grupo Parlamentar do PSD

Data: 2012.05.09;

Pedido de urgência e dispensa de exame em Comissão.

3 – Resposta a Requerimentos:

Assunto: [Conhecer os custos da produção agrícola](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2012.05.09

Referência: 54.03.00 – N.º 606/IX;

Assunto: [Prática ilegal na "Tenta pública na Praça da ilha Terceira" incluída no II Fórum da Cultura Taurina](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2012.05.09

Referência: 54.06.03 – N.º 608/IX;

Assunto: [Abastecimento de água à lavoura no Faial da Terra e Água Retorta](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2012.05.09

Referência: 54.01.02 – N.º 616/IX;

Assunto: [Serviço regional de saúde a servir mal os Graciosenses](#)

Proveniência: Gabinete da Presidência

Data de Entrada: 2012.05.09.

Referência: 54.03.04 – N.º 618/IX.

3 – Comunicações/Informações:

Assunto: Ofício a solicitar o pedido de urgência e dispensa de exame em comissão do Projeto de Resolução n.º 29/2012 – “Resolve recomendar ao Governo Regional dos Açores que dê orientações à SATA Internacional para abolir, imediatamente, a cobrança da Taxa YQ nas ligações aéreas entre os Açores, o Continente e a Madeira e que no âmbito da revisão das obrigações de serviço público proponha a proibição da cobrança desta taxa nas tarifas de residente e estudante”

Autor: O Grupo Parlamentar do CDS/PP

Data: 2012.05.09;

Assunto: Ofício a solicitar o pedido de urgência e dispensa de exame em comissão do Projeto de Resolução n.º 30/2012 – “Acompanhamento do Serviço Público de Rádio e Televisão na Região Autónoma dos Açores”

Autor: O Grupo Parlamentar do PSD

Data: 2012.05.09.

4 – Relatórios e Pareceres:

Assunto: [Proposta de Lei n.º 54/XII – Que aprova benefícios fiscais à utilização das terras agrícolas, florestais e silvo pastoris e à dinamização da Bolsa de Terras.](#)

Proveniência: Comissão de Economia

Data: 2012.05.09.

A redatora: Sónia Nunes Duque